



Universidade de Brasília – UNB  
Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução – LET  
Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução – POSTRAD

**O INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA - LIBRAS:  
UMA PROPOSTA DE MODELO DE COMPETÊNCIA PARA ATUAÇÃO  
NA TV CÂMARA**

**ALEXIS PIER AGUAYO**

Brasília

2021



Universidade de Brasília – UNB  
Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução – LET  
Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução – POSTRAD

ALEXIS PIER AGUAYO

**O INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA - LIBRAS:  
UMA PROPOSTA DE MODELO DE COMPETÊNCIA PARA ATUAÇÃO  
NA TV CÂMARA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução - POSTRAD, como requisito à obtenção do título de Mestre em Estudos da tradução.

Orientadora: Dra. Sabine Gorovitz

Banca examinadora

---

Professora Dra. Sabine Gorovitz (Presidente)

---

Professora Doutora Patrícia Tuxi dos Santos (Membro interno)

---

Professor Doutor Marcos Vinicius do Nascimento (Membro externo)

---

Professora Doutora Helena Santiago Vigata (Suplente)

Brasília

2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ai AGUAYO, ALEXIS PIER  
O INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA - LIBRAS: UMA  
PROPOSTA DE MODELO DE COMPETÊNCIA PARA ATUAÇÃO NA TV CÂMARA  
/ ALEXIS PIER AGUAYO; orientador SABINE GOROVITZ. --  
Brasília, 2021.  
94 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Estudos de Tradução)  
Universidade de Brasília, 2021.

1. Estudos da tradução e da interpretação. 2. Intérprete  
de Libras. 3. Intérprete de língua de Sinais ILS. 4.  
competência do intérprete de LS; . 5. formação de  
intérpretes. I. GOROVITZ, SABINE, orient. II. Título.

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a Deus por me dar as forças, ferramentas e pessoas que me ajudam a seguir em frente em todos os âmbitos da minha vida.*

*Dedico este trabalho a minha esposa Kelly e minhas filhas Aysha e Alyka por serem a minha base.*

*Dedico à comunidade Surda, por me dar o privilégio de vivenciar todas as experiências possíveis através da sua cultura, pessoas e principalmente sua língua.*

## AGRADECIMENTO

Agradeço ao Deus Pai, por seu amor infinito, por me abraçar tantas vezes quando sozinho e sem forças, me agraciar com todo o suporte que precisei, por todas as bênçãos e experiências de aprendizado nesta vida que também é um presente Dele.

Agradeço à minha esposa Kelly e minhas filhas Aysha e Alyka, por serem meu porto seguro, por toda a compreensão nesse trajeto, por todo apoio e carinho, todos os dias. Tudo o que faço, é sempre pensando em vocês. Amo muito vocês!

Agradeço a minha mãe Noemí, por todo o sacrifício que fez ao longo da minha vida para me proporcionar toda a estrutura que moldou o homem que hoje sou.

Agradeço aos meus heróis, Joel, Ita, Alessandro, Falk, por serem não apenas os melhores exemplos que poderia ter, mas por estarem presentes por mim, em todos os momentos de minha vida. Mais que família, vocês são de fato, meus heróis.

Agradeço aos membros da minha família, de modo geral, por serem tão incríveis em minha vida. Em especial, Alexandre, Antônia, Graziela, Beatriz, Samuel e em especial, Luciana, por ter me acompanhado e apoiado em tantos momentos da vida, mas principalmente, neste caminho acadêmico.

Agradeço a minha orientadora Sabine Gorovitz, não apenas pela oportunidade de ser seu orientando, mas em especial a sua paciência e serenidade na orientação, bem como todo o carinho despendido à minha pessoa, mesmo nos momentos de puxão de orelha. Não poderia pedir uma orientadora melhor, e depois deste caminho todo, uma amiga melhor neste processo.

Agradeço a professora Patrícia Tuxi, madrinha e irmã que me foi presenteada por Deus, por todos os conselhos que já me deu, todas as broncas e puxadas de orelha e por ter o poder de me fazer chorar mais que qualquer outra pessoa. Obrigado por acreditar em mim quando nem eu mesmo mais acreditava (e estou chorando ao escrever isto).

Agradeço os meus amigos que a vida me trouxe e os que minha profissão me presenteou, nas pessoas dos meus compadres, Lira e Danilo, se estendendo a todos os amigos que fazem parte da minha vida. Vocês são a família que a vida formou.

Agradeço a Universidade de Brasília pela oportunidade de convivência com a diversidade e o conhecimento que me permite ser, a cada dia, um ser humano melhor.

Agradeço à equipe de intérpretes de língua de sinais do Instituto de Letras, nas pessoas dos meus amigos Virgílio e Geisy pelo apoio nesta jornada acadêmica.

Agradeço a Câmara dos Deputados do Brasil e a TV Câmara por ser um espaço de aprendizado e convivência pelos últimos dez longos anos em que faço parte desta equipe, e em

nome da Servidora Adriana Jannuzzi, um agradecimento especial à equipe da Coordenação de Acessibilidade da Câmara dos Deputados pela parceria e diálogo contínuo com a minha pessoa enquanto pesquisador e profissional e também com a equipe de Intérpretes da Tv.

Agradeço aos meus amigos e parceiros de trabalho da equipe de Interpretação em Língua de Sinais da Tv Câmara, ou carinhosamente chamados de “libreiros” pela equipe técnica. Andreza, Érika, João, Raphael e Mayza, muito obrigado pelo carinho e parceria ao longo de tantos anos.

Enfim, agradeço a todos que cruzaram minha história de vida, profissional e em especial neste momento acadêmico e puderam de alguma forma contribuir no processo.

## EPÍGRAFE

*If time taught me a lesson, it's don't dwell on the past*

*'Cause the bad things fade and the good things.*

*The good things are built to last*

*Richie Sambora*

## RESUMO

O presente trabalho aborda a competência do intérprete de Língua de Sinais Brasileira (ILS) no âmbito do poder legislativo federal, mais especificamente do intérprete que atua em janela de libras na Tv Câmara. Trata-se de investigar as especificidades profissionais e técnicas da sua atuação em contraste com os requisitos de contratação formulados pela Câmara dos Deputados do Brasil e demais documentos que norteiam seu exercício. Para tanto, buscou-se identificar as habilidades que compõem a competência desse intérprete com base no modelo proposto por Cavallo (2019). Para fundamentar esta pesquisa, utilizamos também outros autores dos Estudos da Interpretação, como, DIRIKE (2015; 2018), GILE (1998), BALESTRO E GOROVITZ (2021), GRBIC (2007), KALINA (2000), NAPIER e LEESSON (2015); NOGUEIRA (2016) PÖCHHACKER (2015), WADSENSJÖ (1998), entre outros. Como percurso metodológico, a pesquisa foi conduzida de forma qualiquantitativa, através de análise bibliográfica e documental. Foram avaliados de modo contrastivo os documentos que norteiam a atuação do ILS no ambiente da Tv Legislativa, de modo a identificar a congruência tanto entre eles quanto com relação às habilidades identificadas como necessárias no âmbito deste fazer profissional. Por fim, elaborou-se um modelo de competência do intérprete de conferência para o ILS no contexto da TVCD, ainda com base no modelo proposto por Cavallo (2019). Tal desenho, embora pautar-se nos aspectos técnicos e práticos da atuação do Intérprete de Conferência, respeita sua natureza de intérprete comunitário, que tem como vocação assegurar os direitos da Comunidade Surda do Brasil. O modelo proposto pode, além de balizar a atuação dos ILS que já trabalham na TV Câmara, servir de orientação às novas gerações de intérpretes que venham a ocupar esse espaço.

**Palavras-chave:** Estudos da tradução e da interpretação; Intérprete de Libras; Intérprete de língua de Sinais ILS; competência do intérprete de LS; formação de intérpretes.

## ABSTRACT

This dissertation addresses the competence of the Brazilian Sign Language interpreter (ILS) acting in the Brazilian Legislative Power, more specifically the one who works in the Brazilian Sign Language window on TV Câmara. For this, the professional and technical specificities of its performance are investigated, in contrast to the hiring requirements formulated by the Brazilian Chamber of Deputies and other documents that guide its work. Therefore, it was attempted to identify the skills that make up the competence of this interpreter based on the model proposed by Cavallo (2019). To support this research, we also used other authors from Interpretation Studies, such as, DIRIKE (2015; 2018), GILE (1998), BALESTRO E GOROVITZ (2021), GRBIC (2007), KALINA (2000), NAPIER e LEESSON (2015); NOGUEIRA (2016) PÖCHHACKER (2015), WADSENSJÖ (1998), etc. As a methodological approach, the research was conducted in a qualitative and quantitative manner, through bibliographic and documental analysis. The documents that guide the performance of the ILS in the TV Câmara environment were evaluated in a contrasting way, in order to identify the congruence both among them and in relation to the skills identified as necessary in this professional practice. Finally, a competence model of the conference interpreter for the ILS was elaborated in the context of TVCD, also based on the model proposed by Cavallo (2019). Such design, although based on the technical and practical aspects of the role of the Conference Interpreter, respects its nature as a community interpreter, whose vocation is to ensure the rights of the Deaf Community in Brazil. The proposed model can, in addition to guiding the performance of the ILS who already work at TV Câmara, serve as a guide for the new generations of interpreters who will occupy this space.

**Keywords:** Translation and interpretation studies; Libras Interpreter; ILS Sign Language Interpreter; Competence of the LS interpreter; Training of interpreters.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas  
AGU - Advocacia-Geral da União  
APROGE - Assessoria de Projetos de Gestão  
APROJ - Assessoria de Projetos Especiais  
ASB - Associação de Surdos de Brasília  
CACD - Coordenação de Acessibilidade da Câmara dos Deputados  
CEL Conhecimentos Extralinguísticos  
A - Análise Deliberada  
CI - Competências Interpretativas  
CL - Conhecimentos Linguísticos  
CT - Competências Tradutórias  
EI - Estudos da Interpretação  
ET - Estudos da Tradução  
ETILS - Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais  
FEBRAPILS - Federação Brasileira de Associações dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais  
FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos  
GT - Grupo de Trabalho  
IES - Instituição de Ensino Superior  
ILS - Intérprete de Língua de Sinais  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
LBI - Lei Brasileira de Inclusão  
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais  
LS - Língua de Sinais  
LSB - Língua de Sinais Brasileira  
MDB - Movimento Democrático Brasileiro  
MEC - Ministério da Educação  
MPF - Ministério Público Federal  
TCU - Tribunal de Contas da União  
NBR - Normas Brasileiras  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PACTE - Processo de Aquisição de Competência Tradutória e Avaliação  
PISPD - Programa de Inclusão Social de Pessoas com Deficiência  
PL - Projeto de Lei

POSTRAD - Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução

Prolibras - Exame Nacional de Proficiência em Libras

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PUC - Pontifícia Universidade Católica

RICD - Regimento Interno da Câmara dos Deputados

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

SGM - Secretaria Geral da Mesa

TVCD - Tv Câmara

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UnB - Universidade de Brasília

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Estrutura da Câmara dos Deputados.....	20
<b>Figura 2</b> - Espectro conceitual de interpretação .....	32
<b>Figura 3</b> - Modelo de Competência do Intérprete Comunitário de Kaczmarek .....	49
<b>Figura 4</b> - Modelo de Competência do Intérprete com base no Processo e na Experiência de Abl-Mikasa.....	50
<b>Figura 5</b> - Modelo de competência para intérprete de conferência .....	52
<b>Figura 6</b> - Modelo de competência do intérprete de conferência .....	69
<b>Figura 7</b> - Modelo de competência de conferência para ILS em contexto de atuação na TVCD .....	70
<b>Quadro 1</b> - Editais de contratação de ILS .....	58
<b>Quadro 2</b> - Avaliação da FEBRAPILS .....	61
<b>Quadro 3</b> - Recomendações para os Intérpretes de Libras da TV Câmara .....	66

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO 1 O CONTEXTO SOCIOLINGUÍSTICO DA PESQUISA: A CÂMARA DOS DEPUTADOS ENQUANTO ESPAÇO DE ATUAÇÃO DO ILS COMO GARANTIA DE DIREITOS LINGUÍSTICOS.....	18
1.1 A CÂMARA DOS DEPUTADOS E SUA ESTRUTURA.....	18
1.2 O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM UM ESPAÇO ACESSÍVEL: DO INÍCIO AOS DIAS DE HOJE .....	23
1.3 O ILS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: UM BREVE RELATO HISTÓRICO .....	25
1.3.1 Intérprete na TVCD: interpretação comunitária ou de conferência?.....	29
CAPÍTULO 2: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS .....	34
2.1 ESTUDOS DA INTERPRETAÇÃO E O INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS .....	34
2.1.1 Panorama Histórico Sobre a Interpretação .....	34
2.1.2 O Intérprete de Língua de Sinais: do Assistencial ao Profissional .....	37
2.2 ESTUDOS DA TRADUÇÃO E ESTUDOS DA INTERPRETAÇÃO: ONDE ESTÁ A LÍNGUA DE SINAIS? .....	41
2.3 COMPETÊNCIA INTERPRETATIVA E O ILS: UM NICHOS DE PESQUISA ..	44
2.3.1 Competência Interpretativa: modelos e propostas.....	44
CAPÍTULO 3: PERCURSO METODOLÓGICO E ANÁLISE DOS DADOS .....	55
3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA .....	55
3.2 ANÁLISE DOS DADOS .....	56
3.3 PROPOSTA DE MODELO DE COMPETÊNCIA DE INTERPRETAÇÃO DE CONFERÊNCIA PARA ATUAÇÃO NA TV CÂMARA.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	77
ANEXOS .....	83
ANEXO A.....	83
ANEXO B .....	85
ANEXO C.....	87
ANEXO D.....	88
ANEXO E .....	93

## INTRODUÇÃO

É difícil precisar meu primeiro contato com a Língua de Sinais Brasileira (LSB), uma vez que ela está presente em minha vida desde a tenra infância. Sou filho caçula de três irmãos, o segundo sendo surdo; e ao longo da década de 1990 era liderança no Ministério dos Surdos da Igreja Adventista do Sétimo Dia, religião de que fazíamos parte à época. Os mesmos Surdos que estavam no ambiente religioso de que participamos também faziam parte da Associação de Surdos de Brasília (ASB), e assim, a presença de Surdos era uma constante em minha vida, mesmo no seio familiar, onde acabei me tornando o principal elo de comunicação entre meu irmão e minha mãe e, conseqüentemente, da minha mãe com os amigos do meu irmão; depois, na adolescência, eu era solicitado por eles para acompanhar e interpretar diversas situações cotidianas.

Em 2002, tive a oportunidade de participar de um curso de língua de sinais, realizado como treinamento promovido com o Ministério da Educação e da Cultura (MEC), Universidade de Brasília (UnB) e Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (Feneis), em uma escola polo, assim designada por manter várias turmas inclusivas e de integração de Surdos em turmas da 1º a 4º série, sendo uma referência para a educação de Surdos em Brasília à época. Apesar de não ser professor ou servidor, tive o privilégio de acompanhar esse treinamento por ser voluntário na escola em questão, e assim tive meu primeiro contato formal com uma formação em língua de sinais.

No ano seguinte, fui convidado a trabalhar em uma instituição de ensino superior privada (IES), em Brasília. A partir daí, ao longo de quase uma década, passei por várias salas de aula em mais de 25 cursos de graduação, atuando em sete Instituições de Ensino Superior (IES) diferentes, interpretando as aulas para alunos Surdos nessas instituições. Foi em uma dessas salas de aula que acabei me encontrando na área da História, que se tornou posteriormente a minha graduação, ainda que nunca tenha me afastado da interpretação em LSB.

No ano de 2006, já somava alguns certificados de LSB. Nesse mesmo ano, o MEC promoveu em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) o primeiro Exame Nacional de Proficiência em Libras (Prolibras), que foi executado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em sua primeira edição, onde fui aprovado e certificado.

Até o ano de 2010, atuei em vários contextos, para além de ambientes educacionais de graduação e pós-graduação, seja em interpretação comunitária ou como intérprete conferencista

em diversos eventos que ocorriam com frequência na época em Brasília. Foi no final daquele mesmo ano que um novo desafio me aguardava: fui contratado como Intérprete de Língua de Sinais Brasileira (ILS) na Câmara dos Deputados do Brasil para atuar na TV Câmara (TVCD).

A TVCD era diferente de qualquer outra experiência que eu já vivenciei. O trabalho era exaustivo, a dinâmica do rito legislativo era algo totalmente novo, e era a primeira vez que não sabia como seria a recepção da minha interpretação, uma vez que não havia Surdos presentes e a execução da interpretação era feita diante de uma câmera, sendo a única audiência direta a do operador da câmera que não sabia nada sobre Língua de Sinais.

O trabalho do ILS na dinâmica do Rito Legislativo é algo complexo. O respeito e retidão ao regimento deve ser observado de maneira rígida, embora seja passível de flexibilização desde que haja acordo entre os parlamentares. Entre votações, requerimentos e discussões, batalhas políticas são travadas nas tribunas. Os microfones de aparte<sup>1</sup> dentro do plenário podem dar acesso a discussões relevantes entre os parlamentares, fazendo com que os intérpretes trabalhem em discursos e falas desconexas.

A obstrução<sup>2</sup> é uma ferramenta legítima garantida pelo regimento da casa, que visa salvaguardar as minorias no rito. Por vezes, a obstrução faz com que as sessões se alonguem por horas. Além disso, o ímpeto de dar celeridade e sequência à sessão, bem como, o cansaço gerado pelas horas de debates levam os parlamentares a fazerem leituras rápidas de seus discursos. Os debates se acaloram, gerando falas atravessadas e discussões sobrepostas, o que dificulta de sobre maneira o trabalho do Intérprete que está ao vivo para o Brasil inteiro através da janela de Libras.

Se posicionar em uma janela de Libras sem ultrapassar a área de sinalização, visível para o espectador na TV, mas delimitada imaginariamente pelo Intérprete enquanto se posiciona de maneira a referenciar oradores em debates<sup>3</sup> dos mais variados temas é um verdadeiro desafio, principalmente para o intérprete que atua nesse contexto pela primeira vez em sua vida.

A terminologia do legislativo, que se estende para além dos termos jurídicos, era um

---

<sup>1</sup> Os microfones de aparte são microfones dispostos ao longo das mesas do plenário para que os deputados possam abrir diálogos do centro do plenário com um deputado posicionado na tribuna. Os apartes devem ser feitos de acordo com regimento disposto no artigo nº 176 do RICD.

<sup>2</sup> É o recurso utilizado em uma Casa Legislativa, com o objetivo de impedir o prosseguimento dos trabalhos e ganhar tempo dentro de uma ação política. Os mecanismos mais utilizados são os pronunciamentos, pedidos de adiamento da discussão e da votação e saída do plenário para evitar quórum. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/dicionario-de-libras/o/obstrucao>. Acesso em agosto de 2021.

<sup>3</sup> Quando se faz necessário a utilização do recurso de efeito espelho, quando a apontação se dá na direita quando o orador está posicionado em lado esquerdo, ou vice-versa.

verdadeiro complicador na época em que iniciei minha atuação na TVCD, pois não tive acesso a glossários de termos legislativos para LSB. Para suprir essa carência, tínhamos de conduzir discussões em equipe para padronizar as formas como se interpretavam determinados termos.

Para superar os desafios diários do trabalho como ILS no Parlamento, estratégias foram – e ainda são - constantemente implementadas a partir da experiência concreta e paulatinamente consolidada ao longo da atuação. Além disso, a necessidade de substituir membros da equipe de ILS, seja por enfermidades, situações familiares, demissões ou férias, acarretava contratações temporárias pela TV. Esses profissionais, jogados para a frente da câmara sem conhecimento prévio do rito legislativo, da terminologia e das dinâmicas de plenário, enfrentavam situações assustadoras, dificultadas por não terem nenhuma fonte de informação e de nenhuma diretriz, para além da experiência dos ILS “veteranos”, que sempre buscavam orientar a atuação desses ILS temporários, de modo a melhorar o desempenho da equipe e amenizar sua aflição. Alguns desses ILS eram chamados de maneira recorrente para assumir novas substituições ou para cobertura de férias. Progressivamente, por meio da troca de experiências com os ILS efetivos, eles sentiam-se mais seguros, superando as dificuldades da atuação. Essa também foi a minha experiência, em que as orientações dos colegas mais experientes promoveram e auxiliaram o desenvolvimento das minhas próprias estratégias.

Até o ano de 2017, não possuíamos qualquer feedback sobre a recepção dos Surdos em relação à interpretação dos ILS da TVCD. Nesse mesmo ano, uma reclamação sobre a qualidade da interpretação desses profissionais via Ouvidoria chegou até o Comitê de acessibilidade da Casa e ao setor de programação da TVCD, local de lotação dos ILS. Por definição, qualquer ocorrência oriunda da Ouvidoria deve ser seguida de resolução do problema apresentado pela reclamação, após acareação do setor responsável, seguida de resposta ao reclamante.

A Coordenação de Acessibilidade da Câmara dos Deputados (CACD) e a TVCD buscaram então avaliar o trabalho dos profissionais, contando com o apoio dos membros da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS) para o mapeamento das falhas dos ILS. A partir da visualização de vídeos diversos em que os ILS atuavam e de critérios avaliativos definidos pela Federação, foram atribuídas notas e avaliações a cada profissional ILS. Um parecer geral foi então produzido, bem como um relatório individual para cada Intérprete pontuando acertos e falhas a serem corrigidas durante o trabalho. A Coordenação de Acessibilidade da Câmara também produziu um documento com recomendações para a atuação dos ILS durante as interpretações, apresentando orientações acerca da postura, do recurso a glossários, datilologia,

vestimenta, entre outras. Desde então, de tempos em tempos, a equipe é avaliada de maneira geral e individual, a primeira avaliação tendo ocorrido em 2017 e a segunda, em 2020.

Esse cenário deu origem a questionamentos iniciais que orientaram a delimitação dos objetivos e do problema de pesquisa: 1) Quais ações da Câmara dos Deputados para garantir acessibilidade linguística aos Surdos?; 2) Quem é o profissional ILS que atua na TVCD? 3) Qual o perfil profissional do ILS requisitado pela TVCD?; 4) O ILS na TVCD se enquadra preferencialmente na categoria de intérprete de conferência ou comunitário?

Impelido por esses questionamentos a buscar respostas mais concretas, levei a temática para o ambiente acadêmico de modo a aprofundar meus conhecimentos sobre o assunto. Assim, ingressei no primeiro semestre de 2019 no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da UnB.

Assim, apresento o presente trabalho que se insere na linha de pesquisa da Tradução e Práticas Sociodiscursivas, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução (POSTRAD) da UnB. Como Objeto de Estudos, está o ILS da TVCD, tendo delimitado o problema em torno da competência interpretativa necessária para atuação na TVCD, e definindo como objetivo principal discutir um modelo de competência de interpretação de conferência para atuação na TV Câmara. O resultado do trabalho ainda apresenta uma proposta de modelo de competência para esse profissional. Para atingir este objetivo, a pesquisa se dispõe a: i) pesquisar os requisitos e critérios de contratação de ILSs para a TV Câmara; ii) analisar os documentos sobre a atuação dos ILS na TVCD; iii) verificar se a formação exigida e as recomendações oriundas da avaliação feita com os intérpretes contemplam as competências necessárias para atuação na TVCD; e por fim iv) identificar quais as competências interpretativas necessárias para este tipo de atuação.

Partindo dessas delimitações, a presente pesquisa estrutura-se da seguinte maneira:

O capítulo um, que apresenta o contexto sociolinguístico da pesquisa, desdobra-se em três tópicos, quais sejam:

- a Estrutura da Câmara dos Deputado;
- o processo de transformação em um espaço de acessibilidade;
- e o profissional ILS em sua trajetória até sua chegada a esse contexto.

O capítulo dois discorre sobre os pressupostos teóricos que nortearam o trabalho:

- o intérprete de LSB na perspectiva dos Estudos da Interpretação.
- questões sobre a Competência Interpretativa e o ILS como um novo nicho de pesquisa, elencando conceituações e reflexões acerca do assunto.

O capítulo três versa sobre o aspecto qualitativo da pesquisa, apresentando seus

objetivos, geral e específicos, bem como o público-alvo, seguido da descrição dos métodos que foram implementados para a coleta e a análise dos dados. Apresenta ainda os dados coletados, bem como os resultados obtidos segundo a metodologia proposta.

Por fim, sugere-se uma proposta de modelo de competência de interpretação de conferência para atuação na TVCD, baseada no modelo apresentado por Cavallo (2019) e na análise bibliográfica e documental produzida neste trabalho.

O trabalho encerra-se com as Considerações finais da pesquisa, suas referências bibliográficas e apêndices.

# **CAPÍTULO 1- O CONTEXTO SOCIOLINGUÍSTICO DA PESQUISA: A CÂMARA DOS DEPUTADOS ENQUANTO ESPAÇO DE ATUAÇÃO DO ILS COMO GARANTIA DE DIREITOS LINGUÍSTICOS**

## **1.1 A CÂMARA DOS DEPUTADOS E SUA ESTRUTURA**

Neste tópico, apresentaremos a Câmara dos Deputados do Brasil, instituição que compõe o Congresso Nacional, sede do Poder Legislativo federal. Percorremos sua história e contribuições para a transformação da vida da sociedade brasileira, bem como para a construção de uma sociedade mais inclusiva a partir de suas proposições de leis. Por fim, destacamos aqui o processo de transformação do seu espaço institucional em um ambiente acessível no que tange ao usuário de língua de sinais. Dentre esses espaços, estão as comissões temáticas; os auditórios em que se transmitem solenidades e seminários; e o Plenário Ulysses Guimarães, da Câmara dos Deputados. Por ser televisionado pela TVCD para todo o Brasil, possibilita que o processo legislativo e as opiniões dos parlamentares sobre as mais diversas temáticas se tornem acessíveis à comunidade surda usuária de língua de sinais.

A Constituição de 1824, imposta por D. Pedro 1º quando do estabelecimento do Império brasileiro, criava a Assembleia Geral Legislativa, em sistema bicameral, ou seja, uma Câmara dos Senadores e uma Câmara dos Deputados, sistema esse que vigora no Brasil até os dias de hoje. A sessão de abertura da primeira legislatura brasileira da Assembleia Geral Legislativa ocorreu em 1826, apenas três anos e meio após a proclamação da independência (1822).

Em 1891, uma nova Constituição é promulgada em virtude da proclamação da República, em 1889, e em seu texto, a nova Lei Maior nomeou as Casas do Poder Legislativo tal como são conhecidas atualmente: Congresso Nacional, composto por Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Importa destacar que o Poder Legislativo federal (Câmara dos Deputados e Senado Federal) já ocupou diversas localidades. A primeira foi o prédio conhecido como “Cadeia Velha”, no qual Tiradentes ficou encarcerado até a sua execução, na forca, em 1792. Posteriormente, contamos também, com evento de grande importância, no mesmo local, que foi a aprovação da Lei Áurea, em 1888.

Posteriormente, outras localidades sediaram a Câmara dos Deputados, como o Palácio de São Cristóvão (1891), Palácio Monroe (1914-1922), Biblioteca Nacional (1922-1926), até que em 1922 a Cadeia Velha foi demolida, e em seu lugar, o Palácio Tiradentes, que leva o nome

do preso mais notório do prédio, e foi construído para objetivamente sediar a Câmara dos Deputados, que lá ficou do ano de 1926 até 1960, quando se muda novamente, com a transferência da Capital do Brasil para Brasília, passando a ser sediada no Congresso Nacional com proximidade entre as Casas Legislativas e os Poderes Executivo e Judiciário<sup>4</sup>.

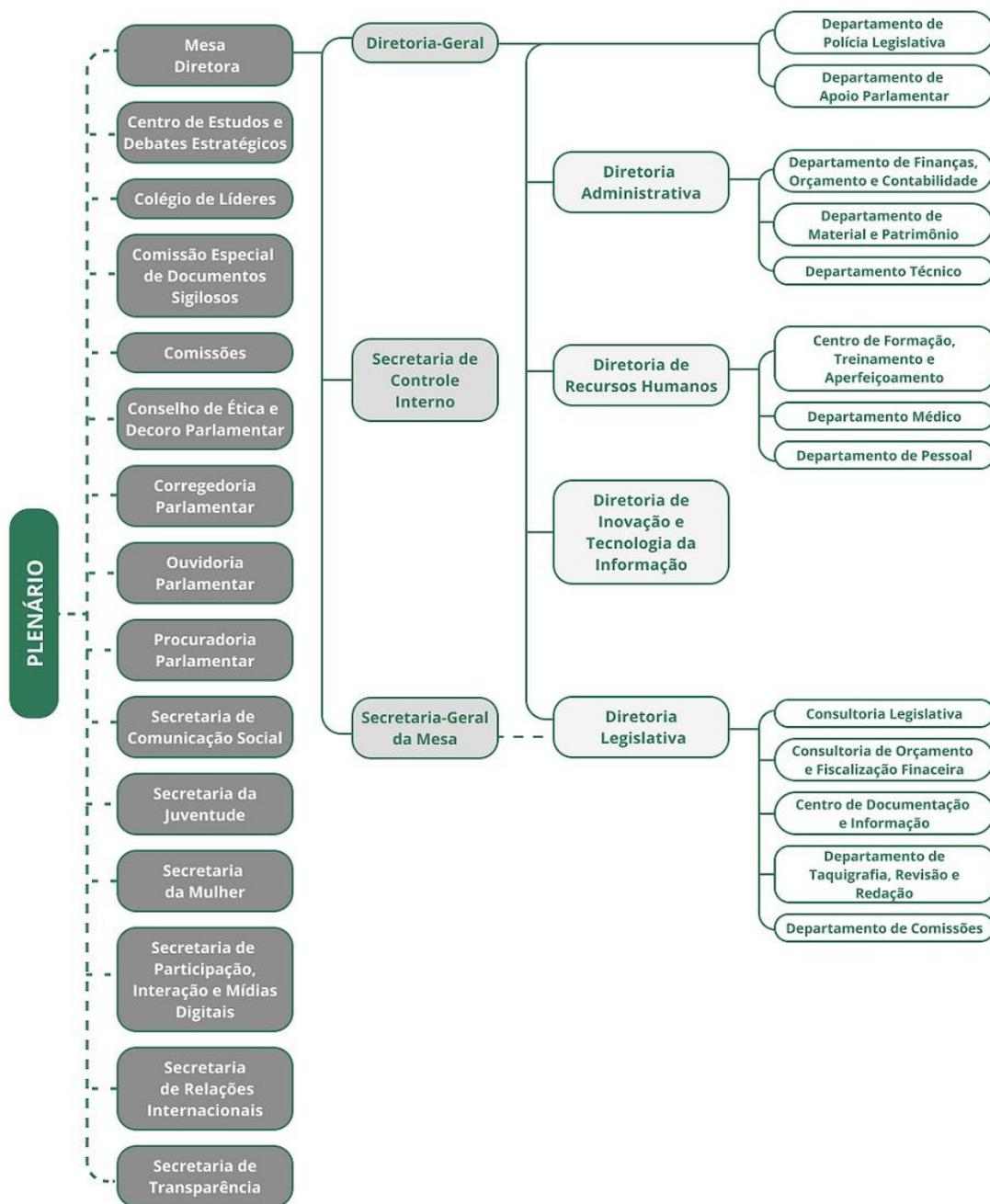
É na Constituição de 1988, entretanto, que encontramos a configuração mais atual do Poder Legislativo. Os deputados foram delimitados em um número fixo de 513, que são eleitos por sistema proporcional de votação para mandatos de quatro anos, e a quantidade de representantes por estado se dá de maneira equivalente à população do ente federativo, onde o mínimo de Deputados é oito (ex. Amapá e Distrito Federal) e o máximo de 70 (ex. São Paulo). No caso dos Senadores, o sistema de eleição é o majoritário, e o número de representantes é de três por cada ente federativo, onde os mandatos são de oito anos.

Os trabalhos legislativos são realizados por Legislatura, que é delimitada como um período de quatro anos, cada ano desse período sendo chamado de “Sessão legislativa”, ou seja, cada Legislatura possui quatro sessões legislativas com início no dia 2 de fevereiro, suspensa no dia 17 de julho, retomada no dia 1º de agosto e encerrada no dia 22 de dezembro, de acordo com o art. nº 57 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/historia-e-arquivo/>. Acesso em: nov. 2020.

**Figura 1 - Estrutura da Câmara dos Deputados**



Fonte: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/camara-dos-deputados>.

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) descreve o Plenário como órgão máximo de deliberação, no qual os parlamentares discutem e votam as proposições tramitantes e deliberam de maneira soberana dentro de suas atribuições constitucionais. O Presidente da Câmara supervisiona e coordena os trabalhos, bem como é o que se pronuncia pelo coletivo dos pares. O Presidente da Câmara, entre outras atribuições, pode substituir o Presidente da República e participar dos Conselhos da República e Defesa Nacional.

Projetos de Lei, Decretos Legislativos, dentre outros, antes de serem apreciados em

Plenário, são debatidos por grupos menores de parlamentares nas Comissões Temáticas, que visam aprofundar as discussões e munir os deputados de conhecimentos em audiências públicas. Estas comissões podem ser permanentes ou de caráter temporário. A sociedade civil tem acesso e pode participar das audiências públicas e demais eventos produzidos pelas Comissões, levando aos parlamentares os anseios, necessidades e problemas reais da população brasileira.

À Mesa Diretora cabe a direção dos trabalhos legislativos, bem como os serviços administrativos da Casa. Sete deputados integram o colegiado que gere a Mesa Diretora e são eleitos entre os parlamentares. Dentre as competências específicas, destacam-se a promulgação de emendas constitucionais em conjunto com a Mesa Diretora do Senado, assim como a proposição de mudanças regimentais. Após a eleição da Mesa, são designados quatro de seus membros para serem Corregedor e Corregedores Substitutos que zelam pela manutenção do decoro, ordem e disciplina na Casa. Se um inquérito for aberto contra um deputado, será o corregedor a presidir as investigações.

O assessoramento dos trabalhos legislativos cabe à Secretaria Geral da Mesa (SGM), em uso de suas atribuições, que auxilia as atividades legislativas dos trabalhos nas sessões plenárias e demais eventos políticos relacionados à Presidência da Câmara. No que tange ao planejamento, coordenação e controle das atividades administrativas internas da Câmara são de responsabilidade da Diretoria-Geral.

De acordo com o RICD, as deliberações, quer sejam nas comissões ou no Plenário, são realizadas por meio de voto dos Parlamentares presentes. Estes se organizam em bancadas partidárias, ou em blocos partidários que elegem seus líderes para encaminhar os pleitos a serem votados, conforme art. 9º do RICD. Os líderes podem também solicitar a palavra a qualquer instante da sessão para tratar dos assuntos em deliberação ou qualquer outra temática de relevância nacional, assim como defender um ponto de vista ideológico. São os líderes que indicam as composições das Comissões delimitadas a proporcionalidade de seu grupo. O Presidente da República pode indicar um deputado para liderar os interesses do Governo, chamado “líder do Governo”, esse órgão sendo composto por um líder e 10 vice-líderes no Colégio de Líderes.

O Colégio de Líderes, como descrito no art. 20 do RICD, é um órgão de grande importância, pois visa conciliar diferentes interesses e tentar convergir pontos opostos para o melhor andamento do processo legislativo. Em sua composição estão os líderes partidários, bem como os blocos de minoria, maioria e Governo.

A Procuradoria Parlamentar, em consonância com o art. 21 do RICD, é responsável

pela promoção da defesa da Câmara, sendo de sua responsabilidade a defesa judicial e extrajudicial da Casa por meio de advogado, Ministério Público Federal (MPF) ou Advocacia-Geral da União (AGU). Promove também as reparações como direito de resposta, indenizações por dano moral ou material, em caso de comunicações ofensivas à Casa que possam vir a ser veiculadas por meio de algum órgão de comunicação. Sua composição, de atribuição do Presidente da Câmara, e de 11 membros, que pelo tempo de mandato de dois anos trabalham em colaboração com a Mesa.

As denúncias, sejam de pessoas físicas ou jurídicas, são recebidas e examinadas pela Ouvidoria Parlamentar e então encaminhadas a quem couber de direito. À Ouvidoria, segundo o art. nº 21-A do RICD, cabe também responder aos cidadãos ou instituições sobre as providências cabíveis ou, ainda, encaminhar para os órgãos competentes como Tribunal de Contas da União (TCU) e MPF. É composta por um Ouvidor-Geral e dois substitutos designados pela presidência da Câmara.

A Secretaria de Comunicação Social (SECOM)<sup>5</sup> é a responsável pela divulgação do trabalho parlamentar com prioridade no processo legislativo. Também é de responsabilidade da SECOM gerir a comunicação da Casa, as relações públicas e conteúdos disseminados em qualquer plataforma. É de sua alçada também delimitar a linha editorial dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados, como TV, Rádio, etc. Adquirir e operacionalizar tecnologias mais atuais com o objetivo de universalizar o conteúdo, supervisão das atividades da infraestrutura técnica para execução da comunicação da Casa. Além de promover a história e o multiculturalismo do Brasil, garantir veiculação de conteúdos produzidos de forma colaborativa.

A SECOM é estruturada<sup>6</sup> por sete coordenações e um centro cultural, sendo estas: coordenação de gestão, apoio técnico-administrativo que dirige os serviços técnicos, administrativos e auxiliares que são vitais ao funcionamento da SECOM; coordenação de rede legislativa de Rádio e TV Digital, que planeja e rege a implantação da Rádio e TV digital, transmissão e retransmissão da rádio e TV digital da Câmara dos Deputados; Coordenação de Jornalismo, que tem competência na elaboração de pautas de acordo com o regramento da SECOM, bem como supervisionar o trabalho de reportagem de todos os veículos de comunicação da Casa diariamente. É na SECOM que, entre os veículos de comunicação se faz

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secom/atribuicoes>. Acesso em: nov. 2020.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secom/estrutura>. Acesso em: nov. 2020.

presente a TVCD, que é o lócus de atuação dos ILS que se faz objeto desta pesquisa.

Cabe à coordenação da agência câmara a difusão em tempo real a quem for de interesse, informações, notícias, dentre outros, em conformidade com a linha editorial estabelecida pela SECOM. A coordenação de produção audiovisual para TV, Rádio e mídias digitais supervisiona a realização de programas transmitidos pela TV e Rádio Câmara, assim como nas páginas institucionais e mídias digitais, e também as definições de grade da TV e Rádio Câmara.

A Coordenação de Infraestrutura Tecnológica é responsável pela conservação e renovação dos equipamentos eletroeletrônicos dos veículos de comunicação da Casa, bem como o zelo pelo acervo de produtos audiovisuais da Câmara dos Deputados. A coordenação de relações públicas e cerimonial compete a organização e supervisão de eventos institucionais da Casa, sem detrimento de outros departamentos com finalidade similar, assim como supervisiona os projetos de turismo cívico e atendimento ao público. O Centro Cultural Câmara dos Deputados tem por objetivo a tratativa de todos os aspectos de planejamento coordenação, curadoria, etc., relacionados à historiografia parlamentar, museologia, exposições, atividades, projetos culturais e artísticos de todas as vertentes e modalidades, bem como eventos culturais que sejam de interesse da Instituição, se de iniciativa de terceiros ou parceiros externos.

É possível a percepção acerca da extensão da estrutura disposta na Câmara dos Deputados. O próximo tópico discorrerá sobre a acessibilidade neste espaço, bem como sua trajetória para consolidação da Câmara dos Deputados enquanto espaço acessível.

## **1.2 O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM UM ESPAÇO ACESSÍVEL: DO INÍCIO AOS DIAS DE HOJE**

A luta por direitos das minorias no Parlamento, ao longo dos últimos anos, tem obtido sucesso, com a implementação de medidas de acessibilidade de pessoas com deficiência, sejam servidores, visitantes, e mais recentemente, deputados. A preocupação com a acessibilidade se manifesta por um conjunto de leis com a finalidade de garantir os direitos da pessoa com deficiência (Lei n.º 10.048/2000 e Lei n.º 10.098/2000). Ambas as leis, de iniciativa do Legislativo, definiram um conjunto de regras que normatizou outros entes da Federação e órgãos do Estado acerca da acessibilidade. Assim, a Câmara, não apenas na formulação da legislação, mas também, posteriormente, em iniciativas concretas, torna-se um modelo para os demais poderes e órgãos do Estado.

Para tanto, em março de 2004, com o objetivo de implantar o Programa de Inclusão Social de Pessoas com Deficiência (PISPD), foi criado, por meio da Portaria-DG n. 29, de 11

de março de 2004, o Grupo de Trabalho (GT), coordenado pela Assessoria de Projetos Especiais (APROJ), atual Assessoria de Projetos e Gestão (APROGE). Das atribuições do Programa estava: “difundir uma cultura de inclusão, propor ações para garantir a acessibilidade física, virtual e de documentação nas dependências da Casa e desenvolver programas de capacitação de servidores.” (ATO da Mesa nº 149/2017). Vale notar que não há menção quanto à acessibilidade linguística.

O GT ganha novas atribuições um ano depois, através da Portaria-DG n. 48/2005, art. 3º, em que diz:

I) Implementar ações continuadas de inclusão das pessoas com deficiência [...], II) Estabelecer diálogo com as diversas entidades governamentais e civis dedicadas ao tema, bem como acompanhar e propor o desenvolvimento de tecnologias e normas referentes à acessibilidade; [...] III) Apoiar e assessorar os demais órgãos da Casa em assuntos relacionados à questão das pessoas com deficiência. [...]. (BRASIL, 2005).

É justamente nessa eliminação de barreira linguística, ou como nomeado “barreira de comunicação” no art. 3º, inciso 1, alínea “e”, a importância da presença do intérprete de língua de sinais no que tange à “eliminação de barreiras de comunicação (PORTARIA-DG N.48 de 05/04/2005).

Verificamos que com mais um ano de prorrogação do PISPD houve a necessidade de continuidade dos trabalhos ali desenvolvidos. A partir disso, o grupo foi transformado em Comitê, sem alterar suas atribuições, e ainda se tornando permanente o Programa passou a se chamar Programa de Acessibilidade da Câmara dos Deputados.

A partir daí, a acessibilidade começa a ganhar corpo e forma na Câmara dos Deputados, abrangendo todas as pessoas, sejam “parlamentares, funcionários, visitantes, telespectadores e internautas e isso independente do tipo de limitações físicas, sensoriais ou intelectuais” (BRASIL, 2017). Os projetos inclusivos são implantados paulatinamente, adequando-se às demandas da Casa, modificando-as, assim como os espaços físicos da Casa, à medida que novas tecnologias são agregadas ao ambiente, tornando-o mais inclusivo.

A Portaria-DG n. 56/2011, que institui a Política de Acessibilidade da Casa, creditou em definitivo o termo “Programa de Acessibilidade”, e designou a Assessoria de Projetos e Gestão da Diretoria-Geral como responsável pela promoção e assessoria, bem assim como pelo monitoramento de ações de acessibilidade da Casa, sem concorrer com qualquer outra iniciativa de setores que o fizerem por conta própria, como podemos verificar no artigo 2º, em seu parágrafo único, que diz:

As atividades do Programa de Acessibilidade estarão restritas à sua área de atuação, sem prejuízo de outras iniciativas de responsabilidade social já existentes ou a serem coordenadas por outros órgãos da Câmara dos Deputados [...]. (BRASIL, 2011).

Vale ressaltar que a Política de Acessibilidade da Câmara dos Deputados está em consonância com as normativas internacionais e nacionais, e como citada no Ato da Mesa Nº 149/17 em sua justificativa, a Política de Acessibilidade “consolidou o compromisso da Câmara de se tornar modelo em acessibilidade”.

O Programa de Acessibilidade está vinculado à APROGE, Assessoria de Projetos e Gestão e instituída pela Resolução nº 32/2002, sendo modificada pelos Atos da Mesa nº 47/2009 e nº 69/2013. O vínculo do Programa de Acessibilidade à APROGE faz todo sentido, uma vez que a implantação de espaços de acessibilidade depende de projetos; e segundo a Resolução nº 32/2002, incisos do art.2º, compete a APROGE:

- I - desenvolver trabalhos técnicos, estudos e pesquisas acerca de demandas da Câmara dos Deputados, visando subsidiar o planejamento estratégico e a definição de diretrizes;
- II - levantar necessidades, avaliar alternativas e desenvolver soluções relativas a tecnologias, projetos e ações;
- III - auxiliar o estabelecimento de cooperação mútua entre a Câmara dos Deputados e entidades ou instituições estrangeiras e nacionais, visando ao intercâmbio de informações e experiências;
- IV - planejar, coordenar, acompanhar e executar ações da Câmara dos Deputados junto aos demais órgãos do Legislativo Federal, às Assembleias Legislativas Estaduais e aos demais órgãos governamentais. (BRASIL, 2002).

Atualmente, o Programa de Acessibilidade se define institucionalmente como Coordenação de Acessibilidade da Câmara dos Deputados (CACD), apresentando um impacto positivo na Casa e servindo de modelo referencial para diversas outras instituições da Administração Pública. Seu vínculo com a APROGE se justifica pela “necessidade de oficializar uma área que já existia de fato na Câmara dos Deputados, mas não de direito” (ATO da Mesa Nº 149/2017). A CACD, a partir de um mapeamento exaustivo dos espaços da Câmara dos Deputados, onde se faz necessária a acessibilidade linguística, determina os locais de atuação dos intérpretes de língua de sinais, os ILS.

### **1.3 O ILS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: UM BREVE RELATO HISTÓRICO**

Impulsionada pela necessidade premente de consolidar essas ações de cidadania e inclusão social de forma contínua, a Câmara dos Deputados alcançou resultados concretos ao longo dos anos que culminaram na formalização do Programa de Acessibilidade como Coordenação vinculada à estrutura administrativa da Diretoria-Geral, por meio da Resolução nº 19/2016. Esse novo plano de acessibilidade geral dá prioridade à acessibilidade linguística na Câmara dos Deputados, ações que foram iniciadas com o programa de inclusão social de pessoas com deficiência, em seu Plano de Projeto - Sensibilização e Capacitação, elaborado em

2004, item “7.9 Interpretação em Libras (Língua de Sinais Brasileira) e inserção de legendas nos programas exibidos pela TV Câmara” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004, p. 25).

Contudo, é somente em 2009 que ocorre, de fato, o início da implementação de ações de acessibilidade linguística para a pessoa surda, por meio da TV Câmara, com a contratação de intérpretes e inserção de Janela de Libras (Língua Brasileira de Sinais).

De acordo com o edital de Pregão Eletrônico nº 85/09 (ANEXO A), os intérpretes eram contratados para atuação em Janela de Libras na TVCD, inicialmente por um período de 42 horas semanais<sup>7</sup> e de 7 horas diárias interpretando, principalmente, as sessões de plenário. Posteriormente, a quantidade de profissionais foi ampliada, assim como a cobertura de interpretação na transmissão de outras programações, o que deu início ao sistema de turnos, diurno e noturno.

Dentre os acontecimentos mais notórios, destacam-se o período entre dezembro de 2015 a agosto de 2016, com a cobertura do processo e julgamento de *impeachment* da então Presidenta da República Dilma Rousseff (PT) e a cassação do mandato do então Presidente da Câmara Eduardo Cunha (MDB), entre outros que foram de grande repercussão na mídia. Nesse cenário, a imagem desses profissionais ILS, por estarem fixos às imagens cedidas pela TVCD, também ganharam visibilidade e notoriedade nacional e internacional.

Já em termos de mudanças estruturais, destaca-se a utilização da imagem dos intérpretes em plenário em grandes telões em sessões solenes, e posteriormente em telas específicas em todo o plenário e sessões, devido à presença de assessores surdos de parlamentares, como da então Deputada Federal Mara Gabrilli (PSDB-SP) e do Deputado Federal Carlos Gomes (Republicanos-RS). Destacamos que a vestimenta utilizada pelos ILS do sexo masculino era composta por terno na cor preta e gravata, e das ILS do sexo feminino era composta por camisas longas e colete que lhes cobriam por completo seus braços. A partir de demandas de surdocegos levadas por gabinetes parlamentares até a TVCD, o Programa de Acessibilidade e aos próprios ILS, mudou-se para utilização de camiseta preta de manga curta, para melhor visualização da sinalização dessa audiência específica.

Até o ano de 2017, toda a organização de trabalho dos ILS era resultado da própria dinâmica da TV e dos intérpretes e seguia recomendações mais específicas do Programa de

---

<sup>7</sup> Importante esclarecer que muito embora não tenhamos conseguido encontrar o aditivo contratual que ampliou a quantidade de intérpretes de libras que foram de dois no início do contrato e dois meses depois já houve a ampliação para quatro e cinco profissionais, ainda em 2009, e que já ao final do ano de 2010 já constava uma equipe com seis profissionais, tal como é a configuração atual. Com as mudanças na equipe e contratos, o número de intérpretes sobe para seis, sendo quatro profissionais de período integral e dois profissionais de jornada reduzida, como forma de apoio nos dias de maior fluxo de demanda, que ocorriam às terças, quartas e quintas-feiras, dias em que existem sessões deliberativas, e por consequência, se tornam mais alongadas e exaustivas.

Acessibilidade da Câmara. Nesse mesmo ano, chegou à Casa, através da Ouvidoria Parlamentar, reclamação sobre a atuação dos profissionais ILS durante as sessões. Tendo em vista o art. 21, inciso I, do RICD, tais reclamações foram repassadas aos órgãos competentes da Câmara, para as devidas providências e resposta ao reclamante, sempre resguardando o sigilo do reclamante. Por conta de tal reclamação, a Coordenação de Acessibilidade foi instada a responder, sendo então estabelecida uma parceria com a FEBRAPILS para que esta pudesse avaliar os ILS enquanto equipe e de maneira individual.

Por consequência do relatório de avaliação produzida pela Federação (ANEXO B), a CACD elaborou um documento nomeado “RECOMENDAÇÕES PARA OS INTÉRPRETES DE LIBRAS DA TV CÂMARA” (ANEXO C), que contém 15 orientações para atuação do ILS na TV Câmara, que é o alicerce desta pesquisa.

Em 2020, com o advento da pandemia causada pelo popularmente conhecido Novo coronavírus, proibiu-se a aglomeração de pessoas, incluindo o espaço de debate e deliberação da Câmara, que é ocupado por 513 deputados, assessores, servidores e funcionários da Casa em espaço fechado. A partir de 17 de março de 2020, para que não se suspendesse as atividades legislativas, medidas sanitárias foram tomadas, sendo a principal delas a sessão remota, através da Resolução da Câmara dos Deputados nº 14/20 e regulamentada pelo Ato da Mesa Nº 123, de 20 de março de 2020, que consiste em autorizar os parlamentares a continuarem seus trabalhos a distância, e as deliberações em Plenário ocorrerem por meio de videoconferência, com participação presencial limitada às lideranças partidárias e à Mesa Diretora, não sendo permitida a livre circulação de pessoas no Plenário.

Para os ILS, esse novo cenário também influencia na forma de trabalho. As discussões, não mais sendo feitas de maneira presencial, culminam em menores interferências entre e durante as falas dos parlamentares, bem como a pauta de cada sessão sendo previamente acordada e divulgada, o que organizou as sessões e otimizou a dinâmica em plenário.

Os profissionais ILS da TVCD não são servidores, e sim, contratados por uma empresa terceirizada por meio de processo licitatório. A Câmara constrói, através do documento de licitação, o perfil exigido dos profissionais que irão atuar na Casa, e a empresa vencedora da licitação contrata os profissionais de acordo com este perfil. No caso dos ILS, houve, desde 2009 até o ano de 2020, três licitações para contratação de intérpretes.

Atualmente, na TV Câmara, há duas modalidades de contratos para os ILS, com carga horária distinta, como já mencionado anteriormente. No ano de 2009, o edital do Pregão Eletrônico nº 85/09 (ANEXO A) previa a contratação de dois intérpretes com jornada de trabalho de 42 horas semanais. Os pré-requisitos básicos de formação exigidos destes

profissionais eram os de possuir nível superior e o exame nacional de proficiência em Libras, vulgo Pró-Libras, realizado pelo MEC. O edital estipula como atividade:

[...] traduzir e interpretar para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) as informações, falas e discursos proferidos em eventos gravados ou transmitidos ao vivo pela TV Câmara, seja em Plenário, Comissões, Seminários, Estúdio ou outros eventos.

O segundo Edital nº 83/13, em 2015, já previa a contratação de seis ILS, sendo quatro em jornada de 40 horas semanais e dois ILS em jornada reduzida de 24 horas semanais e com mesma atribuição e pré-requisitos do primeiro edital.

Já em 2020, no Edital nº 126/20, há pequenas modificações no que concerne à contratação destes profissionais. No que tange às atribuições, vemos que o universo digital também entra no contexto das transmissões do Legislativo:

Traduzir e interpretar para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) as informações, falas e discursos proferidos em eventos gravados ou transmitidos ao vivo, seja em Plenário, Comissões, Seminários, Estúdio ou outros eventos, na TV Câmara, YouTube e nas demais redes sociais e formas de transmissão da Câmara dos Deputados.

Outra particularidade que pode ser observada nesse mesmo edital é a retirada do Pró-Libras como pré-requisito de contratação, deixando como exigência apenas a certificação de ensino superior e indicando o certificado de proficiência como “desejável”, ou seja, não mais obrigatório. Modificações também ocorreram no quesito “Outros Requisitos Necessários”, tais como:

[...] curso de educação profissional na área de Libras reconhecidos pelo Sistema que os credenciou e/ou cursos de extensão universitária e/ou cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias Estaduais de Educação; conhecimento dos termos técnicos utilizados no dia a dia do Poder Legislativo e carta de apresentação de instituição representativa dos deficientes auditivos.

Logo, ainda que o exame de proficiência tenha deixado de ser um requisito obrigatório, uma vez que sua última edição ocorreu no ano de 2015, a exigência de formação de nível superior ainda está presente no perfil de contratação do ILS.

Importa destacar que a contratação dos profissionais deve ser prorrogada para além no período licitatório, tendo em vista que o edital serve para conduzir os licitantes em relação à contratação, no que tange aos requisitos mínimos. Com efeito, demissões e contratações podem ocorrer a qualquer momento. Até o ano de 2017, a contratação dos profissionais se dava tão somente com base em análise curricular e verificação de documentação.

A partir de 2017, entretanto, após a avaliação e parecer emitido pela FEBRAPILS, a instituição é convidada a participar como banca avaliadora em todos os processos seletivos destinados à contratação de ILS. Assim, além de precisar cumprir as exigências descritas no

edital, esse profissional também é submetido à avaliação da Federação, que classifica os profissionais de acordo com sua proficiência e deixa a cargo da Câmara a escolha, dentre os qualificados, daquele(s) o que será(ão) contratado(s).

Após serem apresentados nesse capítulo o contexto sociolinguístico de atuação dos ILS objeto dessa pesquisa e as características técnicas exigidas pela Câmara para contratação desse profissional no espaço da TVCD, apresentando um histórico desse profissional nesse contexto específico, discorreremos no próximo capítulo sobre os estudos no campo teórico no âmbito dos Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS) (RODRIGUES; BEER, 2015), a partir de um panorama histórico deste profissional.

### **1.3.1 Intérprete na TVCD: interpretação comunitária ou de conferência?**

Para iniciarmos nossa discussão, faz-se necessário apresentar a interpretação comunitária e a interpretação de conferência, de modo a distingui-las e discutir em qual campo de atuação está inserido o intérprete da TVCD. Como ponto de partida, passamos a apresentar a ideia de interpretação de forma ampla, uma vez que os intérpretes de língua de sinais não se excluem do conceito de intérpretes. Com efeito, de acordo com Pöchhacker (2015, p. 198, tradução nossa<sup>8</sup>),

A ligação conceitual entre linguagem e 'língua', que também é encontrada na forma como os intérpretes foram designados como línguas na ESPANHA colonial, aponta para a ORALIDADE como um aspecto crucial da interpretação. Mais do que sua ligação óbvia com a fala, a oralidade destaca a produção de enunciados como um processo dinâmico de ação situada e, portanto, não precisa excluir enunciados em língua de sinais.

A partir dessa afirmação, é possível considerar a interpretação em língua de sinais em mesmo nível que as interpretações em demais línguas orais, uma vez que a oralidade não remete à fala e sim a enunciados. O que diferenciaria a interpretação em Línguas de Sinais das demais seria o aspecto da modalidade de cada língua e suas características. Várias obras de referência, a exemplo das publicações da Routledge, apresentam a interpretação em LS como tópico específico, embora as definições de interpretação comunitária ou de conferência façam referência ao ILS.

A partir dessa consideração, passamos à discussão sobre os tipos mais amplos de interpretação, quais sejam: Interpretação Comunitária e Interpretação de Conferência. Gbric (2015, p. 370) apresenta os contextos jurídico, de saúde e educacional como subdivisões do

---

<sup>8</sup> Do original: "The conceptual linkage between language and 'tongue', which is also found in the way interpreters were designated as *lenguas* in colonial SPAIN, points to ORALITY as a crucial aspect of interpreting. More than its obvious link with speech, orality highlights the production of utterances as a dynamic process of situated action, and hence need not exclude utterances in signed language".

grande campo que é a interpretação comunitária, por encenarem o "diálogo interpessoal face a face".

Já para Cecília Wadensjo (2001, p. 33), a interpretação comunitária se refere ao tipo de interpretação que ocorre na esfera de serviços públicos, para facilitar a comunicação entre autoridades e informações governamentais e as pessoas que necessitam desses serviços, entre eles segurança pública, imigração, centros de assistência social, contextos de saúde, educacional e instituições similares. Esse intérprete é ainda referido como intérprete de diálogo ou intérprete para serviços públicos. Acrescente-se que a interpretação comunitária geralmente é bi-direcional e, como regra, realizada de maneira consecutiva, podendo ocorrer em situações presenciais ou similares.

Para Pöchhacker (2004, p. 15), a interpretação comunitária está vinculada à atividade de caráter intra-social, ligada às instituições públicas e ao acesso aos bens públicos (mediação social), tais como os contextos de saúde e jurídicos. Pagura (2003) corrobora tal perspectiva, indicando que a interpretação comunitária está presente quando de interações reais e diálogos espontâneos, face a face, e não de discursos. Ou seja, a interpretação comunitária pode ser realizada de forma simultânea ou consecutiva e é preponderantemente dialógica.

É importante destacar que, ao nos remetermos à interpretação comunitária, estamos diante da idéia de “comunidade”, ou seja, o intérprete de língua de sinais garante a participação linguística de pessoas pertencentes a grupos de minorias linguísticas. De acordo com Balestro e Gorovitz (2021, p. 357),

[...] a interpretação comunitária se faz necessária por garantir a participação linguística de todos os sujeitos pertencentes a minorias linguísticas sub ou não representadas no país, sejam eles imigrantes, indígenas, surdos, mudos ou sejam cegos em situações de interação, especialmente com as instituições públicas provedoras e que devem ser garantidoras efetivas e eficazes de direitos. Somente a atuação de um mediador linguístico profissional qualificado pode garantir a participação e a presença linguística dessas pessoas. Deixar este trabalho a cargo de falantes bilíngues sem treinamento, tal como ocorre hoje em muitos espaços, é um desrespeito aos direitos fundamentais previstos pela Constituição brasileira e em acordos internacionais de direitos humanos como, por exemplo, o Pacto de San José da Costa Rica, ratificado pelo Brasil na Convenção de Direitos Humanos das Américas.

Destaca-se que o termo comunitário não se refere a um intérprete oriundo do voluntariado, erroneamente conotado como um assistencialista. Ao contrário, sugere-se que a interpretação comunitária deve ser realizada por profissional capacitado, capaz de atuar como garantidor de acesso e participação linguística.

Além disso, em contraponto, a interpretação de conferência ocorre em sua maior parte na modalidade simultânea. De acordo com Gile (1998, p. 42), a atividade se dá geralmente em encontros multilíngues e multiculturais, enquanto interpretação de discursos em grandes

eventos, na grande maioria das vezes simultaneamente (ou consecutivamente), de e para ambas as línguas, sempre que necessário.

O contexto de conferência, ou interpretação de conferência, apresenta suas singularidades, sendo um espaço de atuação, principalmente, simultânea e monológica, abrangendo eventos, palestras, seminários, congressos e pronunciamentos, que se configuram em uma tipologia apreciativo-informativa; e conferências de políticas públicas, governamentais e audiências públicas tidas como colaborativo-deliberativas (SANTIAGO, 2016, p 9). De acordo com a autora, as principais distinções entre os tipos de conferência se baseiam na monologia, enquanto a interpretação comunitária possui maior flexibilidade quanto à participação do público, sendo ela dialógica e face a face. De acordo com Diriker (2015, p. 171, tradução nossa<sup>9</sup>),

A interpretação de conferência é geralmente entendida como a comunicação de mensagens que foram entregues em um idioma para outro em conferências formais e informais e configurações semelhantes a conferências no modo simultâneo ou consecutivo (cf. AIIC, 1984; Pöchhacker, 2013). A interpretação de conferência refere-se, portanto, ao ambiente em que diferentes modos de interpretação são realizados para permitir a comunicação entre interlocutores que não falam a mesma língua.

Para o autor, entre os contextos em que esse tipo de interpretação ocorre, estão conferências internacionais, reuniões multilaterais e workshops, mas também jantares oficiais, conferências de imprensa, sessões parlamentares e uma ampla variedade de encontros, que são interpretados comumente de forma simultânea, em cabines à prova de som. Essa modalidade de interpretação consiste na recepção das falas dos oradores e na transmissão simultânea da fala na língua de chegada para os ouvintes através de headsets. Estes intérpretes podem estar na mesma sala dos oradores, mas ficam invisíveis aos interlocutores.

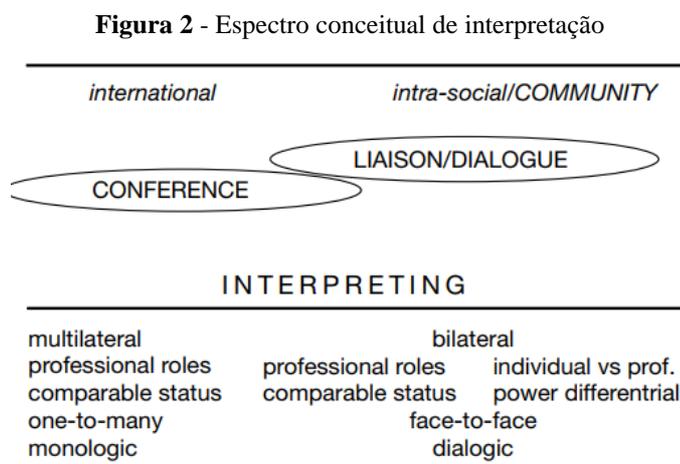
Pöchhacker (2004, p. 16) aponta que uma das características que melhor especificam a interpretação de conferência é o monologismo: o intérprete traduz de uma língua a outra a fala do orador, diferentemente da interpretação comunitária que, de acordo com o mesmo autor, é realizada de maneira dialógica, ou seja, uma interpretação bilateral entre os interlocutores.

Outra característica que alicerça essa distinção é o fator de interpretação “one-to-many”, em que o intérprete de conferência atua levando a fala do orador para várias pessoas, diferenciando-se do intérprete comunitário que se foca na interpretação individual “one-to-

---

<sup>9</sup> Do original: "Conference interpreting is generally understood to be the communication of messages which have been delivered in one language into another at formal and informal conferences and conference-like settings in either the simultaneous or consecutive mode (cf. AIIC, 1984; Pöchhacker, 2013). Conference interpreting thus refers to the setting where different modes of interpreting are carried out to enable communication between interlocutors who do not speak the same language".

one”, como ilustrado na Figura 2:



Fonte: Pöchhacker (2004, p. 17).

Dessa forma, as características apresentadas por Pöchhacker (2004) podem ser observadas na atuação do ILS da TVCD, que é realizada de maneira monológica, ou seja, trabalham levando a informação em português para a LSB mas não o fazem de forma inversa. A interpretação é feita de forma "one-to-many", ou seja, de um orador para vários receptores, de maneira difusa, uma vez que a interpretação é transmitida por meio televisivo.

Pautando-nos nessas considerações, observamos que o intérprete de língua de sinais na TVCD trabalha em ambiente que possui características similares à atuação dos intérpretes de conferências, quais sejam: estúdio/cabine com equipamento de recepção de áudio e vídeo; não visibilidade aos seus interlocutores; receptores da língua alvo recebem a informação por meio da transmissão televisiva e/ou por meio eletrônico (youtube, app oficial da Câmara, etc.), que é alusivo ao headset usado em conferências.

Não ignoramos a essencialidade do ILS enquanto intérprete comunitário, uma vez que essa é a sua gênese, e que o exercício deste profissional abrange a acessibilidade à comunidade surda, a garantia do direito linguístico desta comunidade minoritária, e que está pactuado aos direitos humanos, seja através de legislação local, nacional ou mesmo tratativas de cunho internacional, conforme evidencia Napier e Leeson (2015, p. 378, tradução nossa<sup>10</sup>)

Três movimentos chave influenciaram fortemente as respostas legais às comunidades surdas e impactaram na provisão de interpretação em língua de sinais: (i) o movimento pelos direitos das pessoas com deficiência, (ii) a estrutura dos direitos linguísticos e (iii) a agenda dos direitos humanos, levando à legislação regional, níveis nacional e internacional.

---

<sup>10</sup> Do original: "Three key movements strongly influenced legal responses to Deaf communities and impacted on the provision of sign language interpreting: (i) the disability rights movement, (ii) the linguistic rights framework, and (iii) the human rights agenda, leading to legislation at regional, national and pan-national levels."

Diante o exposto, compreendendo a dualidade do ILS no que diz respeito ao seu perfil comunitário, mas que em atuação na TVCD possui características técnicas inerentes à interpretação em conferência, para os fins desta pesquisa, o ILS nesse contexto será enquadrado nesta mesma categoria.

## **CAPÍTULO 2: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS**

### **2.1 ESTUDOS DA INTERPRETAÇÃO E O INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS**

O presente tópico apresenta o panorama histórico da Interpretação enquanto campo de conhecimento, bem como do profissional intérprete, sua presença ao longo da história e sua profissionalização a partir do século XX.

Na sequência, apresenta-se o ILS e sua trajetória, que parte de um viés assistencialista, até seu reconhecimento profissional e legal.

Será apresentado, em seguida, a Tradução e a Interpretação como campos do conhecimento interdependentes, mas distintas em suas próprias características.

Por último, traz-se o campo específico de ETILS para reflexão em relação ao profissional ILS.

#### **2.1.1 Panorama Histórico Sobre a Interpretação**

A interpretação entre línguas iniciou-se para atender necessidades do comércio, da diplomacia e das negociações, e em períodos de guerra, para selar a paz. Herman (1956/2002) infere que desde tempos remotos, a exemplo do antigo Egito, podemos observar a existência da atividade da interpretação como forma oficial ou como atividade profissional. Contemporaneamente, como afirma Setton (2010), o processo de globalização fez a prática da interpretação existir mais forte que nunca, e o principal fator para a profissionalização do intérprete seria o advento do multilateralismo surgido do pós-guerra.

Este fenômeno é observável com a visibilidade que o profissional intérprete ganha após a II Guerra Mundial (1939-1945), por ocasião do julgamento de Nuremberg, na Alemanha, e no mesmo período da criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Verificamos, também, registros da presença de intérpretes na Primeira Grande Guerra do século XX, nas negociações do Tratado de Versalhes (1919) (PÖCHHACKER, 2004). Entre as I e II Guerra Mundial, segundo Pagura (2003), a então chamada Liga das Nações, sediada em Genebra, vai se valer da interpretação entre o inglês e o francês, sendo estas as línguas utilizadas pela Liga até então.

No Brasil, de acordo com Machado (2017), no ano de 1943, Getúlio Vargas promulga o Decreto nº 13.609, em 21 de outubro, que regulamenta a função de Tradutor Público e Intérprete Comercial. Essa ação é resultado das atividades realizadas por esse profissional que atuava diretamente no universo das relações internacionais no que tange o poder público, e à

medida que as relações se aprofundam, a presença destes também aparecerá em outros espaços.

A globalização traz a figura do intérprete para além da diplomacia, indo ao mundo dos negócios, bem como da academia e tecnologia, ainda que, como aponta Setton (2010), o intérprete mantenha suas características enquanto profissional e conjunto de habilidades. A partir da segunda metade do século XX, essas relações são expandidas e marcam diversos campos das relações humanas, como os militares, comerciais, bem como as relações na influência cultural e linguística, como relata Setton (2010). O autor ainda mostra que o próprio mercado de trabalho dos intérpretes de conferência pode ser dividido em dois mercados:

Hoje, a interpretação de conferências pode ser dividida em dois mercados parcialmente sobrepostos: conferências multilíngues em organizações internacionais (ou convenções multilíngues privadas) e mercados bilíngues (...) O maior empregador mundial de intérpretes, principalmente em combinações multilíngues, é a União Europeia, onde as reuniões podem envolver até 23 idiomas, ou 506 pares de línguas e direções possíveis. Em outros lugares, especialmente em mercados locais ou nacionais, a interpretação bilíngue predomina, normalmente fornecida por intérpretes que trabalham entre suas línguas A (nativas) e B (adquiridas ativamente). (SETTON, 2010, p. 67, tradução nossa<sup>11</sup>).

Mas, independentemente dos eventos históricos que deram notoriedade aos profissionais da interpretação, seja esta a fundação da ONU, Julgamento de Nuremberg ou mesmo antes durante a Liga das Nações, o fato é que estes profissionais jamais tiveram qualquer treino formal, sendo estes formados na prática, como afirma Pagura (2013, p. 216).

Nos meios profissionais, diz-se que esses intérpretes foram “formados” pelo método “sink or swim”, expressão em inglês que significa literalmente “afogue-se ou nade”, e que se refere ao fato de que os intérpretes simultâneos eram colocados na cabine para interpretar sem que recebessem previamente qualquer treinamento formal.

De acordo com Carneiro (2017), na década de 1960, surgem entidades e instituições que oferecem a formação de tradutores e intérpretes, elevando assim esta categoria a um novo nível profissional.

Carneiro (2017), em uma leitura da obra de Pöchhacker do ano de 2004, *Introducing Interpreting Studies*, apresenta uma cronologia sobre o surgimento das associações e instituições que promovem a profissionalização do tradutor intérprete.

Na década de 1960, impulsiona-se a profissionalização dos intérpretes devido à criação de escolas de tradução/interpretação e à fundação de associações internacionais como a FIT (International Federation of Translators) e a AIIC (International Association of Conference Interpreters), esta última na década de 1950.

---

<sup>11</sup>Do original: Today, conference interpreting can be roughly divided into two partially overlapping markets: multilingual conferences in international organizations (or private multilingual conventions), and bilingual markets where interpretation is most often offered between a national language and English. The world's largest employer of interpreters, primarily in multilingual combinations, is the European Union, where meetings may involve up to 23 languages, or 506 possible language pairs and directions. Elsewhere, especially on local or national markets, bilingual interpreting predominates, typically provided by interpreters working between their A (native) and B (active acquired) languages

Esses desdobramentos contribuíram para o início das pesquisas acadêmicas, capitaneadas principalmente por Danica Seleskovitch, que, além de ter ocupado a função de secretária executiva da AIIC no início da década de 1960, também foi uma das fundadoras da ESIT, École Supérieure d'Interprètes et de Traducteurs, em Paris, estabelecendo uma íntima ligação entre a prática profissional, o treinamento em nível universitário e uma linha de pesquisa em tradução/interpretação na Universidade de Paris 3 – Sorbonne Nouvelle. (PÖCHHACKER, 2004, p. 28-29 e p. 35 *apud* CARNEIRO, 2017, p. 3.).

É Danica Sleskovitch que trará luz à Interpretação e reflexão ao processo. Como afirma Pagura (2003), é ela quem desenvolve todo um campo teórico sobre a Interpretação chamada de “Teoria Interpretativa da Tradução” ou “Théorie du Sens”.

A “Théorie du Sens”, segundo Seleskovitch (1978, *apud* PAGURA, 2003, p. 219), resumidamente, se desdobra em três estágios, em que o primeiro se dá na escuta do enunciado e compreensão do seu significado por meio de análise e exegese, seguido pela retenção da mensagem e abandono das palavras que compunham a mensagem, e por fim, sua reprodução na língua-alvo, obedecendo duas regras, que são: expressão completa da mensagem e foco no destinatário.

Existem características que precisam ser delimitadas, quando falamos sobre a Teoria da Interpretação; em primeiro lugar, apesar de existirem programas de formação para intérprete desde a década de 1960, ou mesmo antes, bem como a fundação de associações voltadas para estes profissionais, como afirma Pöchhacker (2004), o termo “Interpretation Studies”, ou em português como “Estudos da Interpretação”, só será utilizado pela primeira vez em 1992, em Viena, por Daniel Gile, durante um Congresso de Estudos da Tradução, trazendo luz a uma nova área acadêmica. Salevsky, em 1993, traz novamente essa expressão no trabalho *The Distinctive Nature of Interpreting Studies*.

Em segundo lugar, na perspectiva acadêmica, os “Interpreting Studies” adquirem autonomia no âmbito dos Estudos da Tradução em alguns países, como os da Europa, Canadá ou mesmo Austrália, mas não ainda na América do Sul. De acordo com Cavallo (2019, p. 14): “Tal circunstância pode ser atribuída tanto ao estado lacunar da pesquisa (muito fragmentada e isolada, dependendo das regiões geográficas) quanto à dispersão e às características dos seus cursos de formação [...]”

Progressivamente, os centros de formação de intérpretes, diferentemente do Brasil, onde os programas de formação desses profissionais estão atrelados a cursos de Letras, vão sendo introduzidos como parte do Sistema Universitário, como afirma Pagura (2003, p. 217):

A maior parte das escolas de formação de intérpretes encontra-se na Europa. Além da ETI (Universidade de Genebra) e da ESIT, (Sorbonne Nouvelle-Paris III), as mais tradicionais são o ISIT (Instituto Católico de Paris), a Universidade de Westminster, em Londres, anteriormente denominada Polytechnic of Central London, e as faculdades que fazem parte da Universidade de Heidelberg, na Alemanha e da

Universidade de Viena, na Áustria. Existem ainda diversos outros programas na Espanha, em Portugal, na Bélgica, na Itália e nos países do Leste Europeu. Nos Estados Unidos, com o fim das atividades da escola de formação de intérpretes da Universidade de Georgetown, o único programa pleno, cujo treinamento envolve diversos idiomas, restante é o do Monterey Institute of International Studies, na Califórnia, embora existam programas menores em diversas outras universidades. No Canadá, existe um programa pleno na Universidade de Ottawa.

No Brasil, a PUC do Rio de Janeiro e a Associação Alumni, em São Paulo, foram pioneiras na criação de programas de formação de Intérpretes. Pagura (2003) diz que tempos depois dos programas iniciaram essa formação no Brasil, outras iniciativas também tiveram êxito, como o exemplo da Faculdade Ibero-Americana, que combinava formação de tradutores e intérpretes, ou mesmo, em 1999, a PUC São Paulo, que instituiu o Curso de Formação de Intérpretes de Conferência de Língua Inglesa.

Dessa forma, vale ressaltar que o perfil do intérprete profissional de línguas orais se consolidou rapidamente se comparado ao do ILS, cuja atuação, como será observado no próximo tópico, iniciou-se com um cunho mais assistencialista. O reconhecimento da profissão foi paulatino, culminando com seu reconhecimento institucional pela publicação da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.

### **2.1.2 O Intérprete de Língua de Sinais: do Assistencial ao Profissional**

É difícil determinar o momento histórico no qual os intérpretes começaram a atuar. De acordo com Pereira (2008, p. 31), é plausível imaginar que, “desde que povos de diferentes línguas mantiveram contato, houve, também, a necessidade de intérpretes”. Ou seja, o intérprete surge com a necessidade de interação entre falantes de línguas distintas. No caso do presente estudo, o fenômeno ocorre entre uma língua oral e uma língua de sinais.

Santos (2006) remonta esse histórico ao século XVIII, em que pese a Revolução Industrial, quando instituições religiosas prestavam serviços, a fim de superar o isolamento social dos Surdos. Qualquer pessoa com laços com a pessoa Surda assistida serviria de “Ponte” na interação. Essa realidade não era diferente nos espaços familiares. Santos (2006, p. 47) sugere que a relação de filhos ouvintes com pais surdos, que pela convivência adquiriram fluência na Língua de Sinais, acabava se constituindo enquanto elo de interação com os demais familiares em diversas situações sociais.

Para além do contexto familiar, esse serviço também era executado de maneira assistencialista em contextos religiosos, ainda que os familiares de Surdos desempenhassem o papel de intérpretes e de mediadores no processo de evangelização. De acordo com Quadros e Santos (2010, p. 4), “os tradutores e os intérpretes de língua de sinais eram aqueles que estavam

disponíveis para a comunidade surda por causa das suas relações dentro desta comunidade (filhos, vizinhos, amigos, professores)”. Nesse sentido, as relações entre comunidade surda e intérprete estabeleciam-se com base na confiança, ainda que não fossem profissionais (ROSA, 2003).

Com o crescimento dos movimentos Surdos no campo da política, os intérpretes passaram a acompanhar essa luta enquanto mediadores nos espaços de ativismo, solidarizando-se com a militância surda.

Muitos dos intérpretes de língua de sinais participaram ativamente dos movimentos surdos no Brasil. Nos relatos dos intérpretes, observamos vários elementos que indicam o comprometimento político desses intérpretes pelos direitos dos surdos. A atuação, neste sentido, apresenta um misto de atividade benevolente com atuação política, militante. (QUADROS; SANTOS, 2010, p. 7).

Desta forma, unida pela militância, a relação entre intérprete profissional e comunidade surda se estreita a tal ponto que é criado, na década de 1990, um departamento específico para tratar de questões relativas aos intérpretes de Libras dentro da FENEIS, denominado Departamento Nacional de Intérpretes da FENEIS (PIRES; NOBRE, 2004, p. 38).

Assim, a profissionalização e o reconhecimento do intérprete de língua de sinais se consolidam à medida que as demandas sociais emergem, passando do contexto religioso/assistencialista para uma atuação institucional preponderante, especialmente no ambiente educacional, muitas vezes por pessoas com pouca ou nenhuma qualificação. Apesar da relação íntima entre comunidade Surda e intérprete, foi por meio da FENEIS que se desenharam as primeiras tentativas em problematizar ou tentar definir as competências mínimas para a atuação dos ILS

Com o processo de universalização das escolas, instituído pela Declaração de Salamanca (1994), os alunos Surdos passam a ocupar espaços escolares regulares. Com isso, apesar da necessidade de profissionais para intermediar as interações em sala de aula e garantir o ensino dos conhecimentos a esses alunos, o intérprete ainda não é percebido pela comunidade como um profissional, mas como um canal de intermediação de conhecimentos, ou seja, uma ponte.

[...] entendido como aquele que busca tornar compreensível aquilo que antes era ininteligível por meio de um movimento “para além de algo”, “através de”, em que o pensamento se desloca constantemente entre pontos diferenciados de partida e de chegada, num fluxo contínuo na tradução. Aproveitamos, também, outra definição recorrente, a qual concebe o TILS como mediador de conteúdo, sobretudo se ele estiver atuando em sala de aula, local em que sua tarefa é bastante específica. Nessa posição, ele é um “mensageiro” do conhecimento; é também “elo” ou “ponte” entre duas culturas, responsável pelo acesso à informação e à compreensão pela pessoa surda daquilo que é dito. (ANATER; PASSOS, 2010, p. 211).

Nesse sentido, o ILS se constitui como profissional que torna acessível a comunicação

para o Surdo. Tuxi (2009), Lacerda (2010), Albres e Lacerda (2013) e Gesser (2015) têm dedicado pesquisas aos índices, percursos, dificuldades e desafios enfrentados pelos intérpretes de Libras/Português que atuam no âmbito educacional.

Na década de noventa, ou mais recentemente ainda, as instituições (escolas, universidades ou faculdades) pouco conheciam a respeito da língua de sinais, ou de políticas públicas que estivessem um trabalho de inclusão eficaz no sistema educacional brasileiro. Nesse sentido, determinados contextos não tinham claro quais eram as competências e/ou habilidades que um profissional TILS deveria apresentar, contratando, muitas vezes, pessoas desqualificadas para atuar na tradução e/ou interpretação. Outro ponto a ser destacado neste sentido é que os TILS desempenhavam trabalhos voluntários, não sendo considerados como tradutores e/ou intérpretes profissionais da área de tradução, dificultando, por exemplo, as contratações de seus serviços. (QUADROS; SANTOS, 2010, p. 9).

A citação acima indica a transição, ainda em curso, de uma atividade mais assistencialista a uma atuação profissional. Os usuários do serviço, ou seja, membros da comunidade Surda, acabavam por confundir o papel do intérprete com o de parceiro, por estabelecer uma relação muito mais próxima, especialmente quando comparados aos intérpretes de línguas orais. Além disso, passaram a militar com os Surdos nos mais diversos movimentos, por conquistas linguísticas e/ou sociais. Vasconcellos (2010, p. 213) afirma que:

[a]s atividades de tradução e interpretação sempre foram exercidas por indivíduos na função de mediadores em interações em que a barreira linguística impediria a comunicação, seja de textos escritos ou textos orais, no contexto de uma prática oficiosa. Com o passar do tempo, esses tradutores e/ou intérpretes se transformaram no profissional “tradutor/intérprete” e as artes da tradução/interpretação foram, lentamente, consolidando-se como um conjunto de competências passíveis de ensino/aprendizagem, passando a constituir o ramo aplicado do campo disciplinar hoje conhecido como Estudos da Tradução.

Desta forma, percebemos que o serviço prestado pelo intérprete e/ou tradutor de língua de sinais tem como objetivo primeiro superar barreiras linguísticas entre os indivíduos de mesma nacionalidade, seja de modo assistencialista ou profissional. De acordo com Nogueira (2016, p. 34), “grande parte do conhecimento produzido é disseminado por meio da atividade dos tradutores e dos intérpretes”; ou seja, há uma demanda de trabalho para esse profissional, que é cada vez mais crescente. Embora esse profissional já tenha sido referenciado em documentos da FENEIS desde a década de 1990, é reconhecido somente a partir do ano 2000, com o advento da Lei nº 10.098/2000, em seu art. 18, o qual menciona o profissional e a necessidade de formação do mesmo.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação (BRASIL, 2000).

Percebemos que a Lei nº 10.098/2000 já mencionava a necessidade de formação do Intérprete. Posteriormente, o Decreto nº 5.626/2005 regulamentando o disposto da Lei nº

10.436/2002 que reconhece a Libras como língua oficial da comunidade Surda no Brasil, indica a necessidade de formação em nível superior desse profissional. Contrariando legislações anteriores, em 2010, o intérprete de Libras é reconhecido como profissional de nível médio, por meio da Lei nº 12.319/2010. A figura desse profissional é mencionada novamente na Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, no que tange à acessibilidade linguística para o público Surdo usuário da Libras.

Vale salientar que a TV Câmara instituiu a janela de Libras em sua programação a partir de 2009, ao passo que a Lei que reconhece o Intérprete de Libras enquanto profissional foi sancionada em 2010, ainda que sua proposição tenha sido iniciada em 2004, por meio do Projeto de Lei (PL) 4.673/2004. Isso leva a crer que o próprio intérprete foi testemunha da tramitação do reconhecimento de sua profissão, e que possivelmente tenha interpretado os debates envolvidos.

A presença do ILS, que parte de um cunho mais assistencial, passando pela militância política da comunidade Surda, é finalmente reconhecida por força legal, diferentemente do intérprete de línguas orais. De fato, ainda que haja registros de sua presença ao longo da história da humanidade, dos eventos que moldaram o século XX, não apenas como espectadores, mas como participantes, ainda hoje, ao menos no Brasil, esse não possui uma lei que regulamente de fato sua prática.

Em seu trabalho intitulado “Intérpretes de línguas orais e intérpretes de Libras: semelhanças e diferenças na formação, atuação e status social”, Teresa Dias Carneiro (2017) constrói um paralelo entre os dois profissionais em sua trajetória. Sobre os tipos de atuação, existe uma migração cruzada destes profissionais, entre os campos de conferência e comunitário:

É interessante notar que, mais recentemente, os intérpretes de línguas de sinais, tradicionalmente mais atuantes em ambientes comunitários, vêm tendo sua presença cada vez mais percebida no ambiente de conferências. Em sentido contrário, os intérpretes de línguas orais, tradicionalmente mais presentes no ambiente de conferências, vêm abrindo caminho profissional mais notável nos últimos tempos na interpretação comunitária, muito devido a questões de imigração interna e externa ao país, com grande número de refugiados se deslocando mundialmente nos últimos anos. (CARNEIRO, 2017, p. 6).

Outra consideração trazida pela autora é o fato de existir um mercado mais informal para os intérpretes de Línguas Orais, em parte por não haver legislação regulamentadora da profissão. No caso dos ILS, por estarem voltados para uma questão de acessibilidade linguística e por possuírem reconhecimento legal do trabalho, assim como legislação que garanta acessibilidade linguística à pessoa Surda, existe uma propensão maior ao trabalho formal.

Mas, se existem Intérpretes de Língua Oral e Intérpretes de Língua de Sinais, e que as

pesquisas sobre os Estudos da Interpretação (EI) dão base para a atuação do primeiro, surge a pergunta: Onde, dentro deste campo de conhecimento, se encontra a interpretação em Língua de Sinais? Para lançar luz a esta questão, o próximo tópico tratará dos Estudos da Tradução (ET) – e os EI – e como os ETILS se encontram nessa realidade.

## **2.2 ESTUDOS DA TRADUÇÃO E ESTUDOS DA INTERPRETAÇÃO: ONDE ESTÁ A LÍNGUA DE SINAIS?**

Para falarmos sobre os ET, EI e ETILS, primeiramente, faz-se necessário introduzir conceitualmente os elementos que fazem parte deste tópico.

A palavra “tradução” tem sua origem do latim *traslatio*, que significa “transportar”, e foi atestada a primeira vez no inglês em 1340, como aponta Munday (2014). De forma básica, tradução e interpretação são processos de translação de um conteúdo linguístico-cultural de uma língua para outra, como afirmam Rodrigues e Beer (2015); entretanto, sua operacionalização será distinta, de acordo com Pagura (2015, p.183): “Em resumo, a tradução é escrita e a interpretação, oral. O processo é semelhante, mas as próprias características decorrentes das diferenças entre a escrita e a oralidade acarretam uma operacionalização distinta entre os dois processos. ”

Na segunda metade do século XX, os ETs irão se consolidar como um campo disciplinar. No entanto, devemos entender que esse campo abrangia qualquer pesquisa que tenha o fenômeno “traduzir por base”, ou seja, tradução remetia à “transliteração de um conteúdo linguístico de uma língua a outra” (RODRIGUES; BEER, 2015, p. 18).

É Mona Baker, em 1998, ao organizar o *Routledge Translation Studies*, que define os Estudos da Tradução enquanto campo teórico de investigação da tradução literária e não literária, bem como a interpretação, a dublagem e a legendagem.

A partir dessa definição tão abrangente, delimitações e caracterizações dessa área serão mapeadas. Esse processo de institucionalização acadêmica se inicia em 1972, como aponta Vasconcellos (2009), quando James S. Holmes, durante um congresso de linguística aplicada, apresenta o trabalho *The Name and Nature of Translation Studies*, fundando, assim, este campo de conhecimento, bem como batizando-o como Estudos da Tradução. A obra, apesar de sua apresentação na data mencionada, só foi publicada anos depois, em 1988.

Williams e Chesterman (2002) trazem um novo mapeamento, ampliando o trabalho de Holmes e adicionando subáreas, entre elas, a Interpretação, e dentro desta, um tópico especial sobre Interpretação em Línguas Sinalizadas.

No mapa de Holmes, a Interpretação está no campo dos estudos puros, “categoria dos

estudos teóricos, subcategoria das teorias parciais restritas ao meio, como uma forma de tradução oral humana”, como apontam Rodrigues e Beer (2015, p. 20). Ainda mostra que no mapa de Williams e Chesterman (2002) não há nenhuma referência à tradução em línguas de sinais. Segundo Rodrigues e Beer (2015), isso ocorre porque, apesar de a interpretação em língua de sinais possuir uma demanda social crescente, a tradução de línguas de sinais é um campo muito mais recente, assim como suas discussões acadêmicas e visibilidades social.

As reflexões sobre Interpretação, subárea dos ET, à medida que se desenvolvem, ganham cada vez mais complexidade, passando a ter, por meio de seus teóricos, a reivindicação como campo disciplinar específico, como afirma Pöchhacker (2009, p. 128, citado por Rodrigues e Beer, 2015, p. 21):

[...] ainda que subordinada às compreensões e aos princípios fundamentais da tradução de forma geral, os Estudos da Interpretação distinguem-se claramente por seu único objeto de estudo, a saber, a tradução humana em “tempo-real” em um contexto comunicativo essencialmente compartilhado.

O *The Routledge Interpreting Studies Reader*, marco na afirmação do EI, é lançado exatamente dois anos após a publicação do *The Routledge Translations reader*, no qual Venuti (2000) apresenta a ideia de que a Interpretação, por conta de sua complexidade e nível de especialização, necessitava de uma cobertura própria. Pöchhacker e Shlesinger, ao organizarem o *Interpreting Studies Reader* (2001), consolidam a delimitação da área. De fato, apesar de a mediação entre línguas e culturas ocorrer desde o início da humanidade, só recentemente é reconhecida e devidamente estudada. Como campo de pesquisa e não uma subárea dos ET, ainda carece de novos olhares e teorizações aprofundadas.

Tecidas essas considerações sobre os ET e os EI, cabe ainda discutir os ETILS e suas contribuições para o campo da Tradução e Interpretação. Podemos perceber que os ETILS não são um campo distinto dos ET e dos EI, mas, sim, emergente de ambos os campos que os compõem. Rodrigues e Beer (2015) apontam que esse reconhecimento por teóricos mostra que há uma ascensão evidente dos ETILS, instigando, assim, também novos pesquisadores na produção acadêmica na área.

Assim como emergem destes campos, os ETILS também contribuem para o desenvolvimento dos ET e EI, uma vez que ampliam suas discussões como observa Santos (2018, p. 379) quando afirma:

[...] as contribuições oriundas das pesquisas sobre línguas de sinais abrem possibilidades de ampliar discussões realizadas nos Estudos da Tradução. Um exemplo disso pode ser observado em aspectos que envolvem políticas de tradução e que demandam formação de tradutores e intérpretes, ou ainda, em elementos como efeitos de modalidade que implicam diretamente os processos de tradução e de interpretação.

Rodrigues e Beer (2015, p. 24), a partir de um levantamento sobre os ETILS entre publicações conceituadas acerca dos ET e EI, destacam:

Para apresentarmos a referência à tradução e à interpretação de línguas de sinais no campo dos ET e dos EI, selecionamos quatro importantes obras da área: (1) o *Reader de Estudos da Tradução*, editado por Lawrence Venuti, com a consultoria editorial de Mona Baker, e publicado em 2000; (2) o *Reader de Estudos da Interpretação*, editado por Franz Pöchhacker e Miriam Schlesinger e publicado em 2002; (3) o *Routledge Companion de Estudos da Tradução*, editado por Jeremy Munday e publicado em 2009; e (4) a segunda edição da *Routledge Enciclopédia de Estudos da Tradução* editada por Mona Baker, com o apoio de Gabriela Saldanha, e publicada em 2009.

Os autores, embora não tenham se deparado com nenhuma referência direta à tradução em línguas de sinais, encontraram várias referências à Interpretação em línguas de sinais. Isso demonstra a visibilidade das línguas de sinais nos EI, que dividem espaço com grandes reflexões da Interpretação, e o reconhecimento dos ETILS enquanto campos dos ET e EI.

Em relação à pesquisa sobre os ETILS no Brasil, Santos (2018) mostra, após mapear um conjunto de pesquisas, que estas estão direcionadas às inquietações da área dos ETILS, a exemplo dos glossários especializados e pesquisas terminológicas. Outras pesquisas abordam as Estratégias Interpretativas, Identidade e Profissionalização, bem como a Interpretação Comunitária e de Conferência.

Outro fenômeno em relação aos ETILS no que tange ao seu desenvolvimento são os eventos acadêmicos, enquanto espaços que dão visibilidade às pesquisas produzidas. Se até 2008, no Brasil, as pesquisas de Tradução e Interpretação em Língua de Sinais estavam dispersas em vários eventos, nesse mesmo ano ocorre, na UFSC, o I Congresso Internacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais, que possibilitou centralizar essas pesquisas e dar mais força aos ETILS enquanto campo acadêmico. Rodrigues e Beer (2015) afirmam que esse evento proporcionou ainda intercâmbios entre pesquisas, estudantes, pesquisadores, surdos e ouvintes em âmbito nacional e internacional. Nos anos seguintes, é possível perceber o aumento da participação e de pesquisas apresentadas nas novas edições do Congresso. Assim, destaca-se essa evolução: se no primeiro ano do evento não se tem o quantitativo de intervenções, na segunda edição se apresentam 39 pesquisas; na terceira edição, em 2012, 83 trabalhos; e em 2014, na sua quarta edição, 121 pesquisas<sup>12</sup>. O evento, um grande fator de agregação para o ETILS como campo emergente dos ET e EI, mostrou sua característica interdisciplinar.

Esse breve panorama histórico evidencia que os ETILS, emergentes dos ET e EI, também contribuem para ampliar o campo, diversificando os debates e as pesquisas. Além

---

<sup>12</sup>Os trabalhos citados referem-se a comunicações e posters (RODRIGUES; BEER, 2015, p. 38-39).

disso, observa-se uma crescente busca pela presença de profissionais ILS em vários espaços e contextos, trazendo novas demandas para pesquisas e a consolidação do campo, que adquire visibilidade, como mostrou-se, em eventos acadêmicos.

Partindo dessa premissa, no universo deste trabalho, cabe discutir as habilidades necessárias para a atuação do profissional ILS em contextos específicos.

## **2.3 COMPETÊNCIA INTERPRETATIVA E O ILS: UM NICHOS DE PESQUISA**

Neste tópico, iremos abordar o tema “Competência Interpretativa” como um nicho a ser pesquisado. Para isso, discutiremos o conceito de Competência, tanto no que tange à tradução quanto à interpretação, e verificar se há diferença conceitual, ou mesmo se há algum consenso na literatura acerca da temática. Abordaremos ainda a questão do intérprete na TV, para verificarmos se a atividade é comunitária ou de conferência, e a apresentação de uma proposta de modelo de competências para a atividade do ILS no âmbito da TVCD.

### **2.3.1 Competência Interpretativa: modelos e propostas**

Para compreendermos o conceito de Competência Interpretativa, primeiramente precisamos entender o conceito de Competência de forma geral, e a partir daí, compreender a ideia das competências nos ET e nos EI.

Pöchhacker e Grbic (2015, p. 69) apontam que a ideia de Competência é utilizada por diversos campos do conhecimento à sua própria maneira, de modo que uma definição mais precisa ou em comum se torna mais difícil. Na Linguística, por exemplo, a Competência se dá no que Chomsky, infere como “Conhecimento inconsciente da gramática de uma língua”, enquanto a performance se dará no uso real da língua em um dado momento. Já a Psicologia descreve um *continuum* que abrange competência, habilidades e expertise, ao passo que na Educação o desenvolvimento das competências tem como objetivo fomentar a elaboração dos cursos e currículos. O próprio Conselho da União Europeia, quando das recomendações sobre “competências essenciais para aprendizado ao longo da vida<sup>13</sup>”, aponta como distintas as conceituações de “conhecimento”, “aptidões”, “atitudes” e “competências”, em que esta última é definida como uma conjunção das três primeiras:

Para efeitos da presente recomendação, as competências são definidas como uma combinação de conhecimentos, aptidões e atitudes, sendo que:  
- o conhecimento é constituído por factos e números, conceitos, ideias e teorias já existentes que facilitam a compreensão de um determinado setor do conhecimento ou disciplina;

---

<sup>13</sup>Documento disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604\(01\)&from=FR](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604(01)&from=FR).

- as competências definem-se como a aptidão e a capacidade de executar processos e de utilizar os conhecimentos existentes para a obtenção de resultados;
- as atitudes descrevem a disposição e a mentalidade para atuar ou reagir a ideias, pessoas ou situações (CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 2018, p. 189/197).

Essas recomendações são disponibilizadas em diversos idiomas, e como aponta Cavallo (2019, p. 35), é interessante observar que na versão em inglês destas recomendações (COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION, 2018)<sup>14</sup>, os termos *skills* e *competences* são usados de forma intercambiável, ao passo que a versão em português citada acima traduz *skills* tanto como “aptidões” quanto como “competências”, ou seja, aqui já podemos verificar que há uma utilização do termo quando translado para o português como se fosse a mesma coisa, quando na verdade são distintos.

Grbic e Pöchhacker (2018) apontam que essa falta clara de definição também será notada dentro do campo dos ET e dos EI, sendo o conceito utilizado constantemente em diversos campos, como dos processos cognitivos, educação e em programas de certificação.

No que tange ao conceito de Competência no campo dos ET, se faz necessário apresentar as diferentes visões de alguns autores em relação à Competência Tradutória ou a Competência do Tradutor, que de modo geral podem ser entendidas como:

[...] conhecimentos e habilidades necessários ao tradutor para que seja capaz de traduzir. (BELL, 1991, p. 76, tradução nossa).

[...] todos aqueles conhecimentos, habilidades e estratégias que o tradutor bem-sucedido possui e que conduzem a um exercício adequado da tarefa tradutória. (ALVES; MAGALHÃES; PAGANO, 2000, p. 13).

[...] um conhecimento especializado, integrado por um conjunto de conhecimentos e habilidades, que singulariza o tradutor e o diferencia de outros falantes bilíngues não tradutores [...] que consiste em um sistema subjacente de conhecimentos declarativos e, em maior proporção, operacionais, necessários para saber traduzir [...]. (HURTADO ALBIR, 2005, p. 19, 28).

[...] capacidades, habilidades e conhecimentos de diferentes domínios, apresentando interfaces múltiplas entre linguagem, competência textual, conhecimentos técnicos, conhecimentos culturais, capacidades motoras etc. (GONÇALVES, 2005, p. 66).

Dessa forma, verificamos que os autores citados não fazem menção direta acerca do que seria a Competência Tradutória, que em sua maioria é apresentada como um conjunto de habilidades e conhecimentos inerentes ao processo ou a atividade, o que dificulta a menção a um conceito predeterminado ou mesmo uma explicação mais simples. Rodrigues (2018, p. 291) menciona que “embora encontremos definições elaboradas de competência tradutória na literatura especializada dos Estudos da Tradução, muitos são os autores que adotam o termo sem explicitar o que de fato entendem como competência”; o mesmo autor ainda menciona que

[...] não há um único posicionamento sobre o que de fato constituiria a competência tradutória, visto que sua complexidade exige um significativo esforço de

---

<sup>14</sup>Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604\(01\)&rid=7](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604(01)&rid=7).

conceituação, assim como de identificação e descrição de seus componentes, de seu funcionamento e de sua aquisição. (RODRIGUES, 2018. p. 292).

Como acima mencionado, a dificuldade na conceituação do que seria a competência tradutória se deve justamente a sua amplitude, variando de autor para autor, com as proximidades entre si, como já destacado acima. A noção de Competência Tradutória começa a ser sistematizada nas duas últimas décadas e tem servido de base para importantes definições e propostas na área da Didática da Tradução, especialmente no que consiste à busca de parâmetros para a elaboração de currículos em cursos que visam a formação de tradutores (GONÇALVES, 2015). Vale destacar a Universidade Autônoma de Barcelona, com o grupo PACTE (Processo de Aquisição da Competência Tradutória e Avaliação), liderado por Amparo Hurtado Albir, criado com o objetivo de investigar a aquisição da competência tradutória na tradução escrita (tradução e versão).

Rodrigues (2018, p. 292), a partir de modelos de competência tradutória elaborados por alguns autores, define competência tradutória como “um saber-agir especializado e complexo que integra de forma efetiva conhecimentos, capacidades, habilidades, atitudes e valores”. Desta forma, a competência tradutória não se resume apenas a um conceito ou aplicação para determinado fim, e, sim, uma composição ampla entre subcompetências e habilidades a serem desenvolvidas ao longo de sua atividade. Deste modo, passaremos a analisar os modelos de competência interpretativa a partir de Cavallo (2019).

Diferentemente das pesquisas sobre as Competências Tradutórias (CT), que são objeto de uma grande gama de pesquisas e referências, as Competências Interpretativas (CI) são poucas e não discutidas de uma forma sistematizada. Com efeito, não existe um único modelo de competências. Cavallo aponta que (2019, p. 41) “basta ter em mente uma linha do tempo dos estudos conduzidos sobre CT que nos propicie entender as contribuições sobre competência em interpretação, as quais se encaixam, na sua maioria, na ‘quarta fase’, isto é, a partir de 2000”. A autora também menciona a variedade de perspectivas de acordo com os diferentes países que a conceituam (2019, p. 50):

Embora não seja uma novidade falar em “competências” do intérprete, poucos pesquisadores trataram do assunto de forma orgânica, empírica e com vistas a estabelecer um modelo unitário de competência em interpretação. Muito tem se falado sobre qualidades, aptidões e habilidades dessa figura profissional, sem traçar uma distinção clara entre cada um desses conceitos, e sempre a partir de diferentes áreas geográficas e embasamentos teóricos, originando modelos válidos, mas com enfoques e escopos diferentes.

Partindo de tais premissas, passamos a analisar o que seria a Competência Interpretativa e seus modelos, levando em consideração a afirmação de Pöchhacker (2002, p.

166, tradução nossa) para quem a Competência Interpretativa pode ser definida como “a congruência entre as demandas das tarefas (desempenho e padrões) e as qualificações”. Dessa maneira, a seguir, apresentaremos os modelos apresentados por diversos autores, suas semelhanças e diferenças.

Para Kermis (2008, p. 38, tradução nossa<sup>15</sup>), a CI é um conjunto de subcompetências, ou sub-habilidades, que são compartilhadas tanto pela CT como pela CI, como segue:

COMPETÊNCIAS COMPARTILHADAS POR TRADUTORES E INTÉRPRETES:

- Competência Linguística
- Competência de Compreensão
- Competência de Produção
- Competência da Área Temática - Competência Cultural

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DOS TRADUTORES: - Competência Tradutória

- Competência Instrumental
- Competência Atitudinal
- Competência Comunicativa - Competência de Avaliação

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DOS INTÉRPRETES: - Conhecimento geral:

- Habilidades de memória
- Fala em público
- Competência moral
- Tolerância ao estresse

Cavallo (2019, p. 55) apresenta os problemas do modelo proposto por Kermis e questiona a possibilidade de atribuição de “competência moral apenas ao intérprete ou a competência tradutória (entendida como uma competência de transferência) somente ao tradutor?”. Cavallo denuncia também o fato de esse conjunto de competências não ter sido aprofundado.

A autora cita também o trabalho de Abi Abboud<sup>16</sup> (2010, p. 76-77), segundo a qual a CI seria um conjunto de competências, dentre elas: “linguística, metodológica, temática, escuta, memorização e tomada de notas, técnica, coordenação dos esforços, de transferência e comportamental”. Para além dessas competências, Abi Abboud (2010, p. 78, tradução nossa<sup>17</sup>) aponta uma série de habilidades cognitivas que o intérprete deve desenvolver e automatizar para sua atuação. São elas:

---

<sup>15</sup>Do original: “COMMON COMPETENCES FOR TRANSLATORS AND INTERPRETERS: • Linguistic Competence • Comprehension Competence • Production Competence • Subject Area Competence • Cultural Competence. SPECIFIC COMPETENCES FOR TRANSLATORS: • Translational Competence • Instrumental Competence • Attitudinal Competence • Communicative Competence • Assessment Competence. SPECIFIC COMPETENCES FOR INTERPRETERS: • General Knowledge • Memory Skills • Public Speaking • Moral Competence • Stress Tolerance”.

<sup>16</sup>O quadro de competências e subcompetências pode ser visto em: <https://docplayer.fr/3210460-Des-competences-en-translation-et-en-interpretation.html>.

<sup>17</sup>Do original: “**Mécanismes neurolinguistiques**: la capacité d’attention - la capacité de compréhension instantanée - la capacité de la mémoire - la rapidité du reflexe. **Mécanismes psychoaffectifs**: la capacité de résistance physique et mentale - la capacité de s’autocritiquer objectivement”.

Mecanismos neurolinguísticos  
Capacidade de atenção  
Capacidade de compreensão imediata  
Capacidade de memória  
Rapidez do reflexo  
Mecanismos psicoafetivos  
Capacidade de resistência física e mental  
Capacidade de se autocriticar de forma objetiva

Para Cavallo (2019), o estudo realizado por Abi Abboud no que tange à revisão de literatura é um pouco mais restrita, quando comparado ao de Kermis (2008).

A autora analisa ainda o Modelo de Esforços de Gile (1998), as contribuições de Seleskovitch e as conclusões do grupo PACTE. Destaca a grande contribuição de Gile (1998). Muito embora não mencione ou proponha um modelo de competência, sua pesquisa é utilizada como referência na construção de modelos de competência interpretativa, uma vez que seu Modelo de Esforços sistematiza de forma rigorosa as dificuldades dos intérpretes durante sua atuação.

Pöchhacker (GRBIĆ; PÖCHHACKER, 2015, p. 70, *apud* CAVALLO, 2019, p. 62) apresenta um modelo ‘multidimensional’ que, conforme ele mesmo afirma, “resumia – pelo menos até a data da sua elaboração – o consenso sobre as habilidades necessárias para a interpretação (linguísticas, culturais, de transferência, entre outras”); ou seja, um conjunto de habilidades e multicompetências adquiridas e que somatizadas comporiam a competência interpretativa. Isso seria a habilidade de transferir conteúdos comunicacionais.

Para Kalina (2000), a CI também é composta por uma série de sub-competências, ou conjunto de habilidades; a autora utiliza um modelo de processo abrangente de interpretação e traz uma aproximação maior à realidade do profissional, ao apresentar a competência interpretativa como:

[...] à habilidade de realizar tarefas cognitivas de mediação dentro de uma situação de comunicação bi-/multilíngue em um nível extremamente elevado de expectativas e qualidade, muitas vezes em uma equipe de vários intérpretes. Inclui a habilidade de interpretar na modalidade consecutiva e simultânea, bem como em qualquer outra, como a sussurrada ou a dialógica. (KALINA, 2000, p. 4, tradução nossa<sup>18</sup>).

A definição apontada por Kalina (2000) é interessante, uma vez que trata de elementos tanto internos, no que se refere à produção de textos orais<sup>19</sup>, momentâneos, e fatores externos, como por problemas técnicos que possam atrapalhar a informação que deve ser repassada.

---

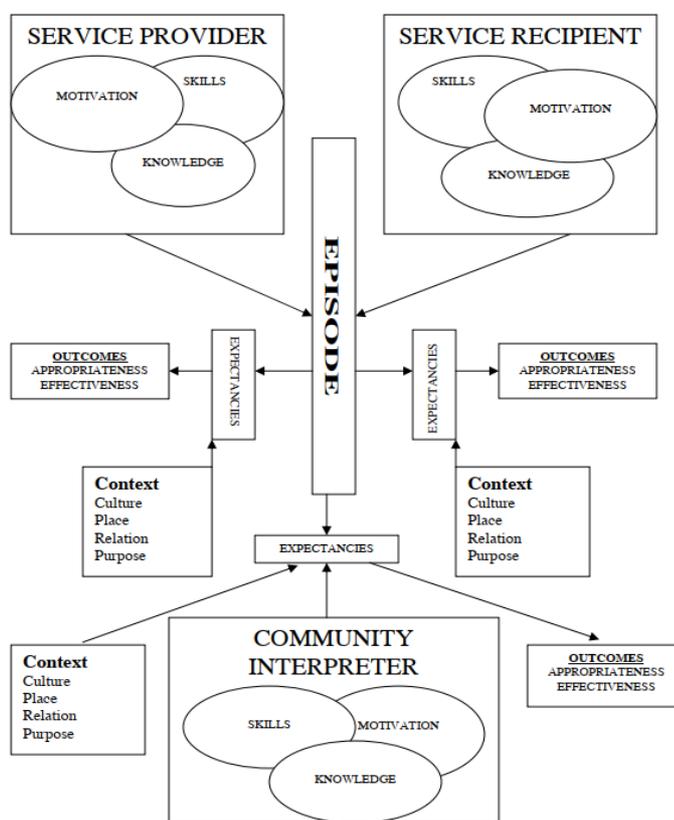
<sup>18</sup>Do original: “it refers to the ability to perform cognitive tasks of mediation within a bi-/multilingual communication situation at an extremely high level of expectations and quality, often in a team of several interpreters. It includes the ability to interpret in the consecutive as well as simultaneous and any other mode such as whispering or dialogue interpreting.”

<sup>19</sup>Aqui utilizaremos a questão da idéia de textos orais com a perspectiva da simultaneidade e não somente na oralidade da língua.

Importante salientar que tanto Kalina quanto Pöchhacker abordam a competência do intérprete, ou seja, o profissional que já atua no mercado profissional, tratando-se de reflexões referentes à interpretação profissional e não ao processo de aquisição de tal competência.

Já Kaczmarek (2010), em sua tese de doutoramento, apresenta um modelo de competências para o intérprete comunitário. Ao contrário de Kalina (2000), não apresenta o modelo de forma prescritiva, e, sim, de forma descritiva, partindo da realidade do ato de interpretação para um modelo. Embora não faça menção à formação, assim como Kalina e Pöchhacker, o autor traz a realidade do profissional, o distinguindo-o do bilíngue não profissional. Para tanto segue modelo previsto pelo autor (Figura 3).

**Figura 3** - Modelo de Competência do Intérprete Comunitário de Kaczmarek



Fonte: Kaczmarek (2010, p. 92, *apud* CAVALLO, 2019, p. 73).

Cavallo (2019) apresenta ainda o Modelo de Competência em Interpretação de Leipzig proposto por Kutz<sup>20</sup> (2010, *apud* CAVALLO, 2019, p. 75-81), voltado para a formação do intérprete. Trata-se assim de uma abordagem mais prescritiva, que, diferentemente de Kaczmarek, se apresenta como modelo estruturado de maneira hierárquica:

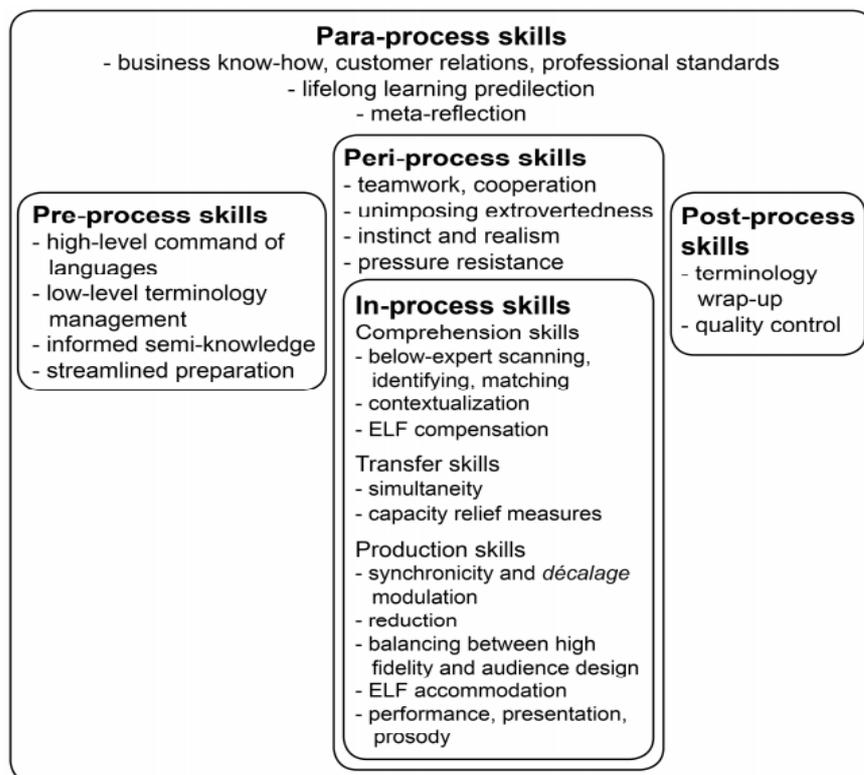
<sup>20</sup>Sua obra está disponível somente em alemão, o que nos impediu de ter acesso ao material original.

- a) operações simples ou secundárias (obtenção do material antes do evento, como dispor as anotações, etc.), que se transformam em:
- b) tipos mais complexos de operações (preparação para a interpretação, anotação, etc.), que se transformam em:
- c) competências parciais (correspondendo às três fases do processo, quais sejam, recepção, processamento e reprodução), que resultam na:
- d) competência em interpretação. (KUTZ, 2010, p. 208, *apud* CAVALLO, 2019, p. 80).

Desta forma, o modelo apresentado por Kutz apresenta uma visão mais ampla da atividade, não se limitando apenas ao processo de interpretação em sua execução, mas, considerando outros fatores periféricos, como a relação com o cliente e acesso prévio aos materiais, dentre outros. Cavallo (2019) também afirma que o modelo apresentado por Kutz não é um modelo fechado, sendo aberto à interdisciplinaridade e novas correlações, como trocas entre línguas e culturas.

Ampliando o espectro de Kutz, Albl-Mikasa (2012; 2013) apresenta o Modelo de Competência do Intérprete com base no processo e na experiência do intérprete de conferência, com base em um *corpus* de 90 mil palavras e em entrevistas com 10 intérpretes experientes (Figura 4).

**Figura 4** - Modelo de Competência do Intérprete com base no Processo e na Experiência de Albl-Mikasa



Fonte: Albl-Mikasa (2012, p. 63).

Albl-Mikasa (2012; 2013) amplia a proposta de Kalina (2000) com os *para-process*,

que são as habilidades extrínsecas ao processo. Considera ainda como habilidade (*skills*) todas as partes do modelo, mesmo aquilo que denomina requisitos, condições ou esforços. De acordo com Cavallo (2019), Albl-Mikasa apresenta maior detalhamento em cada dimensão, além da redefinição ou simplificação de alguns elementos, a exemplo da dimensão posterior ao processo, no qual Albl-Mikasa mantém apenas duas habilidades, que são revisão terminológica e controle de qualidade.

Tendo em vista que o modelo que propomos aqui se baseia na abordagem proposta por Cavallo, detalharemos agora sua reflexão. Cavallo (2019), tomando como base os modelos propostos por Albl-Mikasa (2012; 2013) e os pressupostos básicos do Modelo de Competência em Interpretação de Leipzig apresentados por Kutz (2010), apresenta uma reformulação para o intérprete de conferências, com o intuito de adotar um modelo de competência mais abrangente e válido para a formação de intérpretes:

[...] denominado Modelo de Competência do Intérprete de Conferências, entendemos a habilidade como uma capacidade aprendida que resulta de um conhecimento operacional; esta habilidade se torna qualificação operacional no final da formação ou no início da atuação profissional como intérprete. (CAVALLO, 2019, p. 88)

Importa destacar que a autora menciona que seu modelo se refere aos intérpretes em contextos de conferência de línguas orais, embora não descarte sua aplicação para outras línguas, tais como a LSB, objeto do nosso trabalho, e para outros contextos, podendo ser adaptado à interpretação comunitária. O modelo sugerido pela autora (Figura 5) segue uma estrutura horizontal, da esquerda para a direita, inspirando-se do modelo de Kutz (2010), distinguindo habilidades de qualificações. Desta forma, sugere que as dimensões não estão isoladas, mas influenciam-se reciprocamente, de maneira fluída e interligada.

**Figura 5 - Modelo de competência para intérprete de conferência**



Fonte: Cavallo (2019, p. 90).

Nesse sentido, é importante trazer as principais contribuições de Cavallo (2019), fonte essencial de nosso trabalho e da construção de nossa proposta. A autora propõe uma “reelaboração” de um modelo de competência, partindo das seguintes considerações sobre o que foi eliminado, substituído ou alterado:

- **Habilidades anteriores ao processo:** sobre o que Albl-Mikasa (2012, p. 62) define como “gestão simplificada da terminologia assistida por computador” e “preparação otimizada para o encargo”, a autora destaca que se trata de uma gestão simplificada da terminologia, uma vez que não traz a carga da complexidade do trabalho de um terminólogo, embora não signifique também a simples construção de glossários. Partindo dessa crítica, Cavallo (2019, p. 91) adapta esta ideia e sugere uma “gestão da terminologia e preparação otimizada”, uma vez que a presença de um computador é de suma importância, ainda que nem todos os intérpretes utilizem *softwares* para gerenciar glossários. Cavallo (2019, p. 91) também exclui do rol dessas habilidades o “semiconhecimento informado”, apontando que “um intérprete, a não ser que tenha formação específica em outras áreas, nunca possuirá o mesmo conhecimento do especialista que estiver interpretando”. Sobre o elevado domínio das línguas de trabalho, incluiu as modalidades de interpretação, afirmando que essas impactam fortemente o processo.

- **Habilidades internas ao processo:** tais habilidades foram bastante modificadas por Cavallo em relação à proposta de Albl-Mikasa. As habilidades de transferência e produção

foram consideradas um único conjunto, alegando que “é na produção que se manifesta a transferência do discurso” (CAVALLO, 2019, p. 91). As “referências à compensação e adequação do Inglês enquanto Língua Franca” (CAVALLO, 2019, p. 91) foram excluídas de modo que o modelo proposto se tornasse mais abrangente, ficando apenas a “adaptação e modulação do discurso”, que inclui o que Albl-Mikasa (2012, p. 62) considera como “desempenho, apresentação, prosódia” e “equilíbrio entre extrema fidelidade e características do público”. Cavallo sintetiza os conceitos de sincronização, modulação do *décalage*, redução e simultaneidade como “utilização de táticas específicas”. Vale ressaltar que Gile (2009, p. 200-201) trata dessas táticas de maneira a diferenciá-las do que comumente os ET entendem como “estratégias”. Para o autor, as estratégias seria um planejamento prévio para fins específicos, enquanto as Táticas remetem às decisões e ações para prevenção e solução de problemas em tempo real. Para Gile (2009, p. 201-211), essas táticas são divididas em: 1) compreensão (que se utiliza do atraso de resposta, reconstrução de um segmento com a ajuda do contexto, consulta de colega de cabine e recursos documentais e tecnológicos na cabine, etc); 2) táticas preventivas (tomada de notas, ampliação ou encurtamento do tempo entre ouvir e falar, segmentação e alívio da memória de curto prazo, alteração da ordem dos elementos de uma enumeração); e 3) táticas de reformulação (atraso de resposta, consulta a colega de cabine, substituição de um termo específico por um hiperônimo ou termo generalista, explicação ou paráfrase, consulta de documentos, reprodução de um som escutado na língua de partida, entre outras).

No que concerne às habilidades de compreensão, Cavallo (2019, p. 92) recupera os conceitos de “contextualização” de Albl-Mikasa e o de “equação CL + CEL + A” de Gile, fazendo a seguinte consideração:

- 1) “contextualização”, como no modelo de Albl-Mikasa (2012, p. 76), algo fundamental para colocar o que é ouvido em perspectiva e sustentar as táticas empregadas na fase de transferência e produção, ao mesmo tempo em que inserimos
- 2) a equação “CL + CEL + A” sugerida por Gile (2009, p. 84). Trata-se da fórmula “Conhecimento linguístico + Conhecimento extralinguístico + Análise deliberada”.

A análise deliberada, segundo Cavallo (2019), seria a forma de preencher possíveis lacunas na interpretação, em que apenas os conhecimentos linguístico e extralinguístico não são suficientes. Baseando-se em Gile (2009), afirma ainda que tais habilidades se tornam cada vez mais automáticas e inconscientes,

- **Habilidades posteriores ao processo:** o modelo proposto por Cavallo (2019) não alterou o modelo de Albl-Mikasa (2012, p. 85), que sugere duas habilidades, a revisão terminológica (basicamente como atualização de glossários) e o controle de qualidade (inerente à autocrítica, feedback e correções de vícios durante a fala).

- **Habilidades envolvendo o processo:** partindo do que é definido no modelo de Albl-Mikasa enquanto “extroversão não impositiva” e “profissionalismo entre instinto e realismo”, Cavallo (2019, p. 92) junta esses conceitos em um “responsabilidade, empatia e bom senso”:

[...] o profissionalismo entre instinto e realismo pode ser melhor explicitado através dos termos “responsabilidade” (o intérprete competente conhece a si mesmo e as funções que deve cumprir), “empatia” (sensibilidade e entendimento das “vozes” e dos posicionamentos dos outros) e “bom senso” (avaliação realística da situação comunicativa e do próprio desempenho).

Além disso, para Cavallo, o conceito de “extroversão não impositiva” de Albl-Mikasa já estaria presente no perfil cognitivo do intérprete.

- **Habilidades extrínsecas ao processo:** a autora recupera o Know-how de negócios, relacionamento com clientes e padrões profissionais, bem como as Meta-reflexões do modelo de Albl-Mikasa, alterando apenas o conceito de “predileção pela aprendizagem ao longo da vida”, sendo substituído por “formação continuada”. Cavallo (2019, p. 92) afirma que “a predileção pela aprendizagem diz mais respeito à curiosidade pelo estudo de vários assuntos, algo que já faz parte do perfil cognitivo específico do intérprete.” A formação continuada remete às ações que inferem na atividade de interpretação.

Entende-se que o modelo reelaborado por Cavallo (2019) sugere um amálgama entre o modelo de Kutz (2010), mais voltado para a didática, e o modelo desenvolvido por Albl-Mikasa (2012) com foco no processo e na experiência, justificando sua opção da seguinte forma:

1) conjuga a formação e a prática profissional, tratando-se de uma fusão necessária para que a competência do intérprete possa ser pensada tanto do ponto de vista da aprendizagem quanto da realidade profissional; 2) tem uma base teórica sólida, isto é, origina-se nos anos de pesquisa e de ensino dos próprios autores, Kutz e Albl-Mikasa, ambos interagindo em contextos geográficos e acadêmicos que formam intérpretes há décadas, além dos trabalhos de Kalina e de Gile; 3) é um modelo descritivo e não prescritivo, pois visa a descrever a competência do intérprete com base no que acontece na prática e, possivelmente, na formação. (CAVALLO, 2019, p. 93-94).

Em suma, o modelo é construído com base em uma abordagem descritiva, tal como o modelo de Albl-Mikasa (2012; 2013), voltando-se para a prática do profissional em seu cotidiano e para as habilidades que impactam sua atuação, excluindo o conhecimento teórico sobre interpretação, ainda que considere sua importância na formação do intérprete.

Como indicado anteriormente, a proposta de reelaboração do modelo de competência para intérpretes de Cavallo, focado na atuação de intérpretes de conferência, serviu com base para a elaboração do nosso modelo, que será descrito no próximo capítulo. Antes de apresentar essa proposta, partimos de uma consideração prévia sobre a categorização e o perfil do ILS no ambiente da TVCD.

## **CAPÍTULO 3: PERCURSO METODOLÓGICO E ANÁLISE DOS DADOS**

O presente capítulo tem por objetivo apresentar o percurso metodológico desenvolvido nesta pesquisa e a discussão referente à análise dos dados. Para tanto, delineamos o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa. Desta forma, abordamos a natureza metodológica da pesquisa, bem como métodos e técnicas para a coleta e análise dos dados. Por fim, procedemos à análise dos dados, buscando estabelecer um diálogo com os autores abordados neste texto, a fim de construir uma proposta de modelo de competências em interpretação de conferência no contexto de atuação da TVCD.

### **3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA**

#### **OBJETIVOS E PERGUNTAS**

O objetivo geral desta pesquisa é propor um modelo de competência para o ILS em contexto de atuação na TVCD, a partir do modelo elaborado por Cavallo (2019) para o intérprete de conferência. Elencamos quatro objetivos específicos: i) pesquisar os requisitos e critérios de contratação de ILSs para a TVCD; ii) analisar os documentos sobre atuação dos ILS na TVCD; iii) verificar se a formação exigida e as recomendações oriundas da avaliação feita pela FEBRAPILS com os intérpretes contemplam a competência necessária para atuação na TV Câmara; e por fim, iv) identificar quais as habilidades necessárias para compor a competência interpretativa para este tipo de atuação.

Com o intuito de atingir os objetivos propostos, buscamos responder às seguintes perguntas de pesquisa: 1) Quais as estratégias da Câmara dos Deputados para garantir acessibilidade linguística aos Surdos?; 2) Quem é o profissional ILS que atua na TVCD?; e 3) Qual o perfil profissional do ILS requisitado pela TVCD?; 4) O ILS na TVCD intérprete de conferência ou comunitário?

#### **METODOLOGIA DA PESQUISA**

A pesquisa possui natureza descritiva e exploratória, fundamentada na análise documental com verificação dos dados respaldados pela abordagem quali-quantitativa (LAKATOS; MARCONI, 2015, p. 115-116). De acordo com Godoy (1995, p. 58):

[...] é a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, para compreender os

fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

Quanto aos seus objetivos, a pesquisa pode ser considerada como sendo descritiva, uma vez que descreve características (GILE, 2008, p. 41), o que nos permite traçar um cenário de atuação, a partir dos requisitos exigidos, do ILS em contexto da TVCD. Buscou-se definir as competências e/ou habilidades requeridas para tal atuação.

A pesquisa é também exploratória, em seu intuito de “proporcionar maior familiaridade com o problema” (GILE, 2008, p. 42), analisando e apresentando os dados relativos às recomendações de atuação dos ILS da TVCD por meio da contrastação dos documentos de orientação da CACD e do documento do parecer fornecido da FEBRAPILS. Com base nessa descrição, propomos a construção de um modelo de competências de interpretação em conferência para o ILS em contexto de atuação na TVCD.

Os métodos e técnicas apresentados neste estudo se classificam como pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. Esses dois métodos se assemelham muito, porém a sua diferença consiste na natureza das fontes (GILE, 2008, p. 43). A pesquisa documental tem como característica o levantamento de dados por meio de documentos, escritos ou não, constituindo fontes primárias, oriundos de arquivos públicos, particulares e de fontes estatísticas (MARCONI; LAKATOS, 2015, p. 116). Já a pesquisa bibliográfica se refere a fontes secundárias, abrangendo toda bibliografia publicada que se tornou pública. A finalidade desse método é colocar o pesquisador em contato direto com toda a bibliográfica da área pesquisada (MARCONI; LAKATOS, 2015, p. 116).

Apresentamos, então, com base nessa abordagem, o percurso metodológico adotado pelo pesquisador durante o processo de identificação, análise e contraste entre os documentos, para se chegar a um modelo de competência para o ILS em atuação na TVCD.

### **3.2 ANÁLISE DOS DADOS**

A análise dos dados foi realizada em três etapas: i) análise bibliográfica; ii) análise documental; iii) contrastação dos documentos e levantamento das habilidades que podem compor a competência do ILS para atuação na TVCD.

A **primeira etapa**, classificada como “Identificação documental”, tem como premissa identificar os documentos que envolvem a atuação do ILS, sejam os que definem a contratação, sejam os que orientam o trabalho dos intérpretes da TVCD.

Posteriormente, passamos à análise dos seguintes documentos: i) os editais de Pregão

Eletrônico<sup>21</sup>ii) parecer oferecido pela FEBRAPILS e documento de orientação da CACD com recomendações para os intérpretes de Libras da TV Câmara; e iii) contrastação dos documentos e levantamento das habilidades que podem compor a competência do ILS para atuação na TVCD.

Na **segunda etapa de análise bibliográfica e documental**, iniciamos uma busca por todos os editais que ocorreram desde 2009 (ano de início da transmissão pela TVCD com Janela de Libras), até 2020, encontrados no sítio da Câmara dos Deputados, através de busca realizada com os termos “licitação”, “Intérprete” de "Libras". Essa busca específica se justifica pelo fato de que toda a estrutura da Câmara dos Deputados se utiliza desse expediente para compras e contratações, o que resulta em um volume considerável de editais. Além disso, a definição dos termos de busca para a localização dos documentos no sítio da Câmara foi favorecida pelo fato de o pesquisador ser um dos ILS contratados para atuar nesta instituição, através de contrato com empresa terceirizada que presta serviço à TVCD mediante processo licitatório.

Nos editais, são descritos, entre outras coisas, os serviços e produtos que estão sendo cotados para compra e/ou contratação. Dentre estes, está o serviço de tradução e interpretação de línguas de sinais para a TV Câmara, nos editais dos anos 2009, 2013 e 2020.

O documento de orientação da FEBRAPILS foi elaborado em resposta a uma ocorrência na Ouvidoria Parlamentar, por solicitação do CACD, que realizou avaliação dos ILS que trabalham na TVCD, tendo por resultado um parecer sobre a atuação desses profissionais. Esse documento<sup>22</sup>, disponibilizado para esta pesquisa pelo CACD, ressalvado sigilo sobre as informações privadas dos ILS nele contidas, com o objetivo de contribuir na construção deste trabalho, foi um dos documentos analisados nesta pesquisa. O parecer apresenta a FEBRAPILS enquanto instituição representativa das associações de profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-intérpretes de Línguas de Sinais, e aponta que o documento em questão visa identificar aspectos para aperfeiçoamento do ILS, bem como da equipe da TVCD. Para se proceder à avaliação, foi cedido à FEBRAPILS um DVD contendo vídeos de curta duração já televisionados da atuação dos ILS.

Sobre a avaliação, o documento descreve aspectos gerais dos vídeos avaliados, como tamanho da Janela de Libras, enquadramento, áudio interpretado, conteúdo a ser interpretado, e aspectos gerais em torno dos ILS. Em seguida, discorre sobre a atuação individual dos

---

<sup>21</sup>Sistema de compras e contratações utilizado pela Câmara dos Deputados.

<sup>22</sup>Tomamos conhecimento da existência desse documento pelo fato de o pesquisador ter sido um dos avaliados. O acesso ao documento foi permitido pela CACD mediante solicitação direta do pesquisador, para os fins desta pesquisa. O documento foi entregue a cada um dos ILS e também afixado em uma das paredes da sala dos intérpretes no “estúdio de Libras”, local onde é realizada a interpretação na TVCD.

profissionais, avaliando aspectos positivos e também os que precisam ser melhor trabalhados por cada ILS.

Enquanto encaminhamento sobre o parecer, a CACD produziu um documento em forma de recomendação aos ILS sobre sua atuação intitulado “Recomendações para os Intérpretes de Libras da TV Câmara”, que tem por objetivo orientar os ILS da TVCD em seu trabalho, baseado nos aspectos avaliados pela FEBRAPILS, NBR 15.290 da ABNT sobre acessibilidade em Televisão e código de ética do intérprete, formulado pela FENEIS, que discutem a atuação do ILS.

A **terceira etapa** consiste na contrastação dos documentos e levantamento das habilidades que podem compor a competência do ILS para atuação na TVCD. Para tanto, apresentamos os editais dos anos 2009 (ANEXO A), 2013(ANEXO B) e 2020 (ANEXO C), com os requisitos para contratação dos ILS, conforme demonstrado no Quadro 1, assim como o parecer da FEBRAPILS (ANEXO D) e as recomendações produzidas pelo Comitê de Acessibilidade da Câmara dos Deputados- CACD aos ILS em atuação na TVCD (ANEXO E).

**Quadro 1** - Editais de contratação de ILS

EDITAL	2009	2013	2020
<b>Descrição das atividades</b>	Traduzir e interpretar para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) as informações, falas e discursos proferidos em eventos gravados ou transmitidos ao vivo pela TV Câmara, seja em Plenário, Comissões, Seminários, Estúdio ou outros eventos.	Traduzir e interpretar para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) as informações, falas e discursos proferidos em eventos gravados ou transmitidos ao vivo pela TV Câmara, seja em Plenário, Comissões, Seminários, Estúdio ou outros eventos.	Traduzir e interpretar para a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS as informações, falas e discursos proferidos em eventos gravados ou transmitidos ao vivo, seja em Plenário, Comissões, Seminários, Estúdio ou outros eventos, na TV Câmara, YouTube e nas demais redes sociais e formas de transmissão da Câmara dos Deputados.
<b>Formação básica exigida</b>	Ensino superior completo e certificação do exame de proficiência em Libras – Pró-Libras do Ministério da Educação.	Ensino superior completo e certificação do exame de proficiência em Libras – Pró-Libras, do Ministério da Educação.	Ensino superior completo.
<b>Outros requisitos</b>	Conhecimento dos termos técnicos utilizados no dia a dia do Poder Legislativo e carta de apresentação de instituição representativa dos deficientes auditivos.	Conhecimento dos termos técnicos utilizados no dia a dia do Poder Legislativo e carta de apresentação de instituição representativa dos deficientes auditivos.	Curso de educação profissional na área de Libras reconhecidos pelo Sistema que os credenciou e/ou cursos de extensão universitária e/ou cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições

			credenciadas por Secretarias Estaduais de Educação; conhecimento dos termos técnicos utilizados no dia a dia do Poder Legislativo e carta de apresentação de instituição representativa dos deficientes auditivos.
<b>Experiência profissional</b>	Mínimo de 6 (seis) meses na prestação de serviços compatíveis com a função.	Mínimo de 6 (seis) meses na prestação de serviços compatíveis com a função	Mínimo de 6 (seis) meses na prestação de serviços compatíveis com a função.
<b>Requisitos desejáveis</b>			Certificação do exame de proficiência em Libras – Pró-Libras, do Ministério da Educação.

Fonte: Elaboração própria do autor (2021)

Podemos verificar que no primeiro edital do ano de 2009, quando comparado ao do ano de 2013, não há distinção de conteúdo, são solicitados os mesmo requisitos. Contudo, quando comparamos com o edital do ano de 2020, há uma série de alterações, excetuando o requisito de “Experiência Profissional”.

No quesito “Descrição das atividades”, no edital de 2020, há o acréscimo da veiculação da imagem do ILS por meio do canal YouTube e redes sociais da Câmara dos deputados. Essa alteração se dá pela expansão da transmissão da TVCD em mídias digitais e redes sociais.

No quesito “Formação básica exigida”, o edital de 2020 suprime a obrigatoriedade da certificação do exame de proficiência em Libras – Pró-Libras, do MEC, colocando-o apenas como “requisito desejável”. Importa destacar que a retirada do item obrigatório indicado como item “Desejável” vai de encontro à legislação, Decreto nº 5.626/2005, no que tange a sua obrigatoriedade, uma vez que o exame se deu para verificar a proficiência do candidato, devendo ser realizado no prazo de 10 anos subsequentes à sua promulgação, que ocorreu em dezembro de 2005, conforme artigo 19, incisos I e II, e artigo 20, parágrafo único.

Art. 19. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil:

I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;

II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental;

Art. 20. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior (BRASIL, 2005).

Levando em consideração a temporalidade com a qual o exame foi realizado, sendo o primeiro em 2006 e o último em 2015, tendo surgido para suprir temporariamente uma lacuna de formação básica, a exigência dessa titulação limitaria a quantidade de profissionais aptos a preencher os requisitos exigidos.

Para além disso, Silva Neto (2017, p. 29) aponta que, “apesar de todo o caráter regulamentador, esse exame não contempla as diversas áreas de atuação. Seu texto se baseia no quesito contrastivo da língua e na prática da tradução entre as estruturas da Libras e da Língua Portuguesa.” Essa afirmação demonstra que o exame não possui caráter formativo e, portanto, em nada infere na atuação do ILS no contexto da TVCD.

No item, “Outros requisitos”, no edital de 2020, em comparação aos dois anteriores, em que se exigia apenas “Conhecimento dos termos técnicos utilizados no dia a dia do Poder Legislativo e carta de apresentação de instituição representativa dos deficientes auditivos”, acresce-se “Curso de educação profissional na área de Libras reconhecidos pelo Sistema que os credenciou e/ou cursos de extensão universitária e/ou cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias Estaduais de Educação; conhecimento dos termos técnicos utilizados no dia a dia do Poder Legislativo e carta de apresentação de instituição representativa dos deficientes auditivos.” Ou seja, verificamos uma ampliação de cursos de formação de conhecimento da língua, e não da atividade interpretativa, principalmente no que tange ao ambiente legislativo, ainda que seja de notório conhecimento que não existem cursos de formação específica.

É possível verificar que os editais exigem tão somente formação em nível superior, em qualquer área, bem como titulação de conhecimento da língua de sinais ou sua proficiência de forma geral, e não sobre a atividade que deverá ser desempenhada, qual seja, a tradução e interpretação em língua de sinais, bem como experiência mínima de seis meses em tradução e interpretação, mas não descreve em que área de atuação essa experiência ocorreu. Outro ponto destacado é que os editais explicitam a necessidade de conhecimento terminológico do âmbito legislativo, mas não apontam a forma como esse conhecimento deve ser comprovado.

Discutidos os elementos que compõem o edital, verificamos as habilidades que

compõem o modelo de competências apresentados neste trabalho. Desta forma, identificamos que nos editais há a presença das **habilidades anteriores ao processo**, quais sejam:

i) **Elevado domínio das línguas de trabalho e das modalidades da interpretação**, indicadas nos editais no item “Descrição das atividades”, quando traz que o profissional deve “Traduzir e interpretar para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) as informações, falas e discursos proferidos em eventos gravados ou transmitidos”. De acordo com Albl-Mikasa (2012, p. 64-65), são necessários tanto o conhecimento linguístico, quanto sua aplicação ao discurso proferido em língua fonte e interpretado para a língua alvo, especialmente em se tratando de uma interpretação de uma língua oral auditiva para uma visual-espacial. No que se refere às modalidades da interpretação, o profissional deve ter um bom domínio das modalidades de interpretação simultânea, uma vez que se trata da modalidade utilizada na TVCD.

ii) **Gestão da terminologia e preparação otimizada**: essa habilidade está representada nos editais em outros requisitos, quando indica que o ILS deve ter “Conhecimento dos termos técnicos utilizados no dia a dia do Poder Legislativo”. Importa destacar que, para Albl-Mikasa (2012), corroborada por Cavallo (2019, p. 83), a gestão terminológica “não corresponde ao trabalho complexo que um terminólogo faria, mas também não se trata somente de simples criação de glossários”; portanto, o ILS deve ter ciência dos termos utilizados no ambiente legislativo, bem como saber utilizar os possíveis correspondentes conceituais em Língua de Sinais (LS), buscando-os em glossários ou bancos de dados disponíveis, a exemplo do VLibras<sup>23</sup>, ou do sítio “direito em libras”<sup>24</sup>. No que tange à preparação, é necessário que o profissional saiba fazer uso das tecnologias de informação.

Passamos agora à análise do parecer da FEBRAPILS em contraponto aos editais de contratação<sup>25</sup>. Destacamos que a avaliação foi realizada com base no modelo postulado por Hurtado Albir (2005) e em seu trabalho desenvolvido no grupo PACTE<sup>26</sup>.

#### Quadro 2 - Avaliação da FEBRAPILS

Apontamentos da avaliação
1) A complexidade da interpretação é um ponto a ser observado. Tanto a complexidade do discurso quanto a velocidade das falas. O contexto exige escolhas rápidas e precisas. Porém, em alguns momentos é possível que o intérprete aguarde um pouco, compreenda melhor e então desenvolva a interpretação. Na amostragem encontramos momentos em que a interpretação está muito próxima do discurso que está sendo proferido em português oral, conseqüentemente, algumas escolhas não são as mais adequadas para

<sup>23</sup>Trata-se de banco de dados com termos e correspondentes em Libras. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/vlibras>.

<sup>24</sup>Glossário de termos jurídicos, disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/vlibras>.

<sup>25</sup>Foi resguarda a identidade dos ILS.

<sup>26</sup>Destacamos que o parecer integral se encontra nos anexos da presente dissertação. FEBRAPILS (2017).

o contexto, prejudicando o entendimento e compreensão do público alvo: as pessoas surdas.
2) O espaço na tela disponível para a interpretação parece maior do que os oferecidos em outros contextos, porém, ainda não segue a norma NBR15.1290 que orienta que o tamanho seja de um quarto da tela da imagem.
3) Todos os intérpretes demonstram conhecer a Libras, porém encontramos níveis diferentes de proficiência.
4) A interpretação se intercala entre os discursos do plenário e uma narração. Seria necessária uma marcação no GC que identifique de forma mais clara que há uma narração e que a interpretação realizada é dessa narração e não do discurso/ da imagem que está sendo apresentada.
5) Na interpretação encontramos escolhas diferentes entre os intérpretes para os mesmos conceitos, para melhor compreensão do público alvo, o ideal é que o intérprete tente manter as mesmas escolhas já realizadas pelo colega anterior, a fim de que, contribua para a compreensão do público alvo. Uma sugestão é a criação de um glossário coletivo pelos intérpretes, para que termos específicos de determinadas áreas sejam convencionados. Também, uma alteração na organização do trabalho em que possam atuar em equipe de forma efetiva, onde um intérprete assume o turno da interpretação e o outro assume a interpretação de apoio.
6) As trocas entre os intérpretes do turno em alguns momentos são realizadas durante o discurso, sugerimos que sempre que possível ela seja realizada quando houver alguma pausa. Trocas realizadas durante o discurso geram lacunas que comprometem a interpretação e a compreensão do que está sendo dito.
7) As metáforas ou expressões idiomáticas em português na grande maioria dos casos observados na amostragem foram interpretadas de forma literal. Sabemos que pelas diferenças linguísticas entre libras e português, um equivalente direto nem sempre é possível, nesse sentido. A opção pela tradução literal prejudica a compreensão pelo público alvo. Sugerimos que sempre que possível a opção seja a interpretação do sentido contido no uso das metáforas ou expressões idiomáticas. Nas competências apresentadas por Hurtado Albir, elencamos aqui as competências biculturais. Sugerimos que os intérpretes busquem mais contato com a comunidade surda para que possam ter uma compreensão mais rica das sutilezas que a língua de sinais traz em seu bojo e, dessa maneira adquirirem mais uma competência para um bom desempenho no ato interpretativo.
8) De forma genérica, encontramos soletrações para nomes e datas incompreensíveis devido a velocidade, ausência de ritmo ou o espaço em que são realizadas, por exemplo próximo ao rosto. Sugerimos que essas soletrações ocorram no espaço neutro, com cotovelo próximo ao corpo. Se possível, usando o fundo da camisa.
9) É necessária a definição de um padrão para que o público alvo se acostume e marque claramente que durante a interpretação pode ocorrer contratempos: uma tosse, um bocejo ou uma simples coceira. Sugerimos que caso isso ocorra, os intérpretes pausam a interpretação, desviem o olhar da câmara e depois ao retomar a postura continuem a interpretação. Interpretar durante um bocejo ou enquanto coçam o nariz com uma mão e interpretam com a outra tornam o discurso confuso e sem coesão.
10) É necessária uma padronização para as pausas, os intérpretes devem realizar pausas, claras e bem marcadas, porém em determinados momentos encontramos diferentes escolhas, ou pausas que são realizadas com movimento dos dedos que devido ao tamanho da janela e a velocidade do discurso não é possível identificar se é uma pausa ou um sinal/gesto.

Fonte: Relatório de avaliação da FEBRAPILS (2017).

Os itens apresentados no Quadro 2 acima foram elencados no parecer da FEBRAPILS do ano de 2017. Quando comparado aos editais dos anos 2009, 2013 e 2020, inova ao tratar de itens que não remetem apenas ao conhecimento de língua e proficiência, mas também a elementos presentes na competência interpretativa, como apontado no item 1: a complexidade

do discurso *x* a velocidade da sinalização, e o *delay* entre o que se ouve e o que se produz na língua alvo. Os editais anteriores exigiam tão somente a formação geral e o conhecimento da língua, não atentando para a atividade de tradução e/ou interpretação.

A avaliação segue sugerindo conhecimentos não descritos e/ou requisitados nos editais:

- necessidade do ILS de estabelecer marcações entre os narradores do discurso e cortes de entrada de repórteres,
- necessidade de conhecimento em relação à integração da TV e Rádio Câmara, quanto à dinâmica dos repórteres durante a interpretação ao vivo.
- Vale destacar que se trata de uma habilidade exigida somente no ambiente da TVCD, não havendo cursos que possibilitem a aquisição prévia dessa habilidade.

Outro ponto apresentado refere-se à sugestão da padronização de sinais com a criação de um glossário com termos específicos. Vale ressaltar que o edital indica a primordialidade do conhecimento dos termos empregados no âmbito legislativo, embora, como já mencionado, não aponte a forma como tal conhecimento deve ser comprovado. Além disso, a construção de um glossário dos termos especializados requer dos intérpretes habilidades e conhecimentos de ferramentas terminológicas, ou mesmo a possibilidade de registro e armazenamento desse glossário, o que não ocorre.

Para além desse ponto, são requeridas do ILS estratégias de conhecimento de pactuação de acordos em equipe. Destacamos que, na maioria das vezes, esse profissional atua solo, não havendo trabalho em equipe para que possa adquirir previamente essa habilidade. Assim, o trabalho em equipe muitas vezes é entendido como o simples revezamento, ou seja, a troca regular dos profissionais, prática que só se constrói com o fazer da atividade sob orientação de parceiros. De acordo com Nogueira (2016, p. 83),

[...] trabalhar em equipe significa lidar com um parceiro, de modo que as responsabilidades vão se alternando entre os intérpretes, quando um tem a função “ativa” no momento da atuação enquanto o outro na função “passiva” aguarda para assumir a função “ativa” e, nesse momento, tem a responsabilidade de dar suporte à interpretação.

Ressalta-se ainda que a aquisição da habilidade de trabalho em equipe, seja ela ativa ou passiva, não é exigida do profissional no ato da contratação, ainda que tenha consciência de que estará atuando em parceria com os demais ILS.

A avaliação proposta pela FEBRAPILS em relação à atuação dos ILS da TVCD aponta, de maneira geral, para habilidades que podem compor uma competência interpretativa,

ligada à sua prática cotidiana, ainda que de maneira restrita, pois o documento ressalta que as avaliações foram baseadas em vídeos de curta duração, e que a atuação dos intérpretes da TVCD possui uma média de 3.000 horas de programação com janela de Libras por ano, como aponta o Portal da Câmara dos Deputados<sup>27</sup>.

Outro ponto importante é que os dois primeiros editais foram publicados nos anos 2009 e 2013, esta avaliação tendo sido realizada no ano 2017. Logo, as várias mudanças introduzidas no edital de 2020 já refletem influências desse documento, ainda que não abordem questões relacionadas à atividade de interpretação em ambiente legislativo. Entre elas, indica a exigência de um maior rigor na qualificação profissional no intuito de que os ILS apresentem os requisitos apontados na avaliação supramencionada.

Nesse sentido, verificamos que o parecer da FEBRAPILS apresenta as habilidades por nós identificadas, entre as quais: **habilidades anteriores ao processo; habilidades internas ao processo; e habilidades envolvendo o processo.**

Passamos a discuti-las a seguir.

i. **Habilidades anteriores ao processo:** entendemos como **habilidades anteriores ao processo** as estratégias que precedem a interpretação em si; nesse sentido, no parecer emitido podemos identificar o item 4, que trata da necessidade de marcação entre discursos e falas de plenário e a narração jornalística. Tendo em vista que durante a transmissão do plenário há momentos nos quais a narração jornalística ocorre em concomitância aos discursos, estariam os ILS diante de uma situação por nós entendida como “estratégia”, uma vez que pode trazer previsibilidade de sua ocorrência; e de acordo com Gile (2009, p. 200-201, tradução nossa), “Embora na literatura dos ETs, tais decisões e ações em tempo real sejam frequentemente chamadas de ‘estratégias’, eu prefiro reservar esse termo para ação planejada com objetivos específicos (por exemplo, estratégias de preparação de conferência)”.<sup>28</sup>

ii. No item 5, remete-se à necessidade de um glossário coletivo, ao que já mencionamos como “gestão de terminologia e preparação otimizada”.

iii. O item 6, que se remete à troca de intérpretes nos turnos, entendemos se tratar de uma estratégia, ou seja, planejada anteriormente entre os intérpretes.

---

<sup>27</sup>Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/o-programa/acoes.html>.

<sup>28</sup>Do original: “While in the TS literature, such online decisions and actions are often called ‘strategies’, I prefer to reserve that term for planned action with specific objectives (for instance conference preparation strategies).”

iv. O item 8, referente à velocidade, ritmo e espaço de sinalização de soletração, trata de uma marcação que deve ser pactuada pelos profissionais antes da atividade de interpretação.

v. **Habilidades internas ao processo:** entendemos **habilidades internas ao processo** todas aquelas que são realizadas durante a atividade de interpretação que envolve tanto a transferência, compreensão quanto a produção (ALBL-MIKASA, 2012, p. 74), ainda que Cavallo (2019, p. 91) entenda que produção e transferência formem um conjunto indivisível, uma vez que “é na produção que se manifesta a transferência do discurso”. Dessa forma, e seguindo o modelo proposto por Cavallo (2019), as habilidade internas ao processo envolvem habilidades de compreensão, que consiste na equação CL + CEL + A, contextualização e, habilidades de transferência e produção que reúnem as táticas específicas e adaptação e modulação do discurso. Nesse sentido, é possível identificar que o item 1 se refere à velocidade de resposta entre a produção da língua fonte para a língua alvo. Sugere-se ainda “que o intérprete aguarde um pouco, compreenda melhor e então desenvolva a interpretação”, orientação que poderia ser enquadrada entre as táticas de compreensão que Gile (2009, p. 201) aponta como “*delaying response*”, que consiste no atraso da produção do intérprete por alguns segundos com relação ao orador, de modo a receber mais informações da língua fonte, o que possibilita estruturar melhor a interpretação na língua alvo.

vi. O item 7 se refere ao uso mais adequado de metáforas e expressões idiomáticas na língua alvo, o que pode ser considerado como integrando o conjunto de táticas, no que se refere à reformulação, conceitua por Gile (2009, p. 201) como o uso da paráfrase ou explicação.

vii. **Habilidades envolvendo o processo:** entendemos por trabalho em equipe e atitude colaborativa o que é conceituado por Cavallo (2019, p. 91), a saber: “trabalho em equipe e colaboração; responsabilidades, empatia e bom senso e resistência à pressão e tolerância à frustração”. Nesse sentido, o item 5, apesar de também se referir às habilidades anteriores ao processo no que diz respeito à construção de glossários, apresenta a necessidade de trabalho em equipe, ou seja, de maneira colaborativa entre os profissionais atuantes na interpretação da TVCD, em que um intérprete assume o turno de interpretação, enquanto o outro permanece como apoio.

Diante disso, passamos à análise contrastiva do documento produzido pela CACD, “Recomendações para os intérpretes de Libras da TV Câmara”. Esse documento, produzido a partir do parecer emitido pela FEBRAPILS, hoje é norteador das práticas dos ILS na TVCD. Dessa forma, analisamos o texto produzido, onde constam 15 recomendações (Quadro 3).

**Quadro 3** - Recomendações para os Intérpretes de Libras da TV Câmara

1.	1) Seguir os preceitos éticos da profissão de intérprete, conforme o Código de Ética do Intérprete de Libras (FENEIS): profissionalismo, imparcialidade, confiabilidade, discricção e fidelidade.
2.	Manter a convivência e a interação com a comunidade surda.
3.	Manter conduta adequada ao se apresentar: utilizar sempre o uniforme (camiseta lisa de manga curta, preta ou bege, e sem gola, decote, estampas ou detalhes) e zelar pela boa aparência e higiene pessoal (cabelo, maquiagem, acessórios), evitando o uso de quaisquer adereços que chamem atenção indevida sobre si próprio durante o exercício da função.
4.	Atentar para a postura corporal, o enquadramento da câmera e o posicionamento de mãos e braços, utilizando bem o espaço.
5.	Estudar o glossário de sinais e os termos/sinais/marcações/pausas já convencionados pelos demais intérpretes da equipe, a fim de manter a coerência da interpretação.
6.	Produzir os sinais de forma adequada, precisa e clara, utilizando as estratégias de tradução que melhor se adequem ao público-alvo.
7.	Deixar um <i>lag time (delay)</i> maior entre a interpretação e o discurso que está sendo proferido, a fim de fazer as escolhas tradutórias mais adequadas ao contexto e evitar, assim, o português sinalizado.
8.	Fazer soletrações de nomes e datas de forma rítmica, com velocidade adequada e em espaço neutro, com cotovelo próximo ao corpo e, se possível, usando o fundo da camiseta para maior contraste.
9.	Atenção às metáforas e/ou expressões idiomáticas utilizadas no discurso: interpretar o sentido, sem fazer tradução literal.
10.	Realizar pausas claras e bem marcadas entre as falas, ou nas mudanças de parágrafos, de sentenças ou de ideias.
11.	Como a interpretação na TV intercala discursos do plenário e uma narração para rádio, é necessário que os intérpretes marquem claramente para o usuário surdo que há, naquele momento, uma narração e que a interpretação realizada é dessa narração e não da fala/imagem que está sendo mostrada na tela.
12.	Marcar claramente eventuais contratempos que possam ocorrer durante a interpretação (tosse, bocejo ou coceira, por exemplo): pausar a interpretação, desviar o olhar da câmera e somente depois, ao retomar a postura, continuar a interpretação.
13.	No revezamento entre intérpretes, o intérprete que está assumindo o turno deve manter as mesmas escolhas tradutórias já realizadas pelo colega anterior, para facilitar a compreensão pelo público-alvo.
14.	Realizar as trocas de turno somente em momentos onde houver alguma pausa, para garantir a coesão e a coerência da interpretação.
15.	Enquanto um intérprete assume o turno da interpretação, o outro deve assumir a interpretação de apoio.

Fonte: Coordenação de Acessibilidade da Câmara dos Deputados.

Podemos verificar que as recomendações estão alinhadas ao relatório emitido pela FEBRAPILS. Contudo, não se limitaram somente ao parecer, apresentando também orientações de cunho ético, estético e técnico na conduta dos profissionais.

Tendo em vista que já discutimos os elementos que apresentam aspectos inerentes à interpretação no relatório da FEBRAPILS, e que estão replicados nas recomendações, de modo a não sermos redundantes, analisaremos os aspectos que foram acrescentados pela CACD, quais sejam, os itens 1, 3 e 4 do Quadro 3 acima.

No que se refere aos preceitos éticos da profissão de intérprete, a recomendação da CACD é referente ao material produzido pela FENEIS no ano de 2004. Vale ressaltar que a própria FEBRAPILS já possui um código de ética atualizado quanto à atuação do profissional ILS do ano de 2015<sup>29</sup>. Indagamos a razão de não se utilizar desse código de ética. Com efeito, o Código de Ética da FENEIS<sup>30</sup> apresenta, de forma geral, como deve ser a postura do intérprete quanto à vestimenta, a neutralidade, imparcialidade, postura adequada e boa convivência com seus colegas, elementos que foram relacionados no documento produzido pela CACD. Tais orientações, ainda que pertinentes, poderiam ter sido extraídas do Código de Ética da FEBRAPILS, por ser mais atualizado.

Nas recomendações da CACD, todas as referências inerentes à interpretação em si são abordadas no parecer produzido pela FEBRAPILS, e, portanto, discutidas anteriormente, não sendo necessário repeti-las aqui. Ressaltamos que as demais questões elencadas nas recomendações de cunho ético, estético e postural têm grande relevância na atuação do profissional, entretanto não se enquadram no modelo proposto por este trabalho.

A análise documental e bibliográfica aqui conduzida possibilitou a reflexão quanto à necessidade de implementação de um modelo de competência próprio à atuação em contexto de interpretação de conferência dos ILS que exercem sua função na TVCD, a qual passamos a apresentar a seguir, tendo por base o modelo proposto por Cavallo (2019), uma vez que não encontramos na literatura nenhuma referência correlata. Dessa forma, julgamos ser importante a proposição de um modelo específico com a finalidade de auxiliar os profissionais que atuam ou que venham a atuar nesse contexto.

---

<sup>29</sup>Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7ZxCOYQ0QJmTUdtZ2xIZHlqQ1U/view?resourcekey=0-UR8f76e4adlVWnFLu1CTwQ>.

<sup>30</sup>Código de Ética da FENEIS, disponível em: <https://dl.fdocuments.tips/download/f91d7e828db45e8493427f94f71a8e9ef338350bde36879781d33154a3d715fd324c0bf76a8383c767c65585bf86f4e9c9034f6519700037927e9f00a0eb5efayD1McdLJdkvy5VcOAN2sjUzwe07ztxYQjK7m2b600BwX627XdLUNbBNIPg6AGXyVgBx7pG9Hvb+oF6Jky8tD95mF+pxfeQzIOsQpX9y1QF0%3D>.

### **3.3 PROPOSTA DE MODELO DE COMPETÊNCIA DE INTERPRETAÇÃO DE CONFERÊNCIA PARA ATUAÇÃO NA TV CÂMARA**

Neste capítulo, apresentaremos a proposta do modelo de competência de interpretação de conferência para atuação na TVCD, com base na proposta de Cavallo (2019), elaborada a partir de um compilado de modelos vigentes para atuação de intérpretes de conferência. Para tanto, passamos a explicar o modelo de Cavallo (2019) e nossa proposta.

A tese de Cavallo (2019) inova quando apresenta um modelo de competências para intérpretes de conferência. Toma como base modelos existentes para interpretação, não desprezando os modelos de tradução, mas que a autora entende como processos distintos. A autora desenha sua proposta baseada em Kutz (2010) e Albl-Mikasa (2012; 2013), optando pelo modelo de Kutz (2010). Justifica sua escolha ao mencionar que:

[...] o modelo possui uma estrutura de esquerda para direita, pois demonstra a transformação dos conhecimentos em habilidades e, a seguir, em qualificações. Assim, ocorrerá a passagem entre ações realizadas de forma consciente e controlada até o profissionalismo, quando as operações são efetuadas de modo (quase) inconsciente e sem controle de resultados. Tomamos emprestada também a definição de Kutz (2010, p. 213) de “perfil cognitivo específico” do intérprete, ou seja, uma predisposição psicológico-cognitiva, emocional e motivacional, característica parcialmente inata, também estimulada e treinada ao longo da formação. (CAVALLO, 2019, p. 88).

A construção do modelo proposto por Cavallo é voltado para a prática do intérprete de conferência, ou seja, com foco no “fazer” desse profissional, mas tratado a partir de uma lógica de formação para esse perfil de profissional. A formulação do modelo de forma horizontal apresenta uma estrutura da esquerda para a direita, onde os conhecimentos adquiridos durante o processo de formação se tornarão habilidades, e posteriormente, seja no fim da formação, seja no início da atuação como intérprete, se transformarão em qualificações operacionais, conforme observa-se na Figura 6 a seguir.

**Figura 6 - Modelo de competência do intérprete de conferência**



Fonte: Cavallo (2019, p. 90).

Outra característica importante apresentada no modelo é a sua multidimensionalidade, compreendendo diversas habilidades inerentes à atuação do intérprete. Importa salientar que o modelo construído em forma de círculos e semicírculos interconectados, ao invés de dimensões isoladas como o proposto por Albl-Mikasa (2012), apresenta um não isolamento entre essas dimensões que compõem a competência do intérprete. Em contraponto, sugere uma dinâmica dialógica entre essas esferas, ou seja, um modelo que possui transversalidade.

Destacamos que o trabalho apresentado por Cavallo (2019, p. 88) não apresenta as línguas de sinais como objeto de pesquisa. Não obstante, considera possível a sua aplicação para a interpretação envolvendo línguas de sinais, respeitando as suas peculiaridades e se adaptando a elas. Foi o motivo que nos levou a optar por esse modelo, uma vez que defendemos que a LS possui o mesmo status das línguas orais, e que sua distinção se dá por sua modalidade (conforme explicitado no item 1.3.2 desta dissertação).

Dito isso, passamos a apresentar nossas contribuições ao modelo de Cavallo (2019), acrescentando o que entendemos por fundamental para a atuação do ILS na TVCD. Conforme figura abaixo.

Passamos agora à discussão de um modelo de competências para o ILS, uma vez que em nossa pesquisa não encontramos nenhum modelo para esse profissional, quanto menos para uma atuação específica, como no caso do ILS que atua no âmbito do Congresso Nacional.

Como indicado, utilizamos como base o modelo proposto por Cavallo (2019), que inova ao apresentar uma proposta específica para a interpretação no âmbito dos EI. A autora, sem menosprezar os ETs, aponta para uma carência de pesquisas na área. O mesmo pode ser denunciado com relação aos estudos da interpretação das línguas de sinais.

Nesse sentido, passamos a apresentar o modelo proposto, adaptado para o profissional ILS em contexto de trabalho na TVCD. Para tanto, analisamos as habilidades que envolvem o processo de interpretação, quais sejam: habilidades anteriores ao processo; habilidades internas ao processo; habilidades envolvendo o processo; habilidades posteriores ao processo; e habilidades extrínsecas ao processo. Coadunamos com o proposto por Cavallo (2019, p. 88), ao optar pela denominação “habilidades”, e não conhecimentos ou estratégias, uma vez que se trata da capacidade “aprendida que resulta em conhecimento operacional” de maneira transversal, ou seja, em que a interconexão entre suas dimensões resulta na competência. No concernente ao modelo de Leipzig de Kutz (2010), não utilizaremos os conceitos de “predisposição psicológico-cognitivo” e “perfil cognitivo específico”, por remeterem à ideia de inatismo, que não condiz com nossa abordagem de cunho sociolinguístico, mantendo apenas os “conhecimentos operacionais” e “qualificações operacionais” que remetem ao conhecimento adquirido em formação e que se torna a qualificação deste profissional. Conforme modelo abaixo proposto (FIGURA 7).

**Figura 7 - Modelo de competência de conferência para ILS em contexto de atuação na TVCD**



Conforme explicado anteriormente (seção 3.2, “Análise de dados”), no item que se refere às **habilidades anteriores ao processo**, apresentamos o que introduzimos ao conjunto de habilidades definido por Cavallo:

**Habilidades anteriores ao processo:** mantemos as habilidades propostas por Cavallo (2019) em relação ao “elevado domínio das línguas de trabalho”, recuperando também sua proposta de “modalidades da interpretação”, bem como de “gestão da terminologia e preparação otimizadas”, como descritas anteriormente.

Em adição, apresentamos a habilidade “repertório de padrões de linha ideológico político partidário”, que trata justamente do conhecimento sobre as linhas ideológicas que os parlamentares seguem em seus pronunciamentos e argumentações para defender uma matéria, ou mesmo contrapô-las. Para o ILS da TVCD, conhecer as linhas ideológicas que baseiam os argumentos dos parlamentares possibilita ao profissional uma previsibilidade dos discursos que serão proferidos pelos oradores, independentemente da matéria em discussão. O ILS poderá construir, assim, um repertório da oratória baseado nos padrões de fala dos parlamentares.

Outra adição nesta seção refere-se ao “conhecimento intrínseco ao Legislativo (regimento interno/rito)”, que corresponde aos conhecimentos relativos aos procedimentos inerentes aos trâmites legislativos, suas tratativas e seus regramentos. Para o ILS, conhecer e compreender as etapas que envolvem o processo legislativo dá maior segurança e previsibilidade para a interpretação, além de favorecer o uso mais adequado da terminologia envolvida.

**Habilidades Internas ao processo:** Neste item, mantivemos os itens enumerados por Cavallo (2019), sem alterações, quais sejam: i) “habilidades de compreensão”, compostas pela “contextualização”, o que Cavallo aponta como “algo fundamental para colocar o que é ouvido em perspectiva e sustentar as táticas empregadas na fase de transferência e produção” (p. 92), e a equação, que é representada por “conhecimento linguístico + conhecimento extralinguístico + análise deliberada” (p. 92). A autora sugere que “para uma compreensão plena, o conhecimento linguístico e extralinguístico poderia não ser suficiente, tornando necessária uma análise deliberada, como o uso de bom senso para preenchimento de eventuais lacunas”; ii) “habilidades de transferência e produção” seriam a utilização de táticas específicas e adaptação e modulação do discurso.

**Habilidades posteriores ao processo:** Assim como no item anterior, não houve alterações com relação à proposta de Cavallo (2019) quanto à “revisão terminológica e controle de qualidade”.

**Habilidades envolvendo o processo:** Nesse tópico, mantivemos os elementos

apresentados por Cavallo (2019, p. 92), quais sejam: “i) trabalho em equipe e colaboração; ii) responsabilidade, empatia e bom senso; e iii) resistência à pressão e tolerância à frustração”; apresentamos também o “conhecimento técnico audiovisual”, que infere no conhecimento técnico sobre operacionalização dos equipamentos que compõem a cabine de interpretação (estúdio de Libras), como enquadramento de câmera, iluminação, uso do recurso de retorno de vídeo presente na cabine.

Apesar de contar com profissionais técnicos da TVCD, os ILS, ao desenvolver esses conhecimentos, podem melhor se situar diante da janela de Libras, presente para eles no retorno de vídeo, evitando assim extrapolar os limites da janela. Destacamos ainda questões como o excesso de iluminação que atrapalha o contraste da imagem do ILS na tela. Ademais, os ILS usam o retorno de vídeo como forma de posicionamento em referência ao orador em tela, o que facilita a demarcação de quem fala, principalmente em situações em que mais de um orador está em debate. Em um plano de enquadramento do plenário mais geral, o ILS tem a possibilidade de situar, por exemplo, a orientação de partidos de esquerda e direita dispostos em plenário.

Essa habilidade com relação ao que nomeamos de “efeito espelho” consiste em saber se situar, partindo do princípio de que a câmera, ao captar as imagens do profissional que se orienta para um lado será exibido na tela do retorno de vídeo com a imagem invertida (NAVES *et al.*, 2016, p. 35).

**Habilidades extrínsecas ao processo:** neste item, mantivemos “habilidade de metar-reflexão e formação continuada” e excluímos a know-how de negócios, relacionamento com clientes e padrões profissionais, uma vez que não há tratativas por parte dos ILS, por sua natureza de contratação como celetistas.

Coadunamos como a perspectiva de Cavallo (2019), quando apresenta a competência de maneira transversal, já que resulta de habilidades interrelacionadas. O modelo em círculos e semicírculos representa as habilidades em constante diálogo, e não de maneira isolada ou dissociada. Consideramos também que os processos se caracterizam pela retroalimentação das habilidades, que não são consideradas como subcompetências, ou modelos em caixas, mas a partir da ideia de dialogia e de transversalidade. Tomamos como exemplo a ideia de “repertório de linha ideológico político partidário” apresentada acima, situada na seção das habilidades anteriores ao processo. Tal habilidade se manifesta inicialmente quando o ILS está familiarizado com um repertório e um estilo retórico de determinado parlamentar ou grupo de parlamentares alinhados ideologicamente ou partidariamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Produzir um trabalho que se refere ao próprio fazer profissional do pesquisador é um desafio. Por um lado, facilita o acesso ao campo e aos dados, além de favorecer a investigação por se tratar de um objeto familiar. Por outro, essa mesma familiaridade pode contrariar os princípios de objetividade do fazer científico e dificultar o necessário distanciamento requerido pelo percurso analítico. Além disso, é preciso destacar que o campo observado constitui o espaço de atuação do pesquisador enquanto intérprete, o que acarretou algumas questões éticas no processo de observação e construção dos dados. De fato, como diagnosticar e avaliar uma situação da qual se faz intrinsecamente parte e se é alvo? Para superar essa dicotomia, foi preciso, além de uma sólida ancoragem em conceitos e teorias previamente desenvolvidos por autores da área, rigor tanto na sistematização quanto na interpretação dos dados, de modo a não produzir inferências com base tão somente na experiência pessoal e na intuição, o que implicaria alto grau de subjetividade.

Entretanto, foi com base nessa experiência pessoal que se delimitou o objeto e as hipóteses da pesquisa, quais sejam: a competência necessária para a atuação do ILS na TV Câmara dos Deputados e os desafios da sua formação/avaliação. Não havendo um manual de instruções ou um curso que defina e oriente o futuro ILS sobre as características específicas de um contexto de trabalho tão desafiador como o da TVCD, esse profissional evolui apenas por meio do conhecimento produzido pela sua experiência e a dos atores que compartilham com ele esse cotidiano. Assim, as inquietações acerca da necessidade de se aprimorar não apenas como profissional, mas como equipe, e a perspectiva de promover uma formação para futuros ILS a exercerem sua função nesse contexto foram os estímulos para produzir esta pesquisa. Ou seja, houve um interesse intelectual, somado ao ensejo de contribuir com o aprimoramento da atuação do ILS nesse ambiente, cuja natureza é institucional e social.

Impulsionado por essa motivação inicial, chegou-se à ideia da competência do intérprete, caminho escolhido para atender aos objetivos desse trabalho, justamente por constituir um modelo de análise concreto do conjunto de habilidades que esse profissional precisa desenvolver para realizar o seu “fazer profissional”. Com base no modelo proposto por Cavallo (2019), ela própria se pautando em modelos anteriores que ela analisa, avalia, compara e critica para sugerir o seu, foi possível diagnosticar e destrinchar os diferentes elementos/desafios/fatores que caracterizam a atuação do intérprete de Libras na TVCD, em todas as suas fases, bem como os conhecimentos necessários para compor tais habilidades. Muitos foram os modelos de competência desenvolvidos e idealizados para descrever,

diagnosticar, delimitar e investigar a atuação e o perfil do tradutor e do intérprete, mas nenhum se aplica de fato ao ILS, ainda menos àquele que exerce sua função especificamente na TVCD, um espaço híbrido de atuação, conjugando desafios técnicos, ideológicos e éticos muito particulares.

O caminho escolhido para chegar a um diagnóstico rigoroso e a um modelo de competências para o ILS que atua na TVCD parte então não preferencialmente da observação do próprio profissional, mas do seu contexto de atuação. No caso, trata-se de um espaço político e de poder, permeado de diálogo e conflito, onde as interações/deliberações são produzidas segundo ritos e regras, a priori, intransponíveis. São falas carregadas de ideologia e retóricas argumentativas construídas por meio de estratégias discursivas, ainda que caracterizadas pelo estilo e pelas especificidades de cada parlamentar. Além disso, é o lócus de decisões que irão influenciar a vida de todo/as a/os cidadã/os e seus contextos sociais. Essa condição pesa sobre os profissionais que nela atuam, pois, ainda que não sempre consciente, ele participa do processo de construção cidadã.

Por isso, foi importante apresentar detalhadamente o Congresso Nacional (enquanto espaço do poder legislativo) e as casas que o compõe. Buscou-se descrever as características institucionais da Câmara dos Deputados enquanto casa representativa do Povo e da sociedade, bem como a sua evolução para se tornar um espaço acessível, paradigmático para outras instituições públicas. Assim, detalharam-se os movimentos para se chegar às formas de acessibilidade, dentre elas a linguística, que abriram um espaço de intervenção e de atuação para o ILS.

De certo, a descrição do contexto sociolinguístico e sociopolítico de atuação não foi suficiente para delimitar um perfil profissional. Foi também necessário descrever o próprio intérprete de línguas orais e o ILS, sua evolução histórica e profissional, seus campos de inserção, bem como as pesquisas acadêmicas que discutem sua atuação nos diferentes contextos, cada qual com seus desafios. Foi necessário, por conseguinte, descrever o percurso legislativo e as conquistas da comunidade surda para chegar a esse reconhecimento institucional, num dos pilares da estruturação social brasileira.

Chegou-se então à contextualização do ILS dentro do espaço definido como foco da pesquisa, a TVCD: investigou-se sua forma de atuação e os desafios que ele enfrenta no seu cotidiano laboral, bem uma abordagem diacrônica, descrevendo as modificações que ocorreram ao longo de 10 anos de exercício da profissão.

Também com base na própria atuação do pesquisador nesse ambiente de trabalho, partiu-se de um pressuposto/hipótese segundo o qual a forma de contratação desses

profissionais não condiz com as exigências de um cargo dessa natureza, pelas suas características técnicas, éticas e legais. Por isso, optou-se por construir um corpus de investigação com base nos documentos de contratação desse profissional, aos quais tínhamos facilmente acesso. Para dar ampla visibilidade e entendimento às questões envolvidas nesse processo de contratação/avaliação, foi descrita tanto a forma de contratação em si, como as exigências requeridas pela casa para os profissionais que desejam nela ser admitidos. Ao abordar esse aspecto, por meio do contraste e da comparação entre os diversos documentos, e buscando questionar as exigências de contratação face às especificidades e ao perfil desse profissional, uma primeira pergunta se impôs: qual a natureza intrínseca desse intérprete? O ILS da TVCD é um intérprete comunitário ou de conferência? Para os fins da pesquisa, chegou-se a uma delimitação ancorada nas características técnicas de sua atuação: pautou-se em um modelo de competências do intérprete de conferências e não do intérprete comunitário. Com efeito, o contexto de atuação e as particularidades das tarefas exercidas nos levaram a esse modelo por sua capacidade de orientar na prática o exercício da profissão. Entretanto, tem-se a consciência das contradições que tal decisão carrega. De fato, não se perdeu de vista, ao longo da reflexão, que o ILS na TVCD atua em favor de uma comunidade e na defesa de seus direitos. Embora isso não tenha influenciado diretamente a construção do presente modelo de competências, esse pressuposto foi central para se perceber que esse profissional é mobilizado por questões intrinsecamente sociais.

Espera-se assim, e apesar de tais contradições e ambiguidades, que o modelo proposto, com base na análise detalhada de outros modelos, especialmente naquele desenvolvido por Cavallo (2019), possa contribuir com o aprimoramento dos profissionais da tv câmara, bem como o autoconhecimento, para se chegar a uma sistematização adequada do seu fazer profissional e dos processos que o permeiam.

Essa pesquisa pode assim servir de ancoragem para os intérpretes de libras na consolidação de sua competência e para avaliar sua atuação. Pode também ser a base ao desenvolvimento de uma formação voltada para esse contexto específico. De fato, os âmbitos de atuação dos intérpretes são de tamanha diversidade que é necessário avaliar e sistematizar cada contexto para definir orientações coerentes ao exercício da profissão de modo que ele seja capaz de superar os diversos desafios que cada situação de interação impõe. Percebe-se, ao final desse percurso, que a elaboração de um modelo de competências, ainda que ancorado em sólida fundamentação teórica e conceitual, precisa impreterivelmente somar-se a uma descrição fina e rigorosa de cada contexto sociolinguístico onde se dá sua atuação, ao risco de se aplicar indevidamente e de forma artificial um modelo inadequado.

Por fim, destaca-se que o conhecimento dos processos de interpretação vai muito além da investigação do “interpretar” e das habilidades inerentes ao processo em si. Entende-se que o intérprete precisa se pautar de modo holístico (todos os fatores sociolinguísticos combinados) nas especificidades do contexto de atuação e nas várias situações enfrentadas no seu cotidiano, cada qual apresentando desafios particulares. Trata-se de um local de trabalho onde o ILS está inserido e do qual é parte integrante e o constitui: um espaço que, como todos os espaços, não é neutro, não é anódino e configura grande parte dessa caracterização.

Se, de maneira geral, o ILS tem sido contemplado pelo rol de questões levantadas nos últimos dez anos pelos estudos da interpretação, poucas são as pesquisas que dão conta das minúcias da vivência diária dos profissionais que têm adentrado contextos diversos e distintos. Muito tempo percebido como o colega, o amigo, o parente de uma pessoa surda, o ILS hoje é reconhecido como um profissional. Para que esse reconhecimento seja efetivo, precisa respaldar-se em ações de formação, avaliação e profissionalização. Esperamos assim ter contribuído, ainda que modestamente, com esse reconhecimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABI ABOUD, S. **Des compétences en traduction et en interprétation**. 2010. Dissertação de Mestrado. Maîtrise ès arts (M.A.) en traduction – Université de Montréal, Montréal, 2010.

ALBL-MIKASA, M. The importance of being not too earnest: a process- and experience-based model of interpreter competence. In: AHRENS, Barbara; ALBL-MIKASA, Michaela; SASSE, Claudia (Ed.). **Dolmetschqualität in Praxis, Lehre und Forschung. Festschrift für Sylvia Kalina**. Tübingen: Narr, 2012. p. 59-92.

ALBRES, N. A. **Intérprete educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva**. São Paulo: Harmonia, 2015.

ALBRES, N. A. LACERDA, C. B. Interpretação educacional como campo de pesquisa: estudo bibliométrico de publicações internacionais e suas marcas no campo nacional. Caderno de Tradução. Santa Catarina. disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/issue/view/1923>. Acesso em mai de 2021.

ALVES, F.; MAGALHÃES, C.; PAGANO, A. **Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação**. São Paulo: Contexto, 2000.

ANATER, G. I. P.; PASSOS, C. R. dos. Tradutor e intérprete de Língua de Sinais: história, experiências e caminhos de formação. **Cadernos de Tradução (UFSC)**, v. 26, p. 207-236, 2018.

BALESTRO, A. C.; GOROVITZ, S. Direitos linguísticos de solicitantes de refúgio no Brasil: a presença do mediador linguístico na entrevista de solicitação de refúgio como garantia de direitos humanos. **Gragoatá**, Niterói-RJ, v. 26, n. 54, p. 355-379, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v26i54.46258>. Acesso em: abril de 2021

BARROS, A. T. *et al.* História dos canais de comunicação do Legislativo. In: V CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, São Paulo, 2017, p. 1-12.

BELL, R. T. **Translation and Translating**. London/New York: Longman, 1991.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: **Diário Oficial da União**, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 20 dez. 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm). Acesso em: abril de 2021

BRASIL Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2020. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 9 nov. 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110048.htm). Acesso em: fev de 2021

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 23 dez. 2005.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em: jan de 2021

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 25 abr. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: jan de 2021

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 02 set. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm). Acesso em: jan de 2021

BRASIL. Câmara dos Deputados. Portaria n. 29, de 11 de março de 2004. Constitui Grupo de Trabalho encarregado de planejar, implementar e promover o Programa de Inclusão Social de Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados. **Boletim Administrativo da Câmara dos Deputados**, p. 684, 11 mar. 2004,. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/portar/2004/portaria-29-11-marco-2004-531409-publicacaooriginal-13323-cd-dg.html>. Acesso em: jan de 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Ato da Mesa nº 149, de 09 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre as competências das unidades administrativas da Coordenação de Acessibilidade e a criação do Conselho Consultivo de Acessibilidade. **Diário da Câmara dos Deputados – Suplemento**, p. 17, 10 fev. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Portaria-DG n. 56, de 22 de março de 2011. Institui a Política de Acessibilidade da Câmara dos Deputados. **Boletim Administrativo da Câmara dos Deputados**, p. 1148, 28 mar. 2011.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 07 jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: jan de 2021

BRASIL. Câmara dos Deputados. Resolução nº 32, de 2002. Transforma a Auditoria Interna em Assessoria de Projetos Especiais e dá outras providências. **Diário da Câmara dos Deputados**, Suplemento, p. 3, 19 dez. 2002. Acesso em: jan de 2021

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. ). **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 23 dez. 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: jan de 2021

BRASIL **Projeto de Lei (PL) 4.673**, de 2004. Reconhece a profissão de Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Regimento Interno da Câmara dos Deputados, 21º Edição. Edições Câmara, 2020.

CARNEIRO, T. D. Interpretes de línguas orais e interpretes de Libras: semelhanças e diferenças na formação, atuação e status social. **Tradução em Revista**, PucRio, v. 23, p. 1-19, jan. 2017.

CAVALLO, P. **Reelaboração de um modelo de competência do intérprete de conferências**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2017.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Recomendação do Conselho de 22 de maio de 2018 sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida. **Jornal Oficial da União Europeia**, 04 jun. 2018. Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604\(01\)&from=FR](https://eur-lex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604(01)&from=FR). Acesso em: 15 jun. 2018.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council recommendation of 22 May 2018 on key competences for lifelong learning. **Official Journal of the European Union**, 04 jun. 2018. Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legalcontent/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604\(01\)&rid=7](https://eur-lex.europa.eu/legalcontent/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604(01)&rid=7). Acesso em: 15 jun. 2018.

DIRIKE, E. Conference Interpreting. In: MIKKELSON, H.; JOURDENAIS, R. **The Handbook of Interpreting**. London; New York, Routledge 2015.

DIRIKE, E. Conference Interpreting. in: PÖCHHACKER, F. **Routledge Encyclopedia of Interpreting Studies**. London; New York: Routledge, 2015.

GESSER, A. Interpretar ensinando e ensinar interpretando: posições assumidas no ato interpretativo em contexto de inclusão para surdos. In v. 35 n. 2 (2015): Edição especial (número 2- jul/dez 2015): Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais. 2015

GILE, D. Conference and simultaneous interpreting. In: BAKER, M. (Ed.). **Routledge Encyclopedia of Translation Studies**. London; New York: Routledge, 1998. p. 40-45.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 5 63, 1995.

GRBIC, N. Where do we come from? What are we? Where are we going? A bibliometrical analysis of writing and research on Sign Language Interpreting. In: Sign Language Translator and Interpreter Volume 1, Issue 1, St. Jerome Publishing, Manchester, UK, 2007. p. 15-51.

ISHAM, W. P. Signed language interpreting. In: BAKER, M. (Ed.) **Routledge encyclopedia of translation studies**. London; New York: Routledge, 1998. p. 231-235  
GONÇALVES, J. L. V. R. **O desenvolvimento da competência do tradutor**: em busca de parâmetros cognitivos. In: ALVES, F., MAGALHÃES, C., PAGANO, A. (Org.) **Competência em tradução**: cognição e discurso. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 59-90.

HATIM, B.; MUNDAY, J. **Translation**: an advanced resource book. London/New York: Routledge, 2004.

HERMANN, A. (1956) Interpreting in Antiquity. In: PÖCHHACKER, F.; SHLESINGER, M. (Ed.). **The Interpreting Studies Reader**. London/New York: Routledge, 2002. p. 15-22.

HURTADO ALBIR, A. **A aquisição da competência tradutória**: aspectos teóricos e didáticos. In: PAGANO, A.; MAGALHÃES, C.; ALVES, F. (Org.). **Competência em tradução**: cognição e discurso. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 19-57.

KACZMAREK, L. **Modelling competence in community interpreting**. Expectancies, impressions and implications for accreditation. 2010. Tese (PhD in Humanities) – Faculty of Humanities, School of Languages, Linguistics and Cultures, University of Manchester, Manchester, 2010.

KALINA, S. Interpreting competences as a basis and a goal for teaching. **The Interpreters' Newsletter**, Trieste, n. 10, p. 3-32, 2000. Disponível em: <https://www.openstarts.units.it/bitstream/10077/2440/1/01.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

KERMIS, M. **Translators and interpreters: comparing competences**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculty of Humanities, Utrecht University, Utrecht, 2008. Disponível em: <https://dspace.library.uu.nl/handle/1874/33468>. Acesso em: 22 maio 2021.

LACERDA, C. B. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. *Cadernos de Educação Pelotas*, p. 133-153, mai/ago de 2010.

MACHADO, F. M. A. **Formação e Competências de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais em Interpretação Simultânea de Língua Portuguesa-Libras: Estudo de Caso em Câmara de Deputados Federais**. 2017. 283 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Caxias do Sul em associação ampla UniRitter, Programa de Pós-Graduação em Letras, Caxias do Sul-RS, 2017.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7. ed. – 8ª Reimpr. São Paulo: Atlas, 2015.

NAPIER, J.; LEESON, L. Signed Language Interpreting. R. (Ed.) **The Routledge Encyclopedia of Interpreting Studies**. New York: Routledge, 2015.

NAVES, Sylvia Bahiense (Org.). *Guia para produções audiovisuais acessíveis*. Ministério da Cultura, 2016

NOGUEIRA, T. C. **Intérprete de Libras-Português no contexto de conferência: uma descrição do trabalho em equipe e as formas de apoio em cabine**. 2016. 213 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

PAGURA, R. J. A interpretação de conferências: interfaces com a Tradução escrita e implicações para a formação de Intérpretes e tradutores. **D.E.L.T.A.**, 19: Especial, 2003, p. 209-236, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v19nspe/13.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

PAGURA, R. J. Tradução & interpretação. In: AMORIM, L M.; RODRIGUES, C. C.; STUPIELLO, É. (Org). **Tradução &: perspectivas teóricas e práticas [on-line]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 183-207.

PEREIRA, M. C. P. **Testes de proficiência linguística em língua de sinais: as possibilidades para os intérpretes de LIBRAS**, 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2008.

PIRES, C. L.; M. A. NOBRE. Uma investigação sobre o processo de interpretação em língua de sinais. In: THOMA, A. dá S.; LOPES, M. C. (Org.). **Invenção da Surdez I**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2004. p.38

PÖCHHACKER, F. **Introducing Interpreting Studies**. New York: Routledge, 2004.

PÖCHHACKER, F. Researching interpreting quality: Models and methods. In: GARZONE, G.; VIEZZI, M. **Interpreting in the 21 century**. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002.

PÖCHHACKER, F. Interpreting. **Routledge Encyclopedia of Interpreting Studies**. New York: Routledge, 2015. p. 198-200.

QUADROS, R.; SANTOS, S. A. dos. O tradutor/intérprete de língua de sinais no Brasil: ontem, hoje e amanhã. Uruguai. *Língua de Señas e Interpretación*. Montevideo, Uruguay. Universidad de La República. 2010. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/44978758/historia-do-tradutor-interprete-de-libras>. acesso em: fev. 2020.

RODRIGUES, C. H. Competência em tradução e línguas de sinais: a modalidade gestual-visual e suas implicações para uma possível competência tradutória intermodal. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 57, n. 1, p. 287-318, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8651578>. Acesso em: 18 jun. 2021.

RODRIGUES, Carlos Henrique; BEER, Hanna. Os estudos da tradução e da interpretação de línguas de sinais: novo campo disciplinar emergente? **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, n. 2, p. 17-45, 2015.

ROSA, A. S. A presença do intérprete de língua de sinais na mediação entre surdos e ouvintes. In: SILVA, I.; KAUCHAJE S.; Z. M. GESUELI (Org.). **Cidadania, surdez e linguagem**. São Paulo: PLEXUS, 2003.

SANTIAGO, V. A. A. A interpretação de Libras para português em conferência: uma reflexão a partir do olhar do palestrante surdo. In: V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016, p. 1-14.

SANTOS, S. A. dos. **Intérpretes de Língua de Sinais**: um estudo sobre as identidades. 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SETTON, Robin. Conference Interpreting. *Handbook of Translation Studies Volume 1* (2010), p. 6-74. Current revision: 2011. ISSN 2210-4844 | E-ISSN © 2010–2016 John Benjamins Publishing Company

SILVA NETO, V. S. da. **A formação de tradutores de teatro para Libras**: questões e propostas. 2017. 121f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

TUXI, P. **A atuação do intérprete educacional no ensino fundamental**. 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VASCONCELLOS, M. L. Tradução e Interpretação de Língua de Sinais (TILS) na pós-graduação: a afiliação ao campo disciplinar “estudos da tradução”. In: Ronice Müller de Quadros (Org.). Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais. **Cadernos de Tradução** v. 2, n. 26, p. 119-143, 2010.

WADENSJÖ, C. Community Interpreting. In: BAKER, M. (org.) **Routledge Encyclopedia of Translation Studies**. Londres e Nova York: Routledge, 1998. p. 33-37.

WILLIAMS, J.; CHESTERMAN, A. **The Map**: a beginner’s guide to doing research in translation studies. Manchester - UK: St Jerome Publishing, 2002.

## ANEXOS

### ANEXO A – Edital de Pregão Eletrônico N.85/09 – Disposição sobre os Requisitos para Contratação dos Intérpretes de Libras para a TV Câmara (pag. 40/51)

---



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 28.688/2005

**Outros Requisitos Necessários:** operação de mesas de controle mestre, comprovado na forma do disposto no Título 6 deste Anexo.

**Outros Requisitos Desejáveis:** operação de mesa *Floripa Lumion Digital Master Control Swichter*, comprovado na forma do disposto no Título 6 deste Anexo.

#### **SUPERVISOR DE PROGRAMAÇÃO**

**Das atividades:** supervisionar o trabalho dos coordenadores de programação, definir, sob orientação da Chefia da Seção de Programação, alterações na grade de programas, programar intervalos, acompanhar o *dead line* (a finalização) dos programas produzidos pela TV Câmara e verificar a qualidade dos programas produzidos por terceiros; estabelecer rotinas e escalas de trabalho, alocando os recursos técnicos e humanos necessários.

**Formação Básica:** ensino médio completo.

**Experiência Profissional:** mínimo de 6 (seis) meses de exercício profissional na função de Supervisor de Programação ou mínimo de 6 (seis) meses de exercício profissional em televisão, comprovados na forma do disposto no Título 6 deste Anexo.

**Outros Requisitos Necessários:** conhecimentos em informática (sistema operacional *windows*), operação de exibidor de programação, pacote office, gestão de pessoas, comprovado na forma do disposto no Título 6 deste Anexo.

**Outros Requisitos Desejáveis:** conhecimentos nos softwares Acervo Compuvision e BZR2000, comprovado na forma do disposto no Título 6 deste Anexo.

#### **TRADUTOR E INTÉRPRETE EM LIBRAS**

**Das atividades:** traduzir e interpretar para a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS as informações, falas e discursos proferidos em eventos gravados ou transmitidos ao vivo pela TV Câmara, seja em Plenário, Comissões, Seminários, Estúdio ou outros eventos.

**Formação Básica:** ensino superior completo e certificação do exame de proficiência em Libras – Pró-Libras do Ministério da Educação.

**Experiência Profissional:** mínimo de 6 (seis) meses na prestação de serviços compatíveis com a função, comprovado na forma do disposto no Título 6 deste Anexo.

**Outros Requisitos Necessários:** conhecimento dos termos técnicos utilizados no dia-a-dia do Poder Legislativo e carta de apresentação de instituição representativa dos deficientes auditivos, comprovado na forma do disposto no Título 6 deste Anexo.

#### **ÁREA: INFRAESTRUTURA TÉCNICA & OPERACIONAL**

##### **AUXILIAR DE ESTÚDIO**

**Das atividades:** Montar e desmontar cenários; zelar pela organização dos estúdios e depósitos de cenários; operar equipamentos de teleprompter; auxiliar na seleção e fornecimento às equipes de materiais, tais como, fitas, lentes, cabos, baterias, luzes e outros suprimentos exigidos para as gravações ao vivo e em estúdio e instala e posiciona



elaboração de relatórios mensais pelos supervisores e diretores, detalhando as ocorrências de acordo com critérios específicos a cada área, em planilha a ser fornecida pelos órgãos usuários dos serviços.

5.4.1. Os relatórios mensais servirão de subsídio para a elaboração de relatórios trimestrais consolidados, sendo atribuídas notas de qualidade à prestação dos serviços pelos órgãos usuários dos serviços, de acordo com critérios previamente definidos junto aos supervisores e diretores.

## **6 – DA COMPROVAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E DOS DEMAIS REQUISITOS**

6.1. A comprovação da experiência profissional quando exigida para a prestação dos serviços de cada categoria dar-se-á:

- a) em caso de empregado proveniente do serviço público, por meio de declaração do Órgão de Pessoal da Administração Pública, comprovando que o funcionário exercia atividades compatíveis com os serviços descritos para o cargo;
- b) em caso de empregado proveniente da iniciativa privada, por meio de registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, ainda, de declaração original em papel timbrado, constando CNPJ e endereço completo da(s) pessoa(s) jurídica(s), onde os serviços foram prestados, com a descrição sucinta das atividades desenvolvidas na área, a qualificação e o nome do emitente da declaração, com assinatura reconhecida em cartório.

6.2. A comprovação dos demais requisitos necessários e desejáveis, elencados nas funções relacionadas no Título 2 deste Anexo, dar-se-á:

- a) por meio de apresentação de certificado ou declaração de conclusão de curso nas ferramentas solicitadas e apresentação de portfólio com material produzido pelo funcionário dentro da área solicitada.

## **7 – DA RECICLAGEM DO PESSOAL**

7.1. O treinamento de reciclagem, exigido no item 11.22 do Edital, deverá ser dividido em parte teórica e prática, e ministrado nas dependências da Câmara dos Deputados, em dias e horários ajustados com o órgão fiscalizador, preferencialmente aos sábados.

7.2. Deverá ser apresentado ao órgão fiscalizador, para análise e aprovação, o *curriculum vitae* do instrutor designado, o conteúdo e os materiais didáticos relativos ao curso.

7.2.1. O órgão fiscalizador poderá solicitar a substituição do instrutor, a qualquer momento durante a realização do curso, caso o considere inapto para a tarefa (nesse caso, o curso deverá recomeçar).

7.3. Na parte prática do curso, deverão ser utilizados os equipamentos instalados na TV Câmara.

## ANEXO B - Edital de Pregão Eletrônico N.83/13 – Disposição sobre os Requisitos para Contratação dos Intérpretes de Libras para a TV Câmara (pag. 34-35)



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 83/2013  
Processo n. 121.376/2012

- executar a criação de trilhas sonoras para vinhetas e chamadas, áudio original, efeitos, mixagens, edições de áudio para uso em rádio e televisão, em estúdio e externa, considerando os aspectos envolvidos na programação da rádio e TV.

Formação Básica: Ensino Médio completo.

Experiência Profissional: mínimo de 6 (seis) meses de exercício profissional na função, comprovado na forma do disposto no item 1.2 deste anexo.

### TRADUTOR E INTÉRPRETE EM LIBRAS

Quantidade: 6

Das atividades:

- Traduzir e interpretar para a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS as informações, falas e discursos proferidos em eventos gravados ou transmitidos ao vivo pela TV Câmara, seja em Plenário, Comissões, Seminários, Estúdio ou outros eventos.

Formação Básica: Ensino Superior completo e certificação do exame de proficiência em Libras – Pró-Libras, do Ministério da Educação.

Experiência Profissional: mínimo de 6 (seis) meses na prestação de serviços compatíveis com a função, comprovado na forma do disposto no item 1.2 deste anexo.

Outros Requisitos Necessários: conhecimento dos termos técnicos utilizados no dia-a-dia do Poder Legislativo e carta de apresentação de instituição representativa dos deficientes auditivos.

### 1.2. DA COMPROVAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E DOS DEMAIS REQUISITOS

1.2.1. A comprovação da experiência profissional quando exigida para a prestação dos serviços de cada categoria dar-se-á:

- a) em caso de empregado proveniente do serviço público, por meio de declaração do Órgão de Pessoal da Administração Pública, comprovando que o funcionário exercia atividades compatíveis com os serviços descritos para o cargo;
- b) em caso de empregado proveniente da iniciativa privada, por meio de registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, ainda, de declaração original em papel timbrado, constando CNPJ e endereço completo da(s) pessoa(s) jurídica(s), onde os serviços foram prestados, com a descrição sucinta das atividades desenvolvidas na área, a qualificação e o nome do emitente da declaração, com assinatura reconhecida em cartório.



1.2.2. A comprovação dos demais requisitos necessários e desejáveis, elencados nas funções relacionadas no item 1.1 deste anexo, dar-se-á por meio de apresentação de certificado ou declaração de conclusão de curso nas ferramentas solicitadas e apresentação de portfólio com material produzido pelo funcionário dentro da área solicitada.

## 2. DO RESUMO DO QUADRO DE PESSOAL E DOS SALÁRIOS

2.1. A Contratada deverá alocar, para a prestação dos serviços objeto da presente contratação, quadro de pessoal que obrigatoriamente atenda às exigências editalícias com, pelo menos, o seguinte quantitativo e salários, por categoria:

Descrição	Quant. Mínima	REMUNERAÇÃO MÍNIMA INDIVIDUAL (R\$)
ARQUIVISTA	2	2.741,66
ARQUIVISTA PESQUISADOR	6	3.655,52
ARQUIVISTA PESQUISADOR CHEFE	2	5.388,48
ASSISTENTE DE PESQUISA E OPINIÃO	1	3.104,64
COORDENADOR DE PROGRAMAÇÃO	12	3.655,52
COORDENADOR DE PROGRAMAÇÃO - Jornada Reduzida (*)	2	2.193,38
DIRETOR DE ARTE	1	7.543,87
DIRETOR DE PROGRAMAÇÃO	3	7.543,87
DISCOTECÁRIO	2	3.104,64
EDITOR DE FOTOGRAFIA	1	3.104,64
ENCARREGADO DE TRÁFEGO	5	2.741,66
ILUSTRADOR	3	4.741,82
OPERADOR DE CONTROLE-MESTRE	3	3.406,35
OPERADOR DE GRAVAÇÃO	3	2.113,58
OPERADOR DE PÓS-PRODUÇÃO E FINALIZAÇÃO	15	4.741,82
PRODUTOR MULTIMÍDIA	4	5.711,81
PUBLICADOR WEB	3	2.279,91
RECEPCIONISTA	4	1.868,78
SONOPLASTA	2	4.234,66
TRADUTOR/INTERPRETE DE LIBRAS	4	4.111,34
TRADUTOR/INTERPRETE DE LIBRAS - Jornada Reduzida (*)	2	2.466,81
Total mínimo	80	80.454,76

(\*) O salário referente às categorias que trabalharão em Jornada Reduzida foi definido proporcionalmente à quantidade de horas trabalhadas, equivalente a 60% da remuneração da função de que trabalhará de segunda à sexta-feira.

2.1.1. A Contratada está obrigada a pagar os salários dos empregados até o quinto dia útil do mês posterior ao da prestação dos serviços, em horário bancário.

## ANEXO C - Edital de Pregão Eletrônico N.126/20 – Disposição sobre os Requisitos para Contratação dos Intérpretes de Libras para a TV Câmara (pag. 37)



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 126/2020  
Processo n. 583.088/2019

### INTÉRPRETE DE LIBRAS

Das atividades: Traduzir e interpretar para a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS as informações, falas e discursos proferidos em eventos gravados ou transmitidos ao vivo, seja em Plenário, Comissões, Seminários, Estúdio ou outros eventos, na TV Câmara, YouTube e nas demais redes sociais e formas de transmissão da Câmara dos Deputados

Formação Básica: Ensino Superior completo.

Experiência Profissional: mínimo de 6 (seis) meses na prestação de serviços compatíveis com a função.

Outros Requisitos Necessários: curso de educação profissional na área de Libras reconhecidos pelo Sistema que os credenciou e/ou cursos de extensão universitária e/ou cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias Estaduais de Educação; conhecimento dos termos técnicos utilizados no dia-a-dia do Poder Legislativo e carta de apresentação de instituição representativa dos deficientes auditivos.

Outros Requisitos desejáveis: certificação do exame de proficiência em Libras – Pró-Libras, do Ministério da Educação.

### DIRETOR DE PRODUÇÃO

Das atividades: executar programas e supervisionar os trabalhos dos produtores; levantar informações necessárias à produção de pautas para os veículos de comunicação da Câmara; produzir, marcar e gravar entrevistas; recepcionar sugestões de pautas externas e colaborar na elaboração da pauta final; fazer levantamento de notícias via jornal, internet, rádio, TV e redes sociais; manter contato com órgãos e entidades geradores de pauta; fornecer notas para a edição e assessorar os repórteres nas entradas ao vivo.

Formação Básica: Ensino Superior completo.

Experiência Profissional: mínimo de 6 (seis) meses de exercício profissional em produção de televisão ou mínimo de 6 (seis) meses de exercício profissional em veículo de comunicação.

Outros Requisitos Necessários: conhecimentos em informática (sistema operacional *Windows*), conhecimento do funcionamento dos Poderes Legislativo e Executivo; boa redação, conhecimentos básicos de entrevistas e edição de vídeo, experiência em gestão de equipes, Registro profissional de Radialista.

### DIRETOR DE PROGRAMAS

Das atividades: Responsável pelo planejamento e pela condução das gravações e pelo gerenciamento das equipes e dos recursos, de forma a atender os planos de gravação definidos, executando um ou mais programas individuais, conforme lhe



Documento assinado por: Daniel de Souza Andrade  
Selo digital de segurança: 2020-FOAX-VXEB-ZCJI-UBSS.

37

PAD22\_20

Fonte: EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 126/2020 da Câmara dos Deputados. Disponível em:  
[https://www.camara.leg.br/Internet/Diretoria/Demap/Licitacoes/SECPL/Editais/2020/PE126\\_20.pdf](https://www.camara.leg.br/Internet/Diretoria/Demap/Licitacoes/SECPL/Editais/2020/PE126_20.pdf)

**ANEXO D – Parecer sobre Avaliação dos Intérpretes de Libras da TV Câmara produzido pela FEBRAPILS – 2017. Disposições gerais do documento excluindo as avaliações individuais dos profissionais. possui informações privadas (pag.1,2,3,4 (exceto avaliação individual dos Intérpretes no item 4, entre pág.4 e 5) e 6.)**



**FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS  
TRADUTORES E INTÉRPRETES E GUIAINTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS**  
Filiada à WASLI – Word Association of Sign Language Interpreters  
Fundada em 22 de Setembro de 2008  
CNPJ 19.407.091/0001-02

### **1. Questão**

A Secretaria de acessibilidade da câmara dos deputados, visando responder a mensagem nº 170629-000216, que versa sobre denúncia realizada por uma pessoa surda, usuário da Libras sobre o serviço de interpretação de Português/Libras disponibilizado na TV Câmara, solicitou à FEBRAPILS, parecer técnico sobre atuação dos profissionais contratados para realizarem a atividade de interpretação das seções e comissões que ocorrem na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional.

A Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS) é uma entidade profissional autônoma, sem fins lucrativos ou econômicos, fundada em 22 de setembro de 2008, de duração indeterminada, com personalidade jurídica de direito privado, qualificável como de interesse público e pertencente ao território brasileiro.

Essa entidade tem a função de orientar, apoiar e consolidar as Associações de Tradutores, Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais (APILS), buscando realizar um trabalho de parceria em defesa dos interesses da categoria de tradutores, intérpretes e guia-intérpretes de língua de sinais (TILS).

A FEBRAPILS atua sob três grandes pilares: a formação inicial e continuada dos TILS; a profissionalização para refletir sobre a atuação dos TILS à luz do código de conduta e ética; e o engajamento político dos TILS para construir uma consciência coletiva. Dessa maneira, a FEBRAPILS compreende que os laços de parceria e proximidade com a comunidade surda são fundamentais, no sentido de garantir um serviço de excelência de tradução e interpretação de língua de sinais às pessoas surdas.

O presente parecer visa demonstrar aspectos que podem ser aperfeiçoados pela equipe de intérpretes buscando técnicas, posturas e ferramentas que contribuam para um melhor desempenho individual como de toda equipe que atua na modalidade de interpretação Libras/Português na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional

### **2. Aspectos gerais da interpretação de Libras/ Português.**

A tarefa de interpretar é uma prática desafiadora pois, diferentemente dos tradutores, os intérpretes quando atuam com a modalidade simultânea necessitando tomar decisões imediatas em relação ao sentido do texto e as escolhas lexicais mais adequadas. Na interpretação também é comum que a primeira produção realizada seja a produção final que chega para o espectador, sendo assim, normalmente, as correções são percebidas pelo público alvo. Os contextos da realização de uma interpretação também são complicadores pois há situações em que discursos de alto nível são proferidos, exigindo

do intérprete uma formação holística, e competências em diferentes esferas que venham a orbitar o seu ofício.

Nesse sentido, o trabalho de interpretação exige algumas competências, e a partir de Hurtado Albir (2005) e de seu trabalho desenvolvido no grupo PACTE (Processo de Aquisição da Competência Tradutória e Avaliação), podemos entender a Competência Tradutória a partir de cinco subcompetências: (1) a bilingue, que seria ter um amplo conhecimento nas duas línguas (2) a instrumental, saber utilizar ferramentas que contribuam com seu trabalho (3) os conhecimentos sobre tradução, que contribui para identificar tipos de problemas, processos e métodos que podem ser utilizados, (4) a extralinguística, conhecimento sobre o mundo em geral e de âmbitos particulares, conhecimentos (bi)culturais e enciclopédicos e (5) a competência estratégica que busca mecanismos mais rápidos para que se resolvam os problemas de interpretação que possam surgir de forma imediata.

Além dessas subcompetências temos os componentes psicofisiológicos. Que estão relacionados aos aspectos cognitivos, como a memória, percepção, atenção e emoção; elementos atitudinais de diversos tipos, como curiosidade intelectual, perseverança, rigor, espírito crítico, conhecimento e confiança em suas próprias capacidades, saber medir suas possibilidades, motivação, entre outros.

Desse modo, entendemos que nem todas as pessoas bilingues possuem a competência tradutória, pois de acordo com Hurtado Albir (2005, p. 19), "a competência tradutória é um conhecimento especializado, integrado por um conjunto de conhecimentos e habilidades, que singulariza o tradutor e o diferencia de outros falantes bilingues não tradutores". Com essa compreensão, para a atuação de um intérprete é necessária aquisição da competência tradutória, que em síntese se relaciona com as habilidades, conhecimentos, atitudes e aptidões que os diferenciam de apenas um bilingue.

Assim, a construção desse parecer tenciona contribuir para que os profissionais busquem ter mais consciência de sua atuação e conseqüentemente mais segurança. A proposta é apresentar alguns dos pontos observados, analisando as especificidades do processo de interpretação, mapeando aspectos tradutórios e linguísticos a partir de uma amostragem disponibilizada do trabalho desenvolvido pela equipe de intérpretes da TV Câmara.

### **3. Análise geral**

Para a análise em questão, foi disponibilizado um DVD, com alguns minutos de interpretação dos 6 (seis) intérpretes que atuam na câmara dos deputados. Seguramente, devido a isso, nossa análise é pontual e corresponde ao desempenho específico realizado na amostra apresentada. É possível que os pontos registrados nesse parecer não representem a totalidade da atuação diária realizada pelos intérpretes. Certamente, para uma análise mais geral seria preciso, um acompanhamento mais regular do trabalho desenvolvido pela equipe.

#### **3.1 Aspectos iniciais**

1. A complexidade da interpretação é um ponto a ser observado. Tanto a complexidade do discurso quanto a velocidade das falas. O contexto exige

---

escolhas rápidas e precisas. Porém, em alguns momentos é possível que o intérprete aguarde um pouco, compreenda melhor e então desenvolva a interpretação. Na amostragem encontramos momentos em que a interpretação está muito próxima do discurso que está sendo proferido em português oral consequentemente, algumas escolhas não são as mais adequadas para o contexto, prejudicando o entendimento e compreensão do público alvo: as pessoas surdas.

2. O espaço na tela disponível para a interpretação parece maior do que os oferecidos em outros contextos, porém, ainda não segue a norma NBR 15.1290 que orienta que o tamanho seja de um quarto da tela da imagem.
  3. Todos os intérpretes demonstram conhecer a Libras, porém encontramos níveis diferentes de proficiência.
  4. A interpretação se intercala entre os discursos do plenário e uma narração. Seria necessária uma marcação no GC que identifique de forma mais clara que há uma narração e que a interpretação realizada é dessa narração e não do discurso/ da imagem que está sendo apresentada.
  5. Na interpretação encontramos escolhas diferentes entre os intérpretes para os mesmos conceitos, para melhor compreensão do público alvo, o ideal é que o intérprete tente manter as mesmas escolhas já realizadas pelo colega anterior, a fim de que, contribua para a compreensão do público alvo. Uma sugestão é a criação de um glossário coletivo pelos intérpretes, para que termos específicos de determinadas áreas sejam convencionados. Também, uma alteração na organização do trabalho em que possam atuar em equipe de forma efetiva, onde um intérprete assume o turno da interpretação e o outro assume a interpretação de apoio.
  6. As trocas entre os intérpretes do turno em alguns momentos são realizadas durante o discurso, sugerimos que sempre que possível ela seja realizada quando houver alguma pausa. Trocas realizadas durante o discurso geram lacunas que comprometem a interpretação e a compreensão do que está sendo dito.
  7. As metáforas ou expressões idiomáticas em português na grande maioria dos casos observados na amostragem foram interpretadas de forma literal. Sabemos que pelas diferenças linguísticas entre libras e português, um equivalente direto nem sempre é possível, nesse sentido. A opção pela tradução literal prejudica a compreensão pelo público alvo. Sugerimos que sempre que possível a opção seja a interpretação do sentido contido no uso das metáforas ou expressões idiomáticas. Nas competências apresentadas por Hurtado Albir, elencamos aqui as competências biculturais. Sugerimos que os intérpretes busquem mais contato com a comunidade surda para que possam ter uma compreensão mais rica das sutilezas que a língua de sinais traz em seu bojo e, dessa maneira adquirirem mais uma competência para um bom desempenho no ato interpretativo.
-

8. De forma genérica, encontramos soletrações para nomes e datas incompreensíveis devido a velocidade, ausência de ritmo ou o espaço em que são realizadas, por exemplo próximo ao rosto. Sugerimos que essas soletrações ocorram no espaço neutro, com cotovelo próximo ao corpo. Se possível, usando o fundo da camisa.
9. É necessária a definição de um padrão para que o público alvo se acostume e marque claramente que durante a interpretação pode ocorrer contratemplos: uma tosse, um bocejo ou uma simples coceira. Sugerimos que caso isso ocorra, os intérpretes pausem a interpretação, desviem o olhar da câmara e depois ao retomar a postura continuem a interpretação. Interpretar durante um bocejo ou enquanto coçam o nariz com uma mão e interpretam com a outra tornam o discurso confuso e sem coesão.
10. É necessária uma padronização para as pausas, os intérpretes devem realizar pausas, claras e bem marcadas, porém em determinados momentos encontramos diferentes escolhas, ou pausas que são realizadas com movimento dos dedos que devido ao tamanho da janela e a velocidade do discurso não é possível identificar se é uma pausa ou um sinal/gesto.

#### 4. Pontos específicos na interpretação de cada intérprete.

*[This section contains a list of specific points for each interpreter, but the text is extremely blurry and illegible.]*

## 5. Conclusão

A análise realizada buscou listar e apresentar alguns elementos linguísticos e tradutórios identificados na amostra dos profissionais que atuam na TV Câmara.

Foram mapeados pontos que podem ser aperfeiçoados pelos profissionais e equipe para que possam continuar prestando serviço tão relevante à comunidade surda brasileira.

Sugerimos que seja oferecida de forma breve uma formação e assessoria para a equipe de intérpretes, com o intuito de aprimoramento e refinamento das competências aqui arroladas e de modo igual, auxiliar na correção nas questões que atualmente prejudicam a compreensão pelo público alvo do discurso que está interpretado pelos profissionais: a comunidade surda brasileira.

Ponderamos a primordialidade de darmos um retorno presencial aos profissionais analisados na amostra. Os pontos mapeados e os elementos linguísticos e tradutórios identificados podem ser apresentados e discutidos com os intérpretes e equipe. Tal atitude coadjuva na reflexão e auto avaliação.

A FEBRAPILS enquanto representante da categoria dos tradutores intérpretes e guia-intérpretes de língua de sinais prima pela valorização e respeito à profissão. Contudo, somos sabedores do quão valioso também é a nossa formação e constante aperfeiçoamento.

Brasília 13 de Julho de 2017

Esse parecer técnico foi construído a pedido da FEBRAPILS do pelos seguintes professores:

Professor Tiago Coimbra Nogueira: Mestre em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduado em Letras Libras pela mesma universidade. Professor Assistente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS) do Instituto de Letras do Departamento de Línguas Modernas. Atual diretor de Articulação Política da Febrapils.

Professor Nelson Goettert: Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), graduado em Licenciatura em Computação pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), graduado em Licenciatura em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Assistente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS) do Instituto de Letras do Departamento de Línguas Modernas.

### Referências:

HURTADO ALBIR, Amparo. A aquisição da competência tradutória – Aspectos teóricos e didáticos. In: Competência em Tradução – cognição e discurso. Adriana Pagano, Célia Magalhães; Fabio Alves (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

Fonte: Parecer da FEBRAPILS Sobre Atuação dos Intérpretes da TV Câmara. Disponibilizado para esta pesquisa pela CACD – Coordenação de Acessibilidade da Câmara dos Deputados

## ANEXO E – Recomendações para os Intérpretes de Libras da TV Câmara – 2017, produzido pela CACD



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DIRETORIA-GERAL  
Coordenação de Acessibilidade



### **RECOMENDAÇÕES PARA OS INTÉRPRETES DE LIBRAS DA TV CÂMARA**

- 1) Seguir os preceitos éticos da profissão de intérprete, conforme o Código de Ética do Intérprete de Libras (FENEIS): profissionalismo, imparcialidade, confiabilidade, discrição e fidelidade
- 2) Manter a convivência e a interação com a comunidade surda
- 3) Manter conduta adequada ao se apresentar: utilizar sempre o uniforme (camiseta lisa de manga curta, preta ou bege, e sem gola, decote, estampas ou detalhes) e zelar pela boa aparência e higiene pessoal (cabelo, maquiagem, acessórios), evitando o uso de quaisquer adereços que chamem atenção indevida sobre si próprio durante o exercício da função
- 4) Atentar para a postura corporal, o enquadramento da câmera e o posicionamento de mãos e braços, utilizando bem o espaço
- 5) Estudar o glossário de sinais e os termos/sinais/marcações/pausas já convencionados pelos demais intérpretes da equipe, a fim de manter a coerência da interpretação
- 6) Produzir os sinais de forma adequada, precisa e clara, utilizando as estratégias de tradução que melhor se adequem ao público-alvo
- 7) Deixar um *lag time (delay)* maior entre a interpretação e o discurso que está sendo proferido, a fim de fazer as escolhas tradutórias mais adequadas ao contexto e evitar, assim, o português sinalizado
- 8) Fazer soletrações de nomes e datas de forma rítmica, com velocidade adequada e em espaço neutro, com cotovelo próximo ao corpo e, se possível, usando o fundo da camiseta para maior contraste
- 9) Atenção às metáforas e/ou expressões idiomáticas utilizadas no discurso: interpretar o sentido, sem fazer tradução literal
- 10) Realizar pausas claras e bem marcadas entre as falas, ou nas mudanças de parágrafos, de sentenças ou de ideias



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DIRETORIA-GERAL  
Coordenação de Acessibilidade



- 11) Como a interpretação na TV intercala discursos do plenário e uma narração para rádio, é necessário que os intérpretes marquem claramente para o usuário surdo que há, naquele momento, uma narração e que a interpretação realizada é dessa narração e não da fala/imagem que está sendo mostrada na tela
- 12) Marcar claramente eventuais contratempos que possam ocorrer durante a interpretação (tosse, bocejo ou coceira, por exemplo): pausar a interpretação, desviar o olhar da câmara e somente depois, ao retomar a postura, continuar a interpretação
- 13) No revezamento entre intérpretes, o intérprete que está assumindo o turno deve manter as mesmas escolhas tradutórias já realizadas pelo colega anterior, para facilitar a compreensão pelo público-alvo
- 14) Realizar as trocas de turno somente em momentos onde houver alguma pausa, para garantir a coesão e a coerência da interpretação
- 15) Enquanto um intérprete assume o turno da interpretação, o outro deve assumir a interpretação de apoio

Fontes:

- *Acessibilidade em Comunicação na Televisão – NBR 15.290 – ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas)*
- *Classificação Indicativa na Língua Brasileira de Sinais – Ministério da Justiça*
- *Código de Ética – Departamento Nacional de Intérpretes da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS)*
- *Relatório de avaliação da FEBRAPILS (Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guiaintérpretes de Língua de Sinais)*

---

Fonte: Recomendações para os Intérpretes de Libras da TV Câmara (2017), produzido pela CACD.  
Disponibilizado para esta pesquisa pela CACD – Coordenação de Acessibilidade da Câmara dos Deputados